



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/ CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NÍVEL DE
MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

GABRIELA CRISTINA BELTRAMIN DE BONA

**EDUCAÇÃO INFORMAL E ANTICOMUNISMO: A ICONOGRAFIA POLÍTICA
DURANTE A ERA VARGAS (1930 – 1945)**

CASCADEL – PR
2020



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NÍVEL DE
MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

GABRIELA CRISTINA BELTRAMIN DE BONA

**EDUCAÇÃO INFORMAL E ANTICOMUNISMO: A ICONOGRAFIA POLÍTICA
DURANTE A ERA VARGAS (1930 – 1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração Educação, linha de pesquisa: História da Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza

CASCADEL – PR

2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Beltramin De Bona, Gabriela Cristina
EDUCAÇÃO INFORMAL E ANTICOMUNISMO: : A ICONOGRAFIA
POLÍTICA DURANTE A ERA VARGAS (1930 ? 1945) / Gabriela
Cristina Beltramin De Bona; orientador(a), Alexandre
Felipe Fiuza, 2020.
156 f.

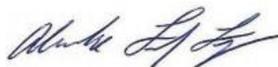
Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação,
Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação,
2020.

1. Anticomunismo. 2. Era Vargas. 3. Iconografia
Política. 4. Educação Informal. I. Fiuza, Alexandre Felipe.
II. Título.

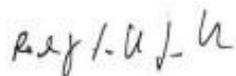
GABRIELA CRISTINA BELTRAMIN DE BONA

Educação informal e anticomunismo: a iconografia política durante a Era Vargas
(1930 - 1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa História da Educação, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



Orientador(a) - Alexandre Felipe Fiuza
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Rodrigo Patto Sá Motta
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)



Aparecida Favoreto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 18 de agosto de 2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais que me incentivaram e proporcionaram a possibilidade de continuação dos meus estudos. Ao meu irmão, que me motivou desde criança a fazer perguntas e a buscar respondê-las. A minha filha Giulia e meu companheiro de vida Fernando, que me deram forças para não desistir e compreenderam as ausências necessárias nesta caminhada.

Aos meus amigos e colegas de mestrado, em especial Darlon, Dyeniffer e Luana, que estiveram comigo em todos os momentos, nas discussões em sala de aula e nas mesas de bar. Sem vocês, este trabalho não seria possível. Também aos amigos de fora do mestrado, Johny, Jaqueline, Ana, Cláudia e Márcia, que fizeram tanta força e sempre mandaram energias positivas, torcendo para que eu conseguisse alcançar meus objetivos.

Agradeço também ao PPGE, à bolsa da CAPES, à oportunidade de estudar em uma instituição pública de qualidade, como é o caso da nossa UNIOESTE. Aos meus professores, não só do Mestrado, mas de toda minha trajetória acadêmica, que afloraram em mim o desejo de buscar o conhecimento, estudar e querer ser como eles. Em especial, ao meu professor e orientador Alexandre Fiuza, por me guiar nesse caminho e tornar este trabalho uma realidade. Às contribuições e à participação da banca examinadora, Aparecida Favoreto e Rodrigo Patto Sá Motta, que são minhas referências acadêmicas e que refletiram tanto no meu percurso de pesquisa.

RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre o movimento anticomunista da Era Vargas (1930 a 1945) e a educação informal, tendo como fonte as iconografias políticas divulgadas no período. Estes documentos foram arrolados a partir de fontes periódicas, principalmente a partir dos jornais integralistas, como *A Offensiva*, *Acção* e *Anauê!*, e também de fontes bibliográficas, de autores como Motta (2002) e Fiorucci (2016). A pesquisa bibliográfica compreendeu autoras que voltaram seu olhar para o movimento anticomunista, como Dutra (2012), Carneiro (2002) e Capelato (1998), além dos autores que embasaram o contexto histórico como Fausto (1995), Romanelli (1986) e Hobsbawm (1995). Também se objetivou promover a análise das imagens veiculadas durante o período, abordando suas técnicas de convencimento a partir dos elementos presentes nas mesmas, de suas nuances e de seu alcance na sociedade de então. Para a análise da linguagem iconográfica, contribuíram autores como Cardoso e Vainfas (2012), Bakhtin (2006) e Gasca e Gubern (2011). Estas imagens possuíram um caráter formador no imaginário social, alcançando uma significativa parte da população, até mesmo a iletrada, por reunir elementos de fácil abstração, ainda que abrangesse componentes que iam além da percepção dada à primeira vista. Tais recursos imagéticos contribuem de forma indireta para uma formação educativa, mesmo não estando inseridos no âmbito educativo formal/ escolar. Portanto, por intermédio do conceito de educação informal, estabeleceu-se a relação entre a veiculação iconográfica produzida pela Imprensa no período Vargas e o processo de educação informal.

Palavras-chave: Anticomunismo, educação informal, Era Vargas, iconografia política.

DE BONA, Gabriela Cristina Beltramin. **Educação informal e anticomunismo: a iconografia política durante a era Vargas (1930 – 1945), 2020.** 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: História da Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2020.

ABSTRACT

This research analyzes the relationship between the anti-communist movement of the Vargas Era (1930 to 1945) and informal education, based on the political iconographies published in the period. These documents were listed from periodic sources, mainly from integralist newspapers, such as *A Offensiva*, *Acção* and *Anauê!*, and also from bibliographic sources, by authors such as Motta (2002) and Fiorucci (2016). The bibliographic research comprised authors who turned their attention to the anti-communist movement, such as Dutra (2012), Carneiro (2002) and Capelato (1998), in addition to the authors who supported the historical context such as Fausto (1995), Romanelli (1986) and Hobsbawm (1995). It also aimed to promote the analysis of the images broadcast during the period, addressing their techniques of convincing from the elements present in them, their nuances and their reach in society at the time. Authors like Cardoso and Vainfas (2012), Bakhtin (2006) and Gasca and Gubern (2011) contributed to the analysis of iconographic language. These images had a formative character in the social imaginary, reaching a significant part of the population, even the illiterate, for having elements of easy abstraction, although it had components that went beyond the perception given at first sight. Such imagery resources contribute indirectly to an educational formation, even though they are not inserted in the formal / school educational scope. Therefore, through the concept of informal education, the relationship between the iconographic circulation produced by the press in the Vargas period and the informal education process was established.

Keywords: Anti-communism, informal education, Era Vargas, political iconography

DE BONA, Gabriela Cristina Beltramin. **Informal education and anti-communism: political iconography during the Vargas era (1930 - 1945), 2020.** 140 f. Dissertation (Master in Education). Graduate Program in Education. Concentration area: Society, State and Education, Research Line: History of Education, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Cascavel, 2020.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. CAPÍTULO I – A HISTÓRIA BRASILEIRA E O CONTEXTO GLOBAL.....	14
1.1 O PANORAMA MUNDIAL DURANTE A ERA VARGAS.....	14
1.2 NO BRASIL, CRISES E ASCENSÃO AUTORITÁRIA.....	19
1.3 A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO NOS ANOS 1930 E 1940.....	36
2. CAPÍTULO II – ANTICOMUNISMO, MÍDIA E EDUCAÇÃO INFORMAL....	53
2.1 ANTICOMUNISMO.....	53
2.2 IDEOLOGIA, IMAGINÁRIO E MÍDIA.....	64
2.3 QUEM DIFUNDE A IDEOLOGIA?.....	71
2.4 A EDUCAÇÃO FORA DA ESCOLA.....	87
3. CAPÍTULO III – ANÁLISE DE IMAGENS E A VEICULAÇÃO ICONOGRÁFICA NA ERA VARGAS.....	97
3.1 A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E A IMPRENSA INTEGRALISTA.....	97
3.2 CATOLICISMO E ANTICOMUNISMO.....	102
3.3 AS REVISTAS.....	108
3.4 A EDUCAÇÃO PELAS IMAGENS.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	145

LISTA DE SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira

AIE – Aparelhos Ideológicos do Estado

AN – Arquivo Nacional

ANL – Aliança Nacional Libertadora

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DNP – Departamento Nacional de Propaganda

DOP – Departamento Oficial de Publicidade

DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DPDC – Departamento de Propaganda e Difusão Cultural

EUA - Estados Unidos da América

FEB - Forças Expedicionárias Brasileiras

PCB – Partido Comunista Brasileiro

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

As imagens possuem grande poder de influência sobre a formação de opiniões na sociedade. As inovações tecnológicas que vêm se desenvolvendo desde a Revolução Industrial, possibilitaram a difusão de informações em larga escala, sendo muito utilizadas como meio de propaganda pelo Estado para a veiculação de notícias que pudessem fortalecer o *status* do governo vigente. Durante a Era Vargas (1930-45), este recurso foi amplamente utilizado em diversos suportes, principalmente no que se refere à criação de imagens que estimularam uma rejeição ao comunismo no Brasil. Esta visão anticomunista foi incentivada por meio de cartazes e jornais que apontavam a esquerda como um grande mal para a sociedade, se tornando parte do imaginário brasileiro, perpetuando-se até os dias atuais e enraizando-se na cultura política do país.

Na primeira década do governo Vargas, a propaganda iconográfica foi uma forte aliada na construção de um movimento anticomunista que se fixou no Brasil. Motta (2002) afirma que o anticomunismo gerou um imaginário próprio, com um conjunto de imagens voltadas a representar os comunistas e o comunismo¹. Por conseguinte, tais imagens concentraram-se em destacar ou criar aspectos depreciativos da ideologia e práticas comunistas.

A propaganda iconográfica se circunscreve, portanto, na educação informal, além de ser enquadrada por Althusser (1998) enquanto um dos aparelhos ideológicos do Estado, o que, no caso brasileiro, auxiliou na manutenção da ideologia dominante e reproduziu um imaginário anticomunista. Para tanto, torna-se pertinente abordar os movimentos anticomunistas sob uma ótica da educação informal e como os mesmos conformam a propaganda iconográfica varguista.

O comunismo foi apresentado à sociedade como a representação de todo o mal social, desde a ameaça contra a moral religiosa até sua associação com as patologias humanas, criando assim uma espécie de silogismo entre organismo humano e social, em que o comunismo é descrito como um elemento nocivo e doentio à sociedade. A partir de 1930, Getúlio Vargas iniciou um período de intenso controle da informação e de veiculação de propagandas.

¹ Cabe ressaltar que o comunismo referido é o de base marxista-leninista.

Considerando a existência de uma maioria da população iletrada, os meios iconográficos foram uma das principais ferramentas na atribuição de valores difundidos junto à população, e não unicamente entre a população iletrada, pois as imagens causam um impacto que poderia ir além das frações sociais, reproduzindo fortemente as ideologias dominantes, no caso, as de cunho capitalista e conservadoras.

Com a consolidação do golpe de Estado de 1937, assunto que será abordado no primeiro capítulo, criou-se um aparelho de Estado muito mais forte e unificado, propiciando um controle estatal mais eficaz na sociedade. Segundo Althusser (1998), há uma diferença entre os aparelhos repressivos e ideológicos que legitimam o Estado, embora ambos existam para um propósito comum. Estas estruturas, por sua vez, encontram na produção e difusão da informação um meio eficaz e célere na construção artificial de consensos sociais. Durante o Estado Novo (1937-45), este aparelho foi cuidadosamente controlado a partir do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que produzia, monitorava e censurava significativa parte das informações que chegavam à população. Assim, o DIP foi também responsável por uma massiva veiculação iconográfica da ideologia anticomunista, apresentando-a por meio de charges, caricaturas e cartazes.

Por sua vez, a educação informal está presente na sociedade desde o início de sua formação e teve um expressivo desenvolvimento a partir da comunicação moderna, pois “[...] o agente do processo de construção do saber situa-se nas redes familiares e pessoais, ou nos meios de comunicação” (BRUNO, 2014, p. 14). A partir desta prerrogativa, torna-se relevante a análise da propaganda iconográfica como sujeito do processo educativo.

A presente dissertação baseia-se no estudo dos movimentos anticomunistas no Brasil, e em como estes discursos conseguiram impulsionar e motivar uma significativa parcela da população a apoiar estes ideais. O comunismo foi apresentado à sociedade mediante a construção de um imaginário, onde tal ideologia comunista, como já afirmado, seria a representação de todo o mal social, criando assim uma relação deste com elementos nocivos à sociedade, degradantes, perturbadores e desviantes de uma suposta naturalidade das convenções sociais.

Para a realização desta pesquisa, centramos nossas análises a partir do exame de fontes iconográficas produzidas ou reproduzidas enquanto instrumentos de propaganda política durante o varguismo. A prospecção destas fontes foi feita a partir de revistas integralistas do período e com base nas reproduções de imagens anticomunistas já analisadas pela historiografia sobre o tema. Ao elencar tais fontes, convém ressaltar que nem todas estas imagens resultam de propaganda oficial do Estado, mas também de outros setores da sociedade, como igrejas, agremiações de classe, partidos políticos, imprensa, entre outros. Destacam-se nesta pesquisa as contribuições trazidas pelas historiadoras Maria Helena Rolim Capelato e Maria Tucci Carneiro, e pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta, que tomam o período varguista como profícuo objeto de reflexão, inclusive detendo-se no nosso objeto de estudo, que é a análise das imagens veiculadas em todo o país, que contribuíram para a construção do pensamento anticomunista. Além destes, destacam-se os estudos de Pandolfi, Ítalo Tronca, Bóris Fausto, Otaíza de Oliveira Romanelli, Jorge Nagle, Alcir Lenharo e Eric Hobsbawm – este para a construção do período histórico em escala mundial – entre outros autores que complementam a historiografia que embasa esta dissertação.

No que tange ao enfoque da educação, Maria da Glória Gohn, Trilla-Bernet e Ana Bruno contribuem para o debate em torno da educação não-formal e informal e sua relação com a formação da opinião pública e com a cultura política, através de mecanismos que muitas vezes passam despercebidos no cotidiano. Outros autores também serão utilizados na pesquisa, desde a referência dos clássicos de Marx, Engels, Gramsci e Althusser, até pesquisas recentes de artigos, teses e dissertações que já abordaram o tema proposto.

Os conceitos utilizados na pesquisa têm o principal objetivo de promover a compreensão da relação entre os mesmos e como estes se articulam na sociedade brasileira, tendo como prioridade a contextualização dos conceitos de educação informal e anticomunismo. Esta modalidade educativa se desenvolve na sociedade, por exemplo, a partir de itens iconográficos presentes no meio social em que estamos inseridos.

Estariamos perante um caso de educação informal quando o processo educativo acontece de uma forma indiferenciada e

subordinada a outros processos sociais, quando está imiscuído e é inseparável de outras realidades culturais, quando não surge como algo distintivo e predominante no decurso geral da acção em que ocorre tal processo, quando é imanente para outra tarefa, quando carece de um contorno nítido, quando ocorre de forma difusa (BERNET, 2003, p. 159).

Enquanto isso, o anticomunismo se apresenta enquanto um conceito relativamente menos complexo, sendo caracterizado pelo conjunto de ideias de oposição aos pensamentos comunistas. No entanto, verifica-se que estes conceitos possuem uma abrangência de significado muito maior, principalmente quando contextualizados e situados num dado contexto histórico.

Há uma grande profusão de trabalhos acadêmicos sobre o tema surgidos principalmente nos últimos anos, pois a realidade contemporânea nos remete a este período e a este assunto. As atuais insurgências autoritárias continuam a utilizar-se do discurso anticomunista que teve seu início no século XX, e analisar o período de maior profusão deste discurso no Brasil torna-se relevante para que se possa pensar nos mecanismos usados na construção de tal imaginário com seus atributos ideológicos e o alcance dos mesmos na sociedade brasileira contemporânea e no período varguista.

Para isso, é preciso buscar nas origens do anticomunismo quais são as intencionalidades deste pensamento. De acordo com Silva (2001), o anticomunismo surge como um componente essencial para a legitimação do sistema capitalista, mostrando-se eficaz na prevenção ou isolamento de possíveis movimentos de oposição, servindo então para a manutenção do Estado estabelecido.

O reacendimento de pensamentos conservadores e autoritários na contemporaneidade demonstra a emergência do debate sobre o período, uma vez que se nos perguntamos sobre o passado, é porque este nos afeta no presente e muitos elementos sociais ainda permanecem como no período estudado. Para tanto, esta pesquisa tem como objetivo principal a compreensão do processo de criação do pensamento anticomunista no Brasil a partir da difusão das imagens veiculadas no período.

A presente dissertação foi dividida em três capítulos, onde o primeiro é focado no contexto histórico da era Vargas, trazendo uma breve retomada dos acontecimentos mundiais do período e posteriormente dando ênfase à história

brasileira, onde se busca trazer elementos relevantes ao estudo, como o contexto educacional da época e o surgimento das correntes políticas no início do século.

O que se busca compreender nesta primeira etapa é a influência do contexto histórico, social e educacional no processo da criação do pensamento e das ações anticomunistas no Brasil, mediante a análise das estruturas sociais e da saturação de hipóteses que permeiam o cenário da pesquisa, privilegiando-se aqui o uso do método materialista histórico, que tem como principais características a análise das categorias sociais, a fundamentação histórica, a análise social e as relações inerentes ao sistema capitalista. A partir deste entendimento, torna-se possível o aprofundamento da pesquisa, que se dá no segundo capítulo, onde os conceitos abordados devem ser compreendidos para se chegar à análise propriamente dita, tanto da sociedade no período estudado, quanto das imagens que foram difundidas no período varguista. Compreender os mecanismos que constituem e que dão concretude à educação informal, a repercussão das fontes imagéticas na história da educação e a veiculação das iconografias apresentadas, bem como o próprio conceito de anticomunismo, são os objetivos principais do segundo capítulo.

A relação entre a educação informal e a ascensão do anticomunismo, permite a criação de um panorama amplo, embora delimitado, da influência que esta ideologia teve no período em estudo e que continua exercendo na atualidade, onde o discurso anticomunista continua tendo visibilidade e servindo de justificativa para decisões políticas em prol de uma suposta “defesa da democracia”. Através da compreensão dos conceitos, é possível também entender o impacto que as imagens possuem na formação da opinião popular.

Assim, o terceiro capítulo desta dissertação tem por objetivo a análise das imagens encontradas em revistas e jornais da década de 1930 e início dos anos 1940, bem como das reproduções de imagens presentes nos estudos acadêmicos, buscando examinar elementos que à primeira vista parecem irrelevantes, mas que criam uma atmosfera propícia à difusão de valores que propiciam ou almejam a manutenção do sistema vigente, justificando até mesmo um golpe antidemocrático como o que ocorreu em 1937. A análise das imagens será abordada a partir da metodologia iconológica de Erwin Panofsky (2011) que define, além da metodologia, os conceitos que abarcam o viés da análise de

imagens, como o conceito de iconografia, que pode ser percebida enquanto uma ramificação da História da Arte e que busca compreender o tema ou mensagem que se contrapõe à forma. (PANOFSKY, 2011, p. 47). Outro referencial advém dos estudos sobre a imagem em autores como Cardoso e Vainfas (2012), Bakhtin (2006) e Gasca e Gubern (2011). Igualmente, este estudo se vale da metodologia de análise utilizada pela produção acadêmica que se valeu de fontes iconográficas, a exemplo dos trabalhos de Ipólito (2013), Oliveira (2009), Chauí (2000) e Fiorucci (2016). Os veículos midiáticos utilizados também serão ressaltados neste capítulo, trazendo as fontes nas quais foram buscados, como as revistas *O Cruzeiro*, *Careta*, *O Santurário*, *A Offensiva* e *Anauê!*, compondo o cenário midiático anticomunista que transitou entre os movimentos fascistas, o governo, o catolicismo e também na mídia tradicional.

CAPÍTULO I – A HISTÓRIA BRASILEIRA E O CONTEXTO GLOBAL

1.1 O PANORAMA MUNDIAL DURANTE A ERA VARGAS

O século XX foi marcado por uma grande reorganização econômica, política e militar, que foi desenhada a partir das duas grandes guerras que aconteceram neste período. Todo o globo sofreu influências diretas dos conflitos que se desenvolveram na Europa, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, onde o uso tecnológico trouxe um grande impacto em todas as estruturas sociais e no modo de controle e funcionamento do sistema capitalista e dos processos de informação.

Dentro do recorte desta pesquisa, é preciso retornar alguns acontecimentos que antecedem a década de 1930 e que influenciaram os desdobramentos futuros, gerando as crises do capitalismo que ocorreram nas mais diferentes estruturas: a Primeira Guerra Mundial² evidenciando uma crise militar, a Revolução Russa³ no âmbito político e a crise de 1929⁴ na perspectiva econômica. Estes acontecimentos no início do século, exigiram o reposicionamento das bases do sistema capitalista e como o mesmo se articulava. De acordo com Hobsbawm (1995), a Primeira Guerra Mundial trouxe um sentimento de revanchismo aos países derrotados e propiciou o surgimento de pensamentos extremistas autoritários de direita, no qual o militarismo foi utilizado amplamente para o levantamento da economia pós-guerra, ao mesmo tempo em que o mundo mergulhava em sua maior crise econômica.

(...) a economia mundial mergulhou na maior e mais dramática crise que conheceu desde a Revolução Industrial e isso levou ao poder, na Alemanha e no Japão, as forças políticas do militarismo e da extrema direita, empenhadas num rompimento deliberado com o status quo mais pelo confronto, se necessário militar, do que pela mudança negociada aos poucos. Daí em diante, uma

² Para aprofundamento de leitura referente à Primeira Guerra Mundial, bem como seus desdobramentos em escala global, recomenda-se “A Era dos Impérios” de Eric Hobsbawm.

³ Levante popular ocorrido na Rússia que depôs a monarquia e instaurou um regime de governo baseado nas ideias socialistas. Para maior compreensão do assunto, ver “A História da Revolução Russa” de Leon Trotsky.

⁴ A crise de 1929, segundo Shaikh (1985), foi resultado de uma superprodução que não acompanhava o ritmo de consumo e também da especulação financeira. Para maior aprofundamento no tema, recomenda-se a leitura do ensaio “A crise econômica mundial: causas e implicações”, de Anwar Shaikh.

nova guerra mundial era não apenas previsível, mas rotineiramente prevista. (HOBSBAWM, 1995, p. 35)

Em meio à Primeira Guerra, a Rússia passa por um processo revolucionário que rompe com o sistema capitalista e que migra ao regime socialista, causando um medo generalizado nas potências econômicas, que passam a se utilizar da imprensa para a desqualificação do regime instaurado, dando origem ao anticomunismo. Estes acontecimentos estão relacionados e decidiram os rumos dos anos seguintes, culminando na Segunda Guerra Mundial. Motta (2002), por sua vez, observa as relações dos acontecimentos internacionais, ao surgimento do anticomunismo no Brasil.

No Brasil, pode-se dizer, o anticomunismo surgiu logo após a Revolução de 1917. O fenômeno teve dimensão internacional, provocado pela reação ao advento mundial do bolchevismo e às crises revolucionárias emergentes no pós-Primeira Grande Guerra. Temerosos com o poder de atração que o exemplo russo poderia exercer sobre as massas proletárias, num quadro de instabilidade ligado às dificuldades do pós-guerra, os governos dos países capitalistas dominantes empenharam-se na repressão e na propaganda anticomunista. Seus esforços não foram isolados, pois complementando a ação estatal grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais, religiosos) também se lançaram ao campo de batalha, dedicando-se principalmente à esfera propagandística. (MOTTA, 2002, p. 16)

A partir desta assertiva, torna-se importante verificar como esta influência global afetou o Brasil durante a década de 1930 e parte da década de 1940 e examinar seus decorrentes conflitos de interesses entre os grandes detentores do poderio econômico.

Os desdobramentos econômicos internacionais advindos da crise de 1929 afetaram profundamente a economia exportadora brasileira, mais especificamente do café, compondo o quadro que derivou na revolução de 1930, assunto que será mais aprofundado no subcapítulo da história do Brasil. O ponto central deste tópico é perceber a relação dos acontecimentos internacionais para a história do Brasil, que também pode ser verificada durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil se favorece economicamente a partir de sua produção agroexportadora. A partir deste contexto, entende-se a neutralidade do país perante a guerra, visto que o mesmo comercializava com ambas as frentes,

apesar de ser notória a aproximação de Vargas com a ideologia fascista num primeiro momento.

A exemplo disto, e para além das grandes estruturas, vale ressaltar o surgimento neste período da influência da tecnologia no cotidiano social, como foi o caso da exponencial vulgarização do rádio e no incipiente advento da televisão, que chega ao Brasil em 1939. De acordo com Busetto (2007), a Exposição de Televisão, feita no Rio de Janeiro, trouxe pela primeira vez a televisão para o país, numa parceria entre o Estado Novo, a Telefunken e o Terceiro Reich da Alemanha. Este acontecimento marca não somente a ascensão tecnológica, mas a influência ideológica capitalista que o país vinha assumindo no decorrer da década, apesar da neutralidade diante da guerra.

Ao retomar a área econômica, de acordo com Prado Júnior (2012) é possível identificar a recessão mundial que se estabeleceu a partir da crise de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial, que marcou “uma acentuada deflexão na marcha dos acontecimentos humanos” (p. 228), e que não decretou o fim da crise econômica brasileira, onde, por consequência dos eventos externos ao país, forçou-se ao progresso industrial para suprir a demanda dos produtos em meio à guerra. Tal esforço, somado à grande potência agropecuária do país, possibilitou, a partir de 1939, um aumento significativo na demanda da exportação. Este movimento de capital, ligado aos eventos externos, modificou o modo de produção brasileiro, através do desenvolvimento industrial e também do modo de vida social, provocando um êxodo rural.

No curso da guerra, sobretudo em sua última fase e prolongando-se nos anos subsequentes, assistimos a um revigoramento esporádico do tradicional sistema do passado, abrindo-se para tal sistema (isto é, uma economia exportadora de produtos primários e voltada essencialmente para o exterior), nova e brilhante oportunidade. Com uma intensidade de que havia muito o país não tinha notícia, o Brasil se fazia de novo alvo de forte demanda internacional de gêneros alimentares e matérias-primas exigidos agora pelas necessidades da luta em que se empenhavam as grandes potências de que o Brasil era e ainda é tributário. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 228)

As consequências da crise de 1929 podem ser observadas em todo o período posterior a este acontecimento. As características que levaram a ela não cessaram de todo, como bem demonstra a crise de 2007 e que, segundo

Chesnais (2013), advém de um processo de superacumulação e superprodução, no qual o mercado consumidor não é capaz de consumir a produção existente e gerando fragilidade financeira.

A Segunda Guerra Mundial possui uma importância crucial no desenvolvimento dos acontecimentos econômicos das décadas de 1930 e 1940, uma vez que foi responsável pelo giro de compra e venda entre os países alinhados. Chesnais (2013) aponta que as crises “aprendem” com as anteriores, onde os países capitalistas encontraram a saída “em suas relações mutáveis com os centros privados de centralização do capital e de poder da finança e da grande indústria” (p. 29). Já na década de 1930, a saída foi a destruição dos meios produtivos através da guerra.

Seu fundamento – nunca é demais repetir – foi a imensa destruição de capital produtivo e de meios de transporte e de comunicação provocado pelo efeito sucessivo da crise dos anos 1930 e da Segunda Guerra Mundial. O capital se vê novamente confrontado a suas contradições internas, sob a forma do que alguns chamaram de “crise estrutural do capitalismo” (CHESNAIS, 2013, p. 29).

A partir deste cenário, é possível identificar que os principais propulsores da Segunda Guerra foram as questões econômicas e ideológicas. Se antes a URSS encontrava-se enquanto aliada das nações que confrontaram a Alemanha nazista, após a guerra os esforços dos países capitalistas se voltariam à combater o socialismo soviético, traço que já começa a aparecer mesmo durante o período de guerra. Estes acontecimentos darão motivações aos conflitos pós-guerra, como a Guerra Fria.

Retomando o período da Primeira Guerra e como já abordado anteriormente, de acordo com Motta (2002), a visão anticomunista no Brasil já surgira desde a Revolução Russa, e intensificou-se durante a era Vargas. Além dos conflitos ideológicos enfrentados pelos países da Entente, a intenção soviética de retirar-se da guerra provocou um grande alvoroço na imprensa internacional, num período onde o Brasil já entrava, embora de forma incipiente, ao lado dos aliados, gerando ataques e campanhas nacionais de repúdio aos soviéticos e acusações de que Lênin seria, na verdade, um espião alemão.

[...] o grupo de Lênin tinha como objetivo prioritário retirar seu país da Guerra a qualquer preço, rompendo os compromissos anteriormente assumidos pelo Czar na aliança com os países ocidentais. A retirada dos exércitos russos do conflito significou um golpe sério no dispositivo militar da “Entente”, e isto foi denunciado como uma traição vil. (MOTTA, 2002, p. 5)

Para além do campo ideológico nazista/fascista com o qual Vargas simpatizava, o acordo ideológico anticomunista dos Estados Unidos trouxe ainda rendimentos econômicos viáveis para o Brasil, o que explica a aproximação que o país teve com a Alemanha – que vinha fazendo o papel de influência ideológica em vários países pelo mundo – e a posterior aproximação com os países Aliados⁵, levando o Brasil à guerra na Itália. Sobre isso, Fausto (1995) descreve o cenário de influências dos anos 1930 e 1940:

A crise mundial acentuou o declínio da hegemonia inglesa e a emergência dos Estados Unidos. Isso se deu, sobretudo, a partir do momento em que as medidas do presidente Roosevelt, de combate à crise, começaram a surtir efeito. Ao mesmo tempo, surgiu outro competidor na cena internacional – a Alemanha nazista, a partir de 1933. A Alemanha iniciou uma política de influência ideológica e de competição com seus rivais na América Latina. (FAUSTO, 1995, p. 379)

Durante todo esse processo conflituoso que marcou o período estudado, é preciso considerar o surgimento de novas tecnologias, que possibilitavam a disseminação de ideias em larga escala – principalmente os ideais dos Estados imperialistas – como citado anteriormente no caso da televisão, ainda que pouco relevante por não ser ainda tão massiva. No entanto, outros meios, como o então mais acessível rádio, as revistas e os jornais, também possuíam grande importância no relato dos acontecimentos mundiais, que estavam voltados para a crise, a revolução e a guerra.

Do ponto de vista da educação informal⁶, estes instrumentos formam opiniões e visões dos acontecimentos no cotidiano, constituindo uma base de informação que não se dá, prioritariamente, no meio educacional, mas permeia a sociedade enquanto uma prática “educativa”, sendo esta a grande importância da ênfase nas ideologias e mídias deste período. Por isso, a guerra ideológica é

⁵ Aliança composta por França, Inglaterra e Estados Unidos.

⁶ Ver capítulo 2 referente à educação informal.

tratada enquanto um dos pilares deste subcapítulo que aborda a história mundial. Podemos recorrer à Hobsbawm (1995) para identificar estes elementos.

Ao contrário da Primeira Guerra Mundial, essa mútua intransigência não exige explicação especial. Era, de ambos os lados, uma guerra de religião, ou, em termos modernos, de ideologias. Foi também, e demonstravelmente, uma luta de vida ou morte para a maioria dos países envolvidos. O preço da derrota frente ao regime nacional-socialista alemão, como foi demonstrado na Polônia e nas partes ocupadas da URSS, e pelo destino dos judeus, cujo extermínio sistemático foi se tornando aos poucos conhecido de um mundo incrédulo, era a escravização e a morte. Daí a guerra ser travada sem limites. A Segunda Guerra Mundial ampliou a guerra maciça em guerra total. (p. 40)

Ainda de acordo com o autor, em parte do século XX, o comunismo soviético se apresentou enquanto uma forte concorrente e alternativa viável a outros países, num período onde era visto com grande curiosidade, principalmente pela classe intelectual. Esta consolidação da União Soviética representou um grande medo aos países capitalistas ocidentais, que passaram a exercer sua influência econômica e midiática para estabelecer relações negativas ligadas ao comunismo, utilizando-se, segundo Motta (2002), das “matrizes do anticomunismo”: o nacionalismo, o catolicismo e o liberalismo, práticas que eram incentivadas principalmente pelo governo norte-americano. Por outro lado, este “medo” também foi uma abstração produzida pela propaganda política, com claro fim de se opor ao avanço do pensamento comunista, uma vez que ele contrastava fortemente com as bases do capitalismo, colocando-o em risco. Estes acontecimentos na Europa também fomentaram a forte imigração para países da América, como no caso do Brasil, e com a vinda dos imigrantes, o pensamento comunista e anarquista chega com mais força ao país.

1.2 NO BRASIL, CRISES E ASCENSÃO AUTORITÁRIA

O contexto da história do Brasil na década de 1930 está diretamente ligado aos acontecimentos mundiais. A crise econômica de 1929 impulsionou muitas

incertezas políticas e levou a produção do café – principal produto exportado pelo país – a um grande declínio.

Esta crise fez com que o governo encontrasse dificuldades em gerenciar tanto as estruturas sociais, como o auxílio à elite burguesa que se encontrava descontente, em meio à política do “café com leite⁷”, que colidiu com diversas mudanças sociais, econômicas e políticas no Brasil, no fim da década de 1920. Apesar do café continuar sendo a maior fonte econômica do país, mudanças importantes como a imigração, urbanização, industrialização, fizeram com que surgisse uma nova concepção de sociedade, onde os imigrantes trouxeram consigo, junto à sua cultura, os ideais políticos vividos no contexto europeu. De acordo com Fausto (1995), houve uma mudança na estrutura social brasileira⁸ à medida que a pequena propriedade produtiva do campo avançava e também com a expansão da classe média urbana, além do fator da imigração, possibilitando o surgimento da classe operária nos grandes centros.

Ainda na década de 1920 – e também na década anterior – segundo Favoreto (2008), é importante frisar que os movimentos operários que ocorreram no Brasil tiveram em sua liderança os anarquistas, a partir de greves e na luta por reivindicações. No entanto, a Revolução Russa definiu o norteamento dos anarquistas em direção a um alinhamento com os comunistas. “Assim, o debate marxista sobre a organização operária brasileira adotou como referência a Revolução Russa, inaugurando a tendência a uma organização nacional de classe” (FAVORETO, 2008 p. 92).

Essa classe operária era formada, em sua maioria, pelos imigrantes que ocuparam as vagas nas indústrias que surgiam no país, majoritariamente italianos, que trouxeram os ideais do anarquismo para dentro das fábricas, surgindo então o anarco-sindicalismo, influenciando parte do operariado brasileiro. No entanto, a vitória socialista na Rússia e os poucos resultados das greves sindicais, fizeram com que, das vertentes anarquistas, surgisse o Partido Comunista do Brasil em 1922, revelando a falta de uma coesão política entre a

⁷ De acordo com Fausto (1995), a política do café-com-leite consistia na alternância do controle do governo entre os estados de São Paulo e Minas Gerais.

⁸ Também se pode interpretar esta mudança estrutural enquanto uma reorganização na produção, uma vez que este foi o ponto chave nas mudanças ocorridas no país.

esquerda. Tronca (1982) assevera sobre a disputa ideológica que aconteceu entre os anarquistas e comunistas:

A fim de sustentar sua estratégia baseada na combinação entre o controle do movimento operário, no terreno sindical, e a disputa eleitoral, com vistas a eleger seus representantes nas assembleias burguesas, o PCB necessitava ganhar autoridade política para poder transacionar com as demais oposições “revolucionárias”. Para isso, tornava-se imprescindível obter o apoio dos trabalhadores, falar como seu único e legítimo representante. (p. 15).

Essa cisão dentro da tão jovem organização da esquerda no Brasil acabou por criar embates e disputas entre as duas vertentes. Tronca (1982) analisa os motivos que levaram à desarticulação da esquerda dentro deste conflito, e aponta que, apesar do PCB ter tentado criar uma frente única que reunisse anarquistas e comunistas, as intenções de controle desta frente pelos comunistas levou a não aceitação por parte dos anarco-sindicalistas.

É importante frisar que as diferenças ideológicas entre os anarquistas e os comunistas tinham grande força no que tange à falta de coesão entre os dois. Apesar de estar inserido em uma visão de esquerda, o comunismo desenvolveu-se numa visão leninista, seguindo as orientações da III Internacional⁹, enquanto o anarco-sindicalismo tinha suas raízes nas fábricas italianas, preconizando uma sociedade autogerida pelos trabalhadores.

Os comunistas colocam no horizonte a sociedade socialista, mas distinguem-se dos anarquistas em pontos fundamentais. Em primeiro lugar, valorizam o papel do Estado. Não só defendem a necessidade de ganhar posições no Estado, antes da conquista do poder, como, após essa conquista, sustentam a necessidade de estabelecer um período de transição por tempo indefinido – a ditadura do proletariado -, onde o Estado é reforçado antes de perecer. Enquanto os anarquistas veem a política e os partidos como campo de emergência de novas desigualdades, a questão política é básica para os comunistas. Sua atuação se dá nesse terreno de várias formas, com primazia para o papel do partido,

⁹ Segundo o acervo do CPDOC, a III Internacional pode ser definida como: “Em 1919, logo após a vitória dos comunistas na Revolução Russa, foi criada a III Internacional, ou Internacional Comunista, ou ainda Komintern. Seu principal objetivo era criar uma União Mundial de Repúblicas Socialistas Soviéticas. Dominada pelo Partido Comunista da União Soviética, a Internacional emitia diretrizes que deveriam ser seguidas por todos os seus filiados, inclusive o Partido Comunista do Brasil.” Fonte: Acervo CPDOC, disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37> Acesso em: 15 de maio, 2020.

autodefinido como representante do proletariado. (FAUSTO, 1995, p. 303).

Tais diferenças levaram a não concretização da frente única idealizada pelos comunistas. Esta desarticulação da esquerda foi um acontecimento importante, pois tornou a ascensão do liberalismo muito mais fácil, uma vez que, apesar das divergências dentro da direita, a mesma sempre conseguiu unificar-se em prol de seus objetivos em comum, inclusive quando este objetivo focou em aniquilar o comunismo, visto enquanto um inimigo em comum pelas vertentes liberais. Tal afirmação torna-se muito mais visível no período da era Vargas, onde a união da direita foi uma ferramenta essencial para a manutenção do poder e o abafamento da oposição. Silva (2001) aponta que, embora durante o período do governo Vargas houvesse diferentes posições políticas dentro da direita, todos estes posicionamentos contrários uniam-se no combate ao comunismo, uma vez que este, em tese, atacaria os princípios burgueses, liberais e conservadores.

Retomando a ordem cronológica à pré-revolução de 1930, outro fator que culminaria no golpe foram os levantes e manifestações que passaram a ocorrer no país, devido à marginalização dos anseios sociais em prol da economia do café, tendo seu estopim na crise de 29. Ao longo da década de 1920, o movimento que ficou conhecido como tenentismo teve relevância no combate à política do café-com-leite, principalmente por tratar-se de um movimento militar. Santa Rosa (1976) ressalta que a classe tenentista, através do movimento tenentista nacionalista legalista, passou a representar as pequenas burguesias urbanas, na necessidade de chamar a atenção dos parlamentares para as reformas que precisavam ser feitas, mas eram silenciadas diante dos benefícios concedidos às oligarquias latifundiárias. Em adendo a esta classificação, Fagundes (2010) esclarece as intenções do movimento tenentista:

Os tenentes seriam legítimos representantes dos anseios e perspectivas da classe média urbana brasileira, que se encontrava completamente à margem do sistema político das oligarquias. Portanto, a falta de espaços e participação na vida política nacional foi o combustível principal que incentivou o início dos atritos. (p. 128).

Considerando todos os elementos citados dentro do contexto histórico durante a década de 1920, é possível compreender como as estruturas se desenvolvem para o acontecimento da revolução de 1930. Fausto (1995) destaca um importante fator para o fim da Primeira República, que foi a cisão entre as elites dos grandes estados. Tal cisão surgiu com o apoio do então presidente Washington Luís à candidatura de um paulista para sua sucessão, quebrando assim a dinâmica do café-com-leite, além do apoio a Júlio Prestes para o governo de São Paulo, fomentando assim uma união mineira e gaúcha para fazer oposição aos paulistas e resultando na criação da Aliança Liberal, que contou com o apoio de diversos grupos de oposição ao governo, inclusive os tenentes e que impulsionou a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência.

Os anos que antecederam o Estado Novo foram anos de efervescência e disputa política. [...] Apesar da sua heterogeneidade, no ideário da Aliança Liberal estavam presentes temas relacionados com justiça social e liberdade política. Os aliancistas propunham reformas no sistema político, a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais. Pregavam anistia para os perseguidos políticos e defendiam direitos sociais, como jornada de oito horas de trabalho, férias, salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Propunham também a diversificação da economia, com a defesa de outros produtos agrícolas além do café e diminuição das disparidades regionais. (PANDOLFI, 2003, p. 1).

Apesar dos esforços da oposição, Vargas perde as eleições. No entanto, diversos fatores, como o descontentamento da população, especialmente da burguesia, com os resultados, e também o assassinato do candidato à vice-presidente da chapa de Vargas, João Pessoa, que na época foi noticiado apenas por suas motivações políticas e que tiveram ignorados seus componentes regionais e pessoais, levaram a levantes e revoltas em todo o Brasil. As manifestações populares e o apoio militar tornaram possível a tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930, dando início ao chamado Governo Provisório. Fausto (1995) destaca ainda a insistência que o novo presidente teria na construção de uma identidade nacional, a partir do simbolismo que foi a chegada de Vargas no Rio de Janeiro.

Desembarcou na capital da República em uniforme militar, ostentando um grande chapéu dos pampas. O simbolismo do

trunfo regional se completou quando os gaúchos foram amarrar seus cavalos em um obelisco existente na Avenida Rio Branco. A posse de Getúlio Vargas na presidência, a 3 de novembro de 1930, marcou o fim da Primeira República e o início de novos tempos, naquela altura ainda mal definidos. (FAUSTO, 1995, p. 325).

Empossado enquanto Chefe de Estado do Governo Provisório, Vargas iniciou a tarefa de conciliar os interesses de todos os apoiadores da revolução de 1930, desde os oligarcas do café, até os tenentistas revolucionários. Por conseguinte, “em contraposição ao modelo descentralizador e federalista da Primeira República, foi introduzido um modelo centralizador e intervencionista” (D’ARAÚJO, 2017, p. 23). Ainda de acordo com a autora, o período do Governo Provisório foi marcado pela assinatura de diversos decretos, criação de ministérios e leis trabalhistas, o que auxiliou na popularidade do governo durante os quatro anos que se seguiram desde a tomada do poder. D’Araújo (2017) aponta as mudanças que ocorreram na educação também neste período, como as reformas no ensino secundário e o estabelecimento de estatutos nas universidades do país.

A personalidade política de Getúlio Vargas foi de suma importância para a unificação das camadas sociais. Adotando um papel de conciliador, o Chefe de Estado buscou criar decretos que beneficiassem a sociedade, ao mesmo tempo em que criou uma imagem que agradasse aos diferentes espectros políticos. D’Araújo (2017) aponta a criação e a prática do programa de governo estabelecido por Vargas desde que tomou posse.

O programa de “reconstrução nacional” que Vargas se propunha realizar foi exposto resumidamente já em seu discurso de posse, perante a junta governativa. Para pô-lo em prática, em 11 de novembro assinou o Decreto nº 19.398, dando configuração legal ao governo provisório que chefiava. Amparado por esse instrumento, assumiu plenos poderes, dissolveu o Congresso Nacional e demais órgãos legislativos até a eleição de uma Assembleia Constituinte e nomeou interventores para os estados. (D’ARAÚJO, 2017, p. 23).

O trecho citado acima expõe as táticas utilizadas pelo Governo Provisório até a criação de uma nova Constituição. O Decreto nº 19.398 utilizado por Vargas para legitimar o governo, foi de suma importância para as intervenções que

seriam feitas a partir dali, uma vez que este decreto deu ao Presidente plenos poderes para fazer as alterações que julgava necessárias. A partir deste decreto, é que ele começa a fazer as reformas políticas que haviam sido prometidas e que deram a Getúlio o apelido de “pai dos pobres e mãe dos ricos”, tendo em vista a criação de leis e decretos que beneficiavam distintas camadas sociais.

Nos dias seguintes, de acordo com o programa da Aliança Liberal, e em conformidade com o prometido no discurso de posse, criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (14 de novembro) e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (28 de novembro). (...) Ao lado da defesa do café, explicitada com a criação do Conselho Nacional do Café em maio de 1931, o controle e amparo dos trabalhadores e a modernização do ensino seriam preocupações imediatas de Vargas. (D'ARAÚJO, 2017, p. 23-24)

O período compreendido entre 1930 e 1934 foi marcado pela ascensão de Vargas como chefe do Governo Provisório, que foi responsável pela organização de diversos decretos pré-Constituição de 1934. Os decretos possuíam características centralizadoras e intervencionistas, deixando as oligarquias insatisfeitas e culminando em levantes contra o governo como a Revolução de 1932 ou Revolução Constitucionalista que, como aponta Pandolfi (2003), resultou numa guerra civil em São Paulo que durou por cerca de três meses. As insatisfações com as medidas do governo vinham de diversos lugares, tendo em vista que Vargas uniu-se a grupos distintos para chegar ao poder. Militares e oligarcas viam seus interesses não sendo tratados como previam, gerando os levantes deste período.

Em 1933, após o fim da luta em São Paulo, o governo instalou a Assembleia Nacional Constituinte e realizou novas eleições, nas quais Vargas fora eleito indiretamente pelo Congresso, seguido pela Promulgação da Constituição de 1934. Como aponta Carvalho (1999), as forças militares foram de extrema importância para a legitimação do governo Vargas durante todo o seu percurso, principalmente a partir dos levantes contrários ao governo federal.

A partir de 1934, a repressão tornou-se cada vez mais visível, onde qualquer pensamento ou movimento contrário ao governo passou a ser perseguido. Esta política repressora fortaleceu-se ao longo da década de 1930 e conheceu o seu ápice em 1937, quando ocorreu o golpe de Estado. De acordo com Carneiro (2002), a nova Constituição deu início ao processo de perseguição

aos movimentos e discursos políticos contrários ao governo. Tal repressão foi agravada a partir do Levante Comunista de 1935, liderada por Luis Carlos Prestes, em resposta à proibição da Aliança Nacional Libertadora (ANL). A autora acrescenta que:

O clima de tensão e de censura à palavra aumentou, ainda mais, após a 'Intentona Comunista' de 1935, quando foram decretados estado de sítio e censura à imprensa. Censura esta admitida constitucionalmente após 1937 e oficializada na figura do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939. (CARNEIRO, 2002, p. 47)

Durante o Governo Provisório, imaginava-se que o país se encaminharia para uma nova era democrática. Vargas, que foi eleito indiretamente pelo Congresso, encerraria seu mandato em 1938. No entanto, a efervescência política da época, marcou a organização de movimentos e organizações antagônicas que passaram a disputar o território ideológico no Brasil. Fausto (1995) aponta que o surgimento da ANL e da AIB¹⁰ fez com que os embates ideológicos aumentassem e que foram fatores contribuintes para o golpe de 1937.

Os movimentos radicais marcavam a incerteza política do período, e fizeram com que os principais grupos políticos que apoiavam o governo (militares e oligarcas) exigissem de Vargas uma medida de contenção. De acordo com D'Araújo (2017), a criação destes movimentos e os decorrentes levantes contra o governo feitos pela ANL, deram a Vargas as condições e o pretexto para a realização do golpe.

O fechamento da ANL, determinado pelo governo com base na Lei de Segurança Nacional, de abril de 1935, bem como a prisão de alguns de seus partidários, precipitou as conspirações que levaram à Revolta Comunista deflagrada em novembro seguinte em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Os levantes foram rapidamente dominados, e a repressão que se seguiu foi rigorosa, resultando em milhares de prisões. O medo do comunismo aglutinou forças em torno de Vargas, que, por seu lado, apontava a doutrina como exótica e desintegradora, contrária aos interesses do trabalhador brasileiro. (D'ARAÚJO, 2017, p. 27)

¹⁰ Para melhor definição acerca da Ação Integralista Brasileira e da Aliança Nacional Libertadora, ler: Lutas Políticas e Projetos Sociais Distintos dos Trabalhadores Brasileiros na Década de 1930: os Casos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB) - de Diorge Alceno Konrad.

Este cenário de medo que se criou na imagem do comunismo a partir do Levante Comunista conferia ao Presidente o poder de intervir e “salvar” a nação de um perigo iminente. Ainda nesta conjuntura, para somar-se ao levante, o “Plano Cohen”¹¹, que seria um suposto plano de insurreição comunista, foi um grande articulador que propiciou o golpe. De acordo com Pandolfi (2003), em 10 de novembro de 1937, com o auxílio da polícia militar, o Congresso foi fechado e Vargas alterou o regime, mantendo-se no poder e, de forma lenta e gradual, foi afastando os poderes militares e civis para que pudesse governar de fato com a maior força política possível.

A partir de 1937, por conseguinte, Vargas iniciou um grande movimento de centralização do poder nas mãos do Executivo, consubstanciado pela Constituição de 1937. Assim, o Presidente passa a ter forças políticas ainda maiores e aumenta também seu poder pessoal, na figura de salvador do Brasil das mãos do perigo comunista. A exaltação ao líder se consolida a partir de 1939 com a criação do DIP¹² que se apresenta enquanto um efetivo “Aparelho Ideológico do Estado” (Althusser, 1998), que em conjunto com os DOPS¹³, formou um sistema de exaltação ao Presidente e de repressão a qualquer ideologia contrária ou considerada “subversiva”, como pode ser observado no trecho do decreto-lei nº 1915:

[...] Art. 2º O D. I. P. tem por fim: centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional; [...] fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei; [...]proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou

¹¹ Trata-se de um documento que foi forjado e divulgado pelo governo brasileiro, no qual continha um suposto plano de tomada de poder pelos comunistas. Foi utilizado como pretexto para o golpe de 1937 (D’Araújo, 2017).

¹² O Departamento de Imprensa e Propaganda foi um órgão criado durante o governo Vargas com intenções de promover censura e de propaganda favorável ao governo, atuando em todos os setores midiáticos do país

¹³ Foi o Departamento de Ordem Política e Social, órgão utilizado também no governo Vargas, funcionando enquanto uma ramificação da polícia com aspirações militares. Atuou em conjunto com o DIP na repressão e censura de ideais contrários aos do governo.

prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral¹⁴; [...] (BRASIL, 1939, Art. 2)

Este decreto oficializa as finalidades do Departamento de Imprensa, que já existia desde a Revolução de 30, mas com outras nomenclaturas. É a partir do Estado Novo, que os departamentos de imprensa e de polícia ganham contornos ainda mais repressivos, como pode ser observado na citação. As características repressivas podem ser facilmente notadas a partir da bibliografia existente sobre o assunto. Nesse âmbito, Camargo (1999) contribui significativamente em seu capítulo “Carisma e personalidade política”, quando contextualiza a figura varguista.

No Estado Novo, seu poder pessoal se consolida. A eliminação das oposições e divergências favorece, com a ajuda do Estado, a personificação do mito. O controle da informação. Através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) estimula o culto do Estado e a disseminação de rituais coletivos que exaltam sempre a figura de Vargas, suas virtudes e suas origens. Desfiles, manifestações e programas de rádio encarregam-se de comemorar o aniversário do ditador, em 19 de abril, enaltecendo as qualidades pessoais de “coragem, magnanimidade e singeleza”. (p. 17).

A censura através destes dois mecanismos do Estado iniciou uma caça aos “hereges” que pudessem trazer alguma ameaça ao governo. Neste período, de acordo com Carneiro (2002), houve uma intensa perseguição a áreas atuantes de produção independente ou de críticas ao *status quo*. Os campos profissionais mais combatidos eram os que abarcavam a atuação profissional de jornalistas, professores, editores e escritores que pudessem veicular qualquer “profissão de fé” comunista, e estes mecanismos iniciaram uma verdadeira “caça às bruxas”.

Os seguidores do credo vermelho tornaram-se os alvos centrais da atenção do DOPS e do DIP que, através de suas sessões estaduais, multiplicaram as ordens repressoras, mutilando a cultura nacional. A censura funcionava como instrumento moralizador colaborando para a construção de uma imagem positiva do Estado. O DIP transformou-se numa verdadeira

¹⁴ Para ler o decreto-lei completo, acessar: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 15 de maio, 2020.

máquina de sonhos, reafirmando o mito do salvador na figura de Getúlio Vargas. (CARNEIRO, 2002, p. 47).

É importante ressaltar que o DOPS possuía um extenso acervo relativo às ações opressoras do Estado, contendo informações sobre as pessoas capturadas, os julgamentos e as condenações, que atualmente podem ser utilizados enquanto fonte histórica, permitindo um olhar mais aprofundado nas questões relativas à polícia política de Vargas. De acordo com Fiuza e Braggio (2013), estes documentos não devem ser considerados prova fidedigna em sua plenitude, uma vez que foram alterados e classificados pela própria DOPS. No entanto, estas fontes tornam-se relevantes, uma vez que:

As informações deste tipo de acervo, apesar de terem sido produzidas pela polícia política, devem ser levadas em consideração, já que esta as selecionava, arquivava e classificava como subversivas. Desconsiderá-las seria negar a primazia da contradição existente nas relações sociais. Como aponta Bacellar, faz parte da pesquisa conhecer o funcionamento da máquina administrativa e da organização do acervo para poder desvendar boa parte das contradições e confusões que fazem parte da pesquisa. (FIUZA E BRAGGIO, 2013, p. 440)

Além da repressão à oposição, como bem caracteriza esta documentação oficial mencionada acima, o governo Vargas encarregou-se da formação de uma identidade nacionalista, que pode ser observada enquanto uma prática que foi utilizada em vários países da América do Sul durante o século XX, dando origem aos governos com caráter populista. O estudo iconográfico dos signos ideológicos se relaciona constantemente à figura dos ditadores, justamente por estes se valerem dos então emergentes meios de comunicação, por sua vez, usados como veículos de legitimação de suas práticas e de seus ideários.

O meio social esteve diretamente impactado pela difusão do pensamento dominante e hegemônico do governo, onde além das propagandas, também o material didático da época desempenhava o papel de promover uma educação mais nacionalista, que pode ser observado a partir das cartilhas escolares das décadas de 1930 e 1940¹⁵.

¹⁵ Para aprofundamento acerca das cartilhas escolares, recomenda-se a leitura do artigo “O ‘Estado Novo’ nas cartilhas de alfabetização” de Maciel e Frade.

A bandeira brasileira e a figura de Vargas foram os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo. Muito significativo é o cartaz onde se desenha o mapa do Brasil, colorido de verde, e, no centro, a bandeira brasileira com a imagem de Vargas desenhada na esfera azul; ao lado, estão os dizeres "Fortes e unidos, os brasileiros do Estado Novo são guiados pela grande Trindade Nacional: Nossa Pátria, Nossa Bandeira, Nosso Chefe". (CAPELATO, 1998, p. 48)

Estes elementos nos materiais didáticos mostram o intenso cuidado que o DIP possuía em articular seu conteúdo, utilizando-se de recursos iconográficos visivelmente bem estudados para causar impacto e formular simbologias através das imagens divulgadas. Nesse contexto, é possível identificar a relação do trabalho conjunto entre o DIP e as DOPS, sendo que o primeiro se dedicava à censura e as segundas da repressão, mas ambos voltados a coibir qualquer ato de expressão contrário ao sistema vigente.¹⁶

As estruturas do governo

Observando as demais estruturas sociais do período do Estado Novo é possível perceber uma dualidade de ações nos mais diversos âmbitos da sociedade. Na área trabalhista, Vargas proporcionou diversos avanços no que tange ao direito dos trabalhadores, como a criação da CLT¹⁷, que tornavam sua popularidade reconhecida também pelas classes operárias.

Em contraponto aos avanços no âmbito trabalhista, as restrições à criação de sindicatos e do direito à greve estampam a privação de liberdade exercida durante o Estado Novo, o que favorecia os empregadores.

A proibição de propaganda ideológica e de participação política cria o pretexto para coibir a prática da greve, a grande arma de defesa dos trabalhadores, proibição que o Estado Novo explicitaria de vez através do artigo 139 da Constituição de 37. (LENHARO, 1986, p. 26)

¹⁶ Estes órgãos repressivos possuíam subdivisões por todo o Brasil, sendo o DEOPS uma repartição do Estado de São Paulo. Ver: FIUZA, Alexandre Felipe; BRAGGIO, Ana Karine. Acervo da DOPS/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013.

¹⁷ Trata-se da Consolidação das Leis do Trabalho, apresentada no governo Vargas, especificando os direitos trabalhistas no Brasil.

Neste sentido, observam-se as contradições existentes no governo Vargas, e porque ele é uma figura tão divergente na história do Brasil, dividindo opiniões acerca de seu mandato. É importante lembrar que as conquistas trabalhistas se deram, principalmente, pela pressão popular que ocorria no Brasil desde a Primeira República. De acordo com Gomes (1982), as relações trabalhistas observadas no liberalismo do período, passam a perceber as classes populares enquanto potenciais consumidoras, favorecendo assim a solidificação de uma relação de trabalho que possibilitasse a este trabalhador pobre a ter acesso ao consumo, e também como uma forma de combater a pobreza que acarretava diversas mazelas que impossibilitavam o crescimento nacional. Isso exigiu do Estado o papel de intervir no âmbito trabalhista, mas sem deixar de mediar os direitos da população de forma autoritária.

Além da estrutura trabalhista, o governo de Vargas caracterizou-se por uma composição socioeconômica bastante diversificada na medida em que o Presidente recorreu à diversas instâncias sociais e econômicas para chegar ao poder, gerando um cenário que precisava abranger diferentes interesses.

Podemos sintetizar o Estado Novo sob o aspecto socioeconômico, dizendo que representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. A burocracia civil defendia o programa de industrialização por considerar que era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia - um componente importante de segurança nacional; os industriais porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado. (FAUSTO, 1995, p. 367)

A partir destes três grupos sociais, é possível identificar as intencionalidades dos avanços constitucionais da era Vargas e porque a estrutura da mídia foi tão amplamente utilizada para a consolidação de seu poder. De acordo com Velloso (1982), a estrutura midiática repercutia o bem elaborado projeto político-ideológico de Vargas, ao passo em que conseguia “capitalizar os acontecimentos, reforçar situações e, sobretudo, convencer da preeminência de uma nova ordem, centrada no fortalecimento do Estado”

(VELLOSO, 1982, p. 71). Portanto, é possível identificar que o governo varguista utilizou-se de todas as estruturas para sua manutenção no poder, utilizando-as enquanto Aparelhos Ideológicos do Estado (Althusser, 1998) – principalmente na figura do DIP e do DOPS - para mediar os interesses políticos e econômicos do Estado.

A década de 1940

Tendo a década de 1930 sido marcada pela ascensão de Vargas, pelas mudanças no regime político, criação e a reformulação dos aparelhos de repressão que foram amplamente utilizados em seu governo, nota-se que o início dos anos 1940 marca o declínio do autoritarismo varguista. Com a insurgência da Segunda Guerra Mundial em 1939, toda a política e economia no mundo se voltaram para os acontecimentos decorrentes do conflito bélico, nos quais o Brasil opta por se manter neutro até 1942, quando firma acordo com os países aliados.

Manter neutralidade, na concepção varguista, era de extrema importância para o país, devido à sua atividade agroexportadora, que abastecia os países em guerra. Segundo D'Araújo (2017), os posicionamentos antidemocráticos do governo Vargas colocavam o Brasil no rumo de tornar-se um país alinhado aos interesses do Eixo, diminuindo a popularidade do populista e levando às insurgências como o “Manifesto dos Mineiros”¹⁸ em 1943. Em um acordo diplomático e motivado por ataques alemães, o Brasil firma acordo com os EUA e envia a FEB¹⁹ para a Itália em 1944.

O ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, precipitou a entrada dos Estados Unidos na guerra ao lado dos Aliados. E a III Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro em janeiro seguinte, levou o Brasil a definir sua posição, passando, da solidariedade aos Estados Unidos, ao rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo. Diante dos torpedeamentos de navios brasileiros por submarinos alemães, em 31 de agosto foi declarado o estado de guerra à Alemanha, Itália e Japão. Em

¹⁸ O Manifesto dos Mineiros defendia o fim da ditadura do Estado Novo e a redemocratização do país e foi divulgado por membros da elite mineira em 1943. Fonte: CPDOC.

¹⁹ A FEB (Forças Expedicionárias Brasileiras) foi a força militar brasileira que foi enviada pelo Brasil para lutar na Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

agosto do ano seguinte, Vargas criou a Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujo primeiro escalão foi enviado para combater na Itália em junho de 1944. (D'ARAÚJO, 2017, p. 29)

O apoio brasileiro na Segunda Guerra viria a garantir ao país uma série de concessões comerciais e econômicas com os norte-americanos, propiciando a construção de siderúrgicas e obtenção de aparatos militares. No entanto, também custou a Vargas mais um desgaste da visão pública de seu governo. Apesar de o DIP encarregar-se de narrar os atos heroicos dos pracinhas da FEB na Itália, as reais condições pelas quais os soldados brasileiros passaram na Europa fora desconhecida pela população brasileira até o retorno dos mesmos, após o fim da guerra. As péssimas condições de armamentos, vestuário e logística levaram à perda de muitos soldados brasileiros, que contribuiu para a queda da popularidade de Getúlio.²⁰

Além disso, a guerra forçou a militarização dos operários, gerando uma dicotomia de pertencimento de classe que foi observada por Lenharo (1986) quando “Vargas ataca a subjetividade do operário, acoplando à visão de sua própria condição uma dimensão ético-militar que originalmente ela não comporta” (p. 86). Todos estes elementos ligados à Segunda Guerra, levaram ao desgaste do Estado Novo, e em 1945, o próprio Vargas reconhece que o fim da guerra era propício para uma abertura política. O presidente é afastado do poder em um momento estratégico, no qual sua popularidade caíra, e passa a exercer sua influência a partir dos bastidores políticos, do qual vem a ressurgir nas eleições de 1950, quando é eleito pela primeira vez através do voto direto.

O embate ideológico

Desde a Revolução Russa, a esquerda comunista leninista vem se organizando em vários países, chegando com mais força no Brasil a partir da década de 1920, período em que foi criado o PCB, partido que surgiu de uma disputa ideológica entre o anarco-sindicalismo e o comunismo, descaracterizando a intenção de parte da classe operária de uma frente única.

²⁰ Dos 5075 soldados que foram para a Itália, 451 foram mortos tanto em batalha, quanto devido ao frio. Fonte: HAAG, Carlos. *Em busca da “guerra boa” dos pracinhas*. Revista Pesquisa – FAPESP, 2013.

Esta disputa pela dominação ideológica aumentou no decorrer da década de 1920, tanto no interior da corrente de esquerda quanto de direita, diminuindo a partir da revolução de 1930, onde a esquerda acabou por se unir para resistir à nova frente de direita que se instaurou no país.

O embate ideológico entre grupos sociais antagonistas é responsável, nesses anos, pela intensificação da produção de imaginários sociais concorrentes, onde, em torno da ideia de revolução, proliferam representações – umas, legitimando relações de força; outras, postulando uma nova legitimidade no campo político. (DUTRA, 2012, p. 39)

A partir de 1930, Getúlio Vargas iniciou um período de intenso controle midiático e de veiculação de propagandas. Considerando a existência de uma maioria da população iletrada, além das emissões radiofônicas, os meios iconográficos também se constituíram em decisiva ferramenta de atribuição de valores que eram transmitidos à população, mas não unicamente à população iletrada, pois as imagens carregam em si fortes representações, encontrando ressonância igualmente entre os alfabetizados. Assim, o campo imagético se torna um forte aliado na repercussão de ideologias, principalmente as dominantes.

Através de um controle bem estabelecido e da aceitação popular, os aparelhos ideológicos do Estado funcionaram como nunca antes na história do Brasil, chegando a caracterizar um sentimento de nacionalismo que vinha ascendendo no país no período varguista. Todos estes elementos de controle estatal, incluindo o AIE de informação, levam a um objetivo claro: a manutenção do modo de vida capitalista.

Todos os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas. Cada um deles concorre para este fim único na maneira que lhe é própria. O aparelho político submetendo os indivíduos à ideologia política do Estado [...]. O aparelho de informação despejando pela imprensa, pelo rádio, pela televisão doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc. (ALTHUSSER, 1998, p. 78)

Por outro lado, são necessárias ressalvas em relação a este poder incomensurável, atribuído ao Estado por Althusser, como se a ideologia atingisse

uniforme e igualmente as pessoas. As teorias da recepção denotam a fragilidade desta visão estruturalista. Segundo Barbosa (2016), ao estudar a teoria da recepção de Stuart Hall, é possível identificar as contradições existentes ao definir com totalidade o funcionamento da máquina estatal, considerando as diferenças existentes entre a codificação e a decodificação nas operações comunicativas, que se desenvolvem de forma complexa e não linear.

Defende o autor o modelo saussuriano em que a linguagem é uma articulação de diferenças para afirmar que para ele é importante saber analiticamente por que o consumo e a produção são diferentes a fim de falar como eles se articulam discutindo a posição de Althusser em relação à totalidade complexa. Hall discorda do modelo de totalidade aplicada à dimensão individual enquanto afirma que o modelo codificação/decodificação procura pensar os circuitos de comunicação como totalidade complexa e determinada. (BARBOSA, 2016, n.p.)

Assim, deve-se pensar nos elementos de contradição existentes neste cenário, sem refutar um clássico como os AIE de Althusser, mas, ao mesmo tempo, identificar as possíveis incoerências no que tange à totalidade deste modelo, como apontado por Barbosa (2016) e de acordo com Hall, ao verificar que as recepções linguísticas e sociais não atingem todas as pessoas de forma igual. Em síntese, pode-se constatar que os aparelhos ideológicos foram muito efetivos durante a era Vargas e determinaram, de modo geral, os acontecimentos históricos referentes à informação e à censura, embora existam rupturas neste processo, pois o mesmo não ocorre de forma homogênea e idêntica.

Os instrumentos utilizados para a veiculação da propaganda têm a intenção de criar uma cultura abrangente que, por sua vez, tem por fim consolidar o modo de produção e a ideologia capitalista, para assim criar uma consciência social homogênea e defensora do sistema vigente.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]. Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em

geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe (GRAMSCI, 2001, p. 15)

A partir deste contexto, é possível identificar as intenções da propaganda anticomunista no período Vargas, no embate à uma ideologia que vinha ameaçando o sistema vigente em todo o mundo. Gramsci (2001) aponta que uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido da dominação é sua luta pela assimilação e pela conquista ideológica.

1.3 A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO NOS ANOS 1930 E 1940

Pré-década de 1930

Para discorrer acerca da educação no Brasil, é possível retornar ao seu período colonial, no qual se encontram as raízes do ensino e as bases que produziram desdobramentos, pois, a partir deste panorama histórico da educação, torna-se possível observar a relação da educação formal e informal ao longo da história do Brasil. O primeiro contato que o Brasil colônia tem com um saber institucionalizado, foi com a chegada dos jesuítas e a Companhia de Jesus. De acordo com Xavier (1994), juntamente com a catequização católica dos indígenas, os jesuítas introduziam saberes “civilizatórios” capitalistas, como as noções da divisão racional do tempo, espaço e trabalho.

Tal dinâmica alterou profundamente os hábitos dos povos nativos, que anteriormente, possuíam um método de aprendizado baseado na educação informal, na qual os saberes eram passados pelos mais velhos e as tradições eram mantidas de forma expressiva. É importante frisar, portanto, que o período pré-colonial não era desprovido de educação, ela apenas acontecia de forma diferente e com estruturas que não se baseavam no sistema capitalista. Após a chegada dos portugueses, o ensino sofreu grandes mudanças.

As práticas, táticas e tecnologias, utilizadas pelos jesuítas, tinham como objetivo o controle constante dos tempos, espaços, relações pessoais, corpos, etc. Isso exigiu a introdução de mecanismos disciplinares individualizantes. Embora introduzidos pelos jesuítas, ainda no período da colonização do Brasil, estes

mecanismos de controle disciplinar individualizante mantêm-se quase intocados na escola atual, na organização e separação dos corpos, na vigilância e no cuidado com estes mesmos corpos, na organização do tempo, dos conteúdos estabelecidos por diretrizes nacionais, etc. Tudo isso compõe a escolarização atual. (FUSINATO E KRAEMER, 2013, n.p.)

Durante todo o período histórico pós-colonização portuguesa, o Brasil passa a “importar” a educação, seja através do vínculo religioso com a Igreja Católica exercida pelos jesuítas, ou pelas influências do iluminismo europeu que se seguirão no contexto da história do país. Também no período colonial, mas principalmente no imperial, nosso país teve uma distinção social bem marcada entre a aristocracia e aqueles que a servem, constituindo o dualismo que caracterizou a educação brasileira por séculos.

Esta separação, segundo Xavier (1994) também é muito notória na educação, uma vez que, neste período, apenas as famílias mais abastadas, vindas de Portugal, podiam dar acesso à educação aos seus filhos. Enquanto isso, todo o resto da sociedade brasileira tinha como fonte de informação apenas a educação informal, ou seja, aquela aprendida na família, no trabalho e na sociedade excludente que a rodeava.

A economia colonial brasileira fundada na grande propriedade e na mão-de-obra escrava teve implicações de ordem social e política bastante profundas. Ela favorece o aparecimento da unidade básica do sistema de produção, de vida social e do sistema de poder representado pela família patriarcal [...]. Afinal, ao branco colonizador, além de tudo, se impunha distinguir-se por sua origem europeia, da população nativa, negra e mestiça, então existente. A classe dominante, detentora do poder político e econômico, tinha de ser também detentora dos bens culturais importados. (ROMANELLI, 1986, p. 33)

A partir deste trecho, é possível perceber que durante todo o período do Brasil colônia e do Brasil império, a classe dominante não só era detentora exclusiva do acesso ao ensino institucionalizado, mas também era a única que tinha acesso aos bens culturais que vinham do exterior, uma vez que apenas o que era produzido fora do Brasil possuía valor cultural para a elite, o restante da população era considerada desprovida de cultura. Assim, Romanelli (1986) enfatiza que, “as condições objetivas que portanto favoreceram essa ação

educativa foram, de um lado, a organização social e, de outro, o conteúdo cultural que foi transportado para a Colônia” (p. 33).

Durante séculos, a história educacional brasileira tomou o rumo das descrições anteriores, marcada por uma intensa divisão de classes, que definia o acesso ao ensino institucionalizado. Essa divisão não comprometia somente o âmbito educacional, mas também o acesso à cultura, lazer e participação política da população que servia a aristocracia portuguesa. Este cenário começa a ser alterado, ainda segundo Romanelli (1986), de forma tímida, a partir do ciclo do ouro, no qual passa a surgir uma classe intermediária e uma pequena urbanização na região das minas gerais, proporcionando uma maior participação social desta camada, da qual surgiram jornalistas e pessoas engajadas politicamente.

O surgimento desta classe intermediária, o que desembocaria nos processos de independência, fez surgir uma demanda escolar que não estava mais ligada apenas à oligarquia, uma vez que o estudo passa a ser visto enquanto uma possibilidade de ascensão social. Tal demanda não fez desvencilhar, no entanto, a superioridade da classe dominante em detrimento das demais classes sociais. Assim, observa-se durante todo o período imperial, uma manutenção do *status quo* que se estendeu até mesmo após a Constituição da República de 1891, que definiu um modelo educacional que coroou:

[...] a consagração do sistema dual de ensino, que se vinha mantendo desde o Império. Era também uma forma de oficialização da distância que se mostrava, na prática, entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional). Refletia essa situação uma dualidade que era o próprio retrato da organização social brasileira. (ROMANELLI, 1986, p. 41)

A realidade escolar e social só vai sofrer profundas mudanças no Brasil a partir do século XX, e muito mais acentuadamente a partir da década de 1920, onde se começa a pensar em uma escola universal e gratuita para todos. A partir deste período, de acordo com Nagle (2001), “os assuntos educacionais se enquadram em movimentos político-sociais” (p. 145). É preciso ressaltar ainda, de acordo com o autor, que a educação sempre estabeleceu relações com as

correntes ideológicas que, por sua vez, influenciaram o âmbito político e social, e determinaram os rumos também do setor estatal.

No Brasil do século XX, destacam-se as influências dos movimentos político-sociais como o nacionalismo, o catolicismo, o liberalismo, o modernismo e, de forma menos acentuada – mas com grande posterior repercussão no embate ideológico que se seguirá nas décadas de 1930 e 1940 – o integralismo e o socialismo. Estes movimentos fomentaram uma disputa ideológica que colocou a educação institucionalizada enquanto um foco importante para a manutenção do sistema, e assim a educação passa a ter um papel de destaque no movimento político. De acordo com Nagle (2001), a década de 1920 precedeu um período fundamental no sistema educacional:

Uma das mais significativas formas do padrão de pensamento educacional, na década de 1920, foi a de considerar a escolarização como o problema vital, pois da solução dele dependeria o encaminhamento adequado dos demais problemas da nacionalidade. (NAGLE, 2001, p. 145)

É importante destacar que os meios midiáticos já vinham exercendo influência na educação brasileira, principalmente através do rádio, jornais e revistas. Através destes meios, segundo Setton (2004), a população tinha um acesso limitado à cultura, que era disseminada pela classe dominante, além de seus valores e ideologias. A autora produz um levantamento, em termos de Brasil e realizado pelo Censo Demográfico²¹, onde se observa um baixo nível de escolarização, em detrimento de um alto nível de acesso às mídias, e este acesso à educação informal vem há muito tempo sendo utilizado como disseminador de ideologias e controle social.

O Brasil, juntamente com outros países latino-americanos, constrói, respectivamente, uma história cultural a partir de outras influências. Antes que a escola se universalizasse, antes que o saber formal se tornasse referência educativa para grande parte de nossa população, antes que a língua escrita estivesse generalizada em todo o território nacional, o rádio, a TV e o cinema já eram velhos conhecidos da população. É possível pois

²¹ O censo “constitui a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do País e em seus recortes territoriais internos, tendo como unidade de coleta a pessoa residente, na data de referência, em domicílio do Território Nacional.” Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Último acesso em 2 de maio, 2020.

considerar que o imaginário ficcional das mídias há muito mais tempo vem colonizando os nossos espíritos. É possível considerar que esse imaginário está mais presente e é mais familiar no cotidiano dos segmentos sociais brasileiros, sobretudo os segmentos com baixa escolaridade, do que propriamente a cultura escolar. (SETTON, 2004, p. 62)

Pode-se também acrescentar as origens do acesso à educação institucionalizada, por meio dos apontamentos de Alves (2006), que discute acerca da produção da escola pública na contemporaneidade. De acordo com o autor, o acesso ao ensino escolar, remete ao período da Revolução Industrial, utilizando-se das reflexões de Marx, em *O Capital*, onde fica explícita a mudança na dinâmica operária a partir do advento das máquinas, quando a força masculina passa a não ser exclusiva, inserindo mulheres e crianças nas fábricas. Neste período, a classe trabalhadora inglesa passa a reagir contra as condições de trabalho impostas pela burguesia, exigindo uma legislação que trouxesse melhorias à vida dos trabalhadores.

Apesar das lutas terem forte impacto nas alterações legislativas, ainda segundo Alves (2006), foram as intenções de reprodução da riqueza social que impulsionaram as mudanças nas leis inglesas, nas quais, em seus primeiros acertos, produziu normas que diminuía a jornada de trabalho infantil, universalizavam e tornavam obrigatória a escolarização, sendo que os gastos com o ensino das crianças empregadas, deveriam ser custeados pelo empregador das mesmas. Este conjunto de normas gerou o chamado “desemprego infantil” em massa, enquanto a parcela adulta seguia sem proteção legislativa no trabalho, tendo em vista que:

Logo, o burguês, motivado pelo aumento de seus lucros, poderia livremente explorá-lo, ao contrário do que ocorria com a criança trabalhadora. Em relação ao trabalho adulto, os ganhos do capitalista não se viam cerceados por limitação de jornada de trabalho ou compromisso de financiamento aos seus estudos. (ALVES, 2006, p. 138)

É preciso considerar que, apesar dos apontamentos acima se referirem à realidade inglesa de ensino, o Brasil sofreu interferências diretas das lutas operárias de um lado, e influências do modo de vida europeu imitado pela elite brasileira por outro. Assim, a abertura e regulamentação do ensino infantil na

Inglaterra, influenciou, mais tarde, a universalização do ensino no Brasil. Considerando as reflexões de Alves (2006) e Romanelli (1986) é possível perceber o panorama no qual se instituiu o ensino público e universal no Brasil a partir de 1930. Ele foi resultado do surgimento das classes intermediárias, das lutas operárias e do interesse burguês em promover uma intermediação ideológica seguida de uma concessão aos anseios populares.

Retomando a linha histórica, a década de 1920 representa um marco no rompimento com o modelo educacional até então instituído. Embora as instâncias da educação informal continuassem a se perpetuar – e a partir da década de 1930 com ainda mais força através do controle midiático – a educação formal observa a insurgência de diversos movimentos que se preocupam com a universalização do ensino e buscam o fim da dualidade social e educacional que ocorria no Brasil.

A evolução da escola no Brasil sofre um forte incremento na reestruturação econômica, ocasionada pelo processo de industrialização iniciado na segunda metade dos anos de 1920 e a instauração de uma nova ordem política caracterizada pelo rompimento com acordos que sustentavam as elites no poder. Tais acontecimentos marcam o início da Segunda República. Saliente-se que as mudanças educacionais, desta vez, são geridas por educadores. O descontentamento dos educadores frente à omissão dos governantes frente aos temas ligados à educação, neste mesmo período, é o impulso básico para o “Manifesto dos Pioneiros da Educação” de 1932. (FUSINATO E KRAEMER, 2013, n.p)

Estes movimentos que surgem na década de 1920 são resultado de uma combinação de fatores que modificaram – embora parcialmente – o modo de vida dos brasileiros. A industrialização, o surgimento de ideologias e movimentos político-sociais e uma demanda educacional que já não comportava as necessidades do sistema, impulsionaram o governo e a burguesia a proporcionar uma abertura no sistema educacional, que também foi marcado por divergências quanto à abordagem e organização deste novo sistema.

De acordo com Nagle (2001), deve-se considerar que estes movimentos político-sociais que surgem, ressignificam não só a esfera escolar institucional, mas os padrões culturais existentes. Ao defenderem uma sociedade urbana-industrial em detrimento de uma civilização agrícola, estes movimentos geram

também a defesa de um nacionalismo que vem se erigindo no início do século XX, e que passa a delimitar as novas formações culturais e que “com as transformações no setor cultural são introduzidos novos padrões de pensamento e novas regras de conduta [...] atingindo a esfera de ação coletiva” (NAGLE, 2001, p. 133). Desta forma, podemos pensar na educação enquanto resultado de um processo de formação cultural que acontece em uma sociedade, e, não obstante, que esta formação cultural possui intencionalidades que são (re)produzidas pelas classes dominantes.

Dessa forma, a escolarização é tida como um dos elementos do subsistema cultural; portanto, um elemento que deve ser analisado e julgado em combinação com os demais elementos da cultura brasileira, e com as condições da existência social definidas na exposição dos setores político, econômico e social. (NAGLE, 2001, p. 133)

A partir desta afirmativa, é possível perceber não somente a existência de uma educação para além do âmbito institucional, mas também como a educação informal se relaciona e afeta as instâncias do ensino formal, uma vez que o mesmo é formulado a partir das definições culturais existentes em uma dada sociedade.

O período destacado do fim dos anos 1920 é marcado por certo otimismo em relação às mudanças que ocorrem no Brasil e às reformas que passam a ocorrer a partir de 1930. De acordo com Romanelli (1986), as reformas educacionais tiveram sua motivação principal através da demanda social por educação, pois as mudanças no modelo econômico do Brasil alteraram a “estrutura dos fatores influentes no sistema educacional pela inclusão de novas e crescentes necessidades de recursos humanos para ocupar funções nos setores secundário e terciário da economia” (ROMANELLI, 1986, p. 46).

Década de 1930

Como explicitado anteriormente, a década de 1920 se destacou no plano educacional – e social como um todo – pelo surgimento de várias correntes político-sociais que tinham interesse no âmbito educacional. A partir de 1930, já com Vargas enquanto chefe do executivo, diversas mudanças fervilhavam na

sociedade, a mudança do regime parecia proporcionar as reformas que a população já pressionava o governo a realizar na década passada. Segundo Fausto (1995), havia duas correntes básicas e opostas na área da educação: de um lado, com uma visão conservadora, a Igreja Católica, que exercia grande influência na educação do país desde a vinda dos jesuítas, e de outro lado, com propostas até então inovadoras, os reformistas liberais. A partir desta dualidade, podemos definir a ramificação educacional católica enquanto:

A Igreja Católica enfatizava o papel da escola privada, defendia o ensino religioso tanto na escola privada como na escola pública – neste último caso em caráter facultativo e diferenciado segundo o sexo. Sob esse aspecto, o pressuposto era de que meninos e meninas deveriam receber educação diferente, pois destinavam-se a cumprir tarefas diversas, na esfera do trabalho e do lar. (FAUSTO, 1995, p. 339)

A definição acima representa os valores pregados pela Igreja Católica, que possuía – e ainda possui – uma grande quantidade de escolas religiosas instituídas no Brasil. O grande choque do catolicismo com os reformistas liberais foi referente à luta dos reformistas por uma escola laica e sem diferenciação por sexo:

Os educadores liberais sustentavam o papel primordial do ensino público e gratuito, sem distinção de sexo. Propunham o corte de subvenção do Estado às escolas religiosas e a restrição do ensino religioso às entidades privadas mantidas pelas diferentes confissões. O ponto de vista dos reformadores liberais foi expresso no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. (FAUSTO, 1995, p. 339)

Deve-se dar também destaque ao movimento da Pedagogia Libertária, de acordo com Fusinato e Kraemer (2013), idealizada por anarquistas no início da década, com ideais voltados para a implantação de uma sociedade livre, além de não estar voltada aos interesses da burguesia econômica. Este movimento irá ganhar força no Brasil especialmente a partir da década de 1980 com a redemocratização, mas já possui sua gênese no início do século. A Pedagogia Libertária surge com a proposta de dar autonomia ao aluno e promover um conhecimento crítico, através da vivência coletiva.

Segundo Santana (2018), este movimento provém do socialismo libertário ou anarquismo, tendo como precursores Mikhail Bakunin e Pierre-Joseph Proudhon ainda no século XIX, e a tendência pedagógica deste movimento segue os preceitos anarquistas. “A educação para os anarquistas deveria ter um pressuposto acima de tudo antissistêmico e emancipatório, logo, um viés revolucionário.” (SANTANA, 2018, p. 473). A Pedagogia Libertária também consiste em um método de ensino, que possui muitos pontos em comum com a posterior Pedagogia Libertadora de Paulo Freire.

Método de ensino da Pedagogia Libertária é na vivência grupal, na forma de autogestão, que os alunos buscarão encontrar as bases mais satisfatórias de sua própria 'instituição', graças à sua própria iniciativa e sem qualquer forma de poder. [...]. O progresso da autonomia, excluída qualquer direção de fora do grupo, dá-se num 'crescendo': primeiramente oportunidade de contatos, aberturas, relações informais entre os alunos. (LIBÂNEO, 1994, p. 67-68)

O ponto mais importante no que tange ao método libertário é a ênfase nas relações informais enquanto progresso de autonomia, reconhecendo a importância do meio e as experiências anteriores à instituição para o desenvolvimento educativo dos alunos. Apesar da sua origem se dar em meio à difusão de diversos movimentos político-sociais e educacionais, a Pedagogia Libertária não obteve grande relevância em relação à sua abrangência neste período, é por isso que o foco se dará no movimento do reformismo liberal, este que alcançou notoriedade social no decorrer da década de 1930.

O movimento da Escola Nova vem dos anos 1920 e se formaliza a partir do Manifesto dos Pioneiros de 1932, um documento assinado por 26 educadores e pensadores no qual são abordadas bases e princípios para a reforma do sistema educacional brasileiro. O fator decisivo para a abrangência deste movimento foi o mesmo ter sido desenvolvido por uma elite intelectual que possuía influências no governo de Vargas. Este documento trouxe grandes mudanças na visão até então estabelecida em relação à educação e desafiava o modo tradicional e conservador de ensino, e embora não trate especificamente do conceito de educação informal, o Manifesto dos Pioneiros já iniciava a observação da importância dos elementos externos à escola para o desenvolvimento intelectual e social dos indivíduos.

A consciência do verdadeiro papel da escola na sociedade impõe o dever de concentrar a ofensiva educacional sobre os núcleos sociais, como a família, os agrupamentos profissionais e a imprensa, para que o esforço da escola se possa realizar em convergência, numa obra solidária, com as outras instituições da comunidade. Mas, além de atrair para a obra comum as instituições que são destinadas, no sistema social geral, a fortificar-se mutuamente, **a escola deve utilizar, em seu proveito, com a maior amplitude possível, todos os recursos formidáveis, como a imprensa, o disco, o cinema e o rádio**, com que a ciência, multiplicando-lhe a eficácia, acudiu à obra de educação e cultura e que assumem, em face das condições geográficas e da extensão territorial do país, uma importância capital. (AZEVEDO, 2006, p. 202, grifos nossos)

O Manifesto já tratava, portanto, dos fatores sociais e midiáticos que influenciam a educação e buscavam a cooperação entre estas estruturas, visando uma participação efetiva entre as áreas da educação formal e informal, com o objetivo de aumentar a eficácia do método educacional nas escolas. O movimento da Escola Nova alcança novos olhares no que diz respeito à visão do aluno enquanto ser social que, por sua vez, está inserido numa determinada realidade, e que sofre influências da mesma.

No entanto, como aponta Fausto (1995), o mesmo não foi inteiramente aceito pelo presidente por se tratar de um movimento que ia contra os preceitos da Igreja Católica, instituição com a qual o governo e as instituições educacionais possuíam fortes vínculos. Por isso, embora a Escola Nova tenha alcançado influência nas reformas promovidas durante a Era Vargas, principalmente nos estados em que estes educadores atuaram em posições de mando nas Secretarias de Educação, seus ideais foram abafados pelo conservadorismo. Dentre as reformas que foram alcançadas durante a década de 1930, podem-se citar as previstas na Constituição de 1934 e a Reforma Capanema, idealizada pelo então ministro da educação e sociedade, Gustavo Capanema.

No que diz respeito aos princípios gerais, a Constituição de 1934 declarava a educação como direito de todos, bem como sua gratuidade. Aparecia neste texto constitucional ainda a questão do ensino religioso, ao qual foi dado caráter facultativo. O período que se abriu a seguir marcou outra etapa da história política institucional brasileira, com o advento do Estado Novo (1937/1945), quando a pasta do Ministério da Educação e Saúde já era ocupada por Gustavo Capanema, desde o ano de 1934.

Refletindo as adequações necessárias à nova fase atravessada desde então pelo país, abriu-se um novo conjunto de reformas educativas, que ficaram conhecidas como Leis Orgânicas de Ensino ou Reforma Capanema. (BRITO, 2006, p. 13-14)

As reformas conduzidas por Gustavo Capanema, de acordo com Brito (2006), tiveram como ênfase a criação de um sistema educacional brasileiro, no qual fossem divididas as instâncias educacionais e que as mesmas fossem tratadas de acordo com suas necessidades. É notória a influência do Manifesto dos Pioneiros na Reforma Capanema, que, em outras palavras, além de subdividir as instâncias educacionais em ensino básico e superior, também procurava formalizar e capacitar a área docente.

Dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e o outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. [...] Estabeleceu normas para a admissão do corpo docente e seu registro junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública. (ROMANELLI, 1986, p. 135 apud BRITO, 2006, p. 13)

A partir destas prerrogativas, observa-se uma unificação do ensino no que tange a universalização e a procura de uma quebra de barreiras de classes, onde de acordo com Azevedo (1932), este novo molde vai contra a velha estrutura de serviço educacional e “deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um ‘caráter biológico’, com que ela se organiza para a coletividade em geral” (AZEVEDO, 1932, p. 197). No entanto, deve-se atentar para o fato de que essa “universalização” não ocorreu rapidamente, nem considerou as barreiras socioeconômicas impostas a grande parte da sociedade, o que colocava em xeque as premissas de que a aptidão resolveria as desigualdades educacionais. Além disso, as disputas ideológicas no ensino foram um grande atenuante para a não contemplação de um desenvolvimento educacional realmente efetivo, tomando-se de exemplo – já citado anteriormente – da barreira conservadora imposta pela instituição católica durante toda a Era Vargas.

A repercussão dos movimentos e tendências pedagógicas que vinham surgindo no período também permearam claramente a classe política, uma vez que estas consideravam a educação enquanto um meio para promover as

mudanças que julgavam necessárias. Favoreto (2008) aponta a relação que o PCB teve com a atividade educativa no país. Segundo a autora, o foco do partido sempre se deu na classe operária, no entanto, havia a necessidade de instruir essa massa trabalhadora de alguma forma para que a mesma adquirisse os instrumentos teóricos necessários para fomentar a luta socialista. Inicialmente, os pecebistas investiram na distribuição de folhetos com o objetivo de instruir seus seguidores acerca da formação do militante, além de promover cursos nos quais eram realizados debates e também congressos.

Nestes encontros, a intencionalidade de tal organização era notória, assim, “podemos dizer que predominou a idéia de que esta poderia ser a alavanca do processo revolucionário” (FAVORETO, 2008, p. 173). O objetivo principal do PCB era, através de atos educativos, promover o despertar da consciência de classe entre os trabalhadores, tendo então uma linha ideológica bem estabelecida e transformada em militância. Enquanto representante desta classe trabalhadora, os pecebistas foram também responsáveis por alguns planejamentos e ações relacionados ao âmbito da escola formal e não-formal.

Com base em uma concepção marxista-leninista da história, apresentou interpretações da história brasileira, definiu medidas políticas mais urgentes e planejou estratégias de longo prazo para a realização de suas metas. Embora suas aspirações políticas fossem revolucionárias, seu plano de ação e suas táticas eram traçadas naquele contexto histórico definido. Neste sentido, em matéria de educação escolar, ao abordarmos a concepção e a perspectiva educacional do PCB, não podemos ignorar o conjunto de questões levantadas pelos defensores da renovação escolar no Brasil, também conhecidos como escolanovistas e ou educadores liberais. (FAVORETO, 2008, p. 175)

É importante destacar que o PCB não se envolveu objetivamente no processo educativo escolar, não obstante, sua participação nas discussões acerca da estrutura educativa e a influência que exerciam a partir dos pensadores teóricos marxistas acabava por se difundir no planejamento educativo. Assim, embora tanto o PCB quanto a Escola Nova se posicionassem enquanto lideranças que buscavam mudanças sociais e educacionais, as diferenças ideológicas e de finalidade que os dois movimentos buscavam, os diferenciava estruturalmente.

Ao passo que os pecebistas não apostavam na escola como um elemento ativo no processo revolucionário e destacavam a revolução operária como a única forma de constituição da igualdade social, os escolanovistas pretendiam reconstruir e regenerar a sociedade e/ou a cultura brasileira com base na escola. Para os escolanovistas, a escola constituiria a “democracia” brasileira. (FAVORETO, 2008, p. 183).

Portanto, mesmo tendo uma considerável influência no movimento educativo do período, os comunistas atentaram-se mais ao processo educativo militante, pois viam a educação enquanto um instrumento para chegar ao seu objetivo, mas ao mesmo tempo, focavam mais no engajamento operário destinado à luta de classes, do que nas outras estruturas sociais que abarcavam o cenário.

No decorrer das décadas de 1930 e 1940, as alterações educacionais foram movidas a partir destas estruturas liberais, que foram idealizadas por uma elite intelectual influenciada pelos movimentos europeus e norte-americanos, podendo-se destacar a influência do modelo pedagógico de John Dewey, que esteve presente na construção do Manifesto dos Pioneiros, sendo adotados diversos elementos do modelo liberal de Dewey. Segundo Bevilaqua (2014), as ideias de John Dewey no que tange ao modelo pedagógico está inserido quase que em sua totalidade no Manifesto.

As categorias durkheimianas utilizadas por Fernando Azevedo não são antagônicas à pedagogia instrumental de John Dewey, o que se pode assinalar são as partes do Manifesto onde seu pensamento é mais visível, tais como: a noção de vida e ideal que devem conformar-se aos educandos, entre ideias abstratas e absolutas e ideias concretas e relativas; as ideias sempre variam de acordo com a estrutura e tendências sociais da época - a educação e o pensamento pedagógico; a oposição das ideias da Escola Nova às ideias da escola tradicional; o critério biológico ao econômico para o direito de todos os indivíduos à educação, segundo as aptidões e, superando a educação de classe; a hierarquia democrática pela hierarquia das capacidades, ou seja, a meritocracia; [...]o argumento de que os diferentes conceitos de vida decorrem das diferenças de classes e da noção de socialmente útil e que, do ponto de vista pragmático, a educação serve aos interesses do indivíduo, no vínculo da escola como meio social. (p. 15)

No entanto, ainda de acordo com Bevilaqua (2014), os efeitos do modelo pedagógico liberal no Brasil não obtiveram tanto sucesso quanto nos Estados

Unidos, pois os escolanovistas enfrentaram dificuldades decorrentes do contexto histórico brasileiro. Além disso, a base social e política do sistema educacional brasileiro, também advindo de seu contexto histórico, provocou grandes mudanças no processo pedagógico e “[...]na incompreensão dos escolanovistas das relações de unidade e contradição entre a superestrutura de domínio ideológico e o povo e nas contradições do sistema filosófico e metodológico do pedagogo norte-americano John Dewey, com esta realidade.” (BEVILAQUA, 2014, p. 16).

Sendo assim, a aplicação deste modelo pedagógico no Brasil encontrou dificuldades, dado seu sentido histórico para a aplicação destas ideias, adicionada à disparidade da formação socioeconômica brasileira se comparada à norte-americana. Assim, a preocupação deste período se deu em atender a demanda de uma nova sociedade brasileira, mais urbana e industrializada, e não necessariamente inclusiva.

No Brasil, as mudanças ocorridas a começar dos anos 30 foram evidentemente parciais e desiguais, envolvendo interesses divergentes, unidos provisoriamente para a consecução de objetivos mais ou menos comuns, com vistas ao deslocamento da velha estrutura de poder. Essas mudanças tiveram caráter espontâneo e foram mesmo conseguidas graças ao crescimento espontâneo de determinadas regiões, especialmente, de determinado setor – o industrial. (ROMANELLI, 1986, p. 109.)

Ao adentrarmos na década de 1930, é possível identificar diversos movimentos político-sociais e pedagógicos como abordado anteriormente. No entanto, torna-se necessário abranger a definição de tais movimentos, para além de suas intencionalidades, pois os mesmos possuem distinções importantes a serem consideradas em sua aplicação. Ao se abordar as reflexões de Saviani (2008), é possível ir além da mera discussão das ideias pedagógicas e observar que existe uma clara diferença entre ideias educacionais e ideias pedagógicas:

Por ideias educacionais entendo as ideias referidas à educação, quer sejam elas decorrentes da análise do fenômeno educativo visando a explicá-lo, quer sejam elas derivadas de determinada concepção de homem, mundo ou sociedade sob cuja luz se interpreta o fenômeno educativo. [...] Por ideias pedagógicas entendo as ideias educacionais, não em si mesmas, mas na forma como se encarnam no movimento real da educação, orientando e, mais do que isso, constituindo a própria substância da prática

educativa. [...] De qualquer modo, tal definição põe em evidência a estreita ligação entre as ideias pedagógicas e a prática educativa. (SAVIANI, 2008, p. 6-7)

A partir das reflexões de Saviani, é possível identificar que a educação vai além do âmbito institucional, sem que deixe de estar sob o enfoque de uma pesquisa educativa, uma vez que a educação pode ser explicada a partir de “determinada concepção de homem, mundo ou sociedade” (SAVIANI, 2008, p. 6). Assim, torna-se pertinente analisar a participação histórica dos meios de comunicação no Brasil e como eles influenciaram o modo de vida dos brasileiros, partindo do ponto de vista de uma educação informal.

Também é importante destacar os dados referentes ao analfabetismo no período, tendo em vista que o foco da propaganda anticomunista era direcionado em grande parte à população não letrada. De acordo com Chagas (1978), a partir de pesquisas realizadas pelo Censo Demográfico, o analfabetismo no Brasil em 1920 alcançava 71,2% da população (18,5 milhões de pessoas) e em 1940 estes números caíram para 59% (13,2 milhões de pessoas). Apesar da notória redução na taxa do analfabetismo durante a Era Vargas, observa-se que mais da metade da população não era letrada durante seu mandato.

Os meios de comunicação na Era Vargas

Como citado anteriormente, o período da Era Vargas é marcado por um forte controle midiático e pelo uso dos meios de comunicação para a divulgação das ideias nacionalistas de Getúlio. O avanço tecnológico que se notabilizou durante o século XX proporcionou ao governo uma ampla gama de instrumentos propagandísticos que, por sua vez, auxiliavam a se perpetuar o poder. Enquanto os jornais e revistas já eram velhos conhecidos da população, o rádio passou a ser inserido de forma muito mais abrangente a partir de 1920, e em conjunto com o cinema, formou o leque de possibilidades de acesso e veiculação da informação.

É necessário lembrar que, nesse período, ainda grande parte da população brasileira era iletrada, por isso, as imagens possuíam forte impacto no imaginário social. Tendo conhecimento disso, tanto o governo quanto as

grandes empresas, investiram em larga escala na produção iconográfica, enaltecendo, no caso das empresas, produtos, e no caso do governo, mensagens nacionalistas. Segundo Capelato (1998), o rádio possuía grande força ideológica, apesar de não apresentar imagens aos espectadores:

Além de divulgar as mensagens e os atos oficiais, os diferentes programas deveriam decantar as belezas naturais do país, descrever as características pitorescas das regiões e das cidades, irradiar cultura, enaltecer as conquistas do homem em todas as atividades, incentivar relações comerciais. Muito se insistia no fato de que o rádio deveria estar voltado para o homem do interior com o objetivo de colaborar para o seu desenvolvimento e sua integração na coletividade nacional. (CAPELATO, 1998, p. 77)

Como visto, o rádio possuía forte influência no cotidiano da sociedade brasileira, com programas que definiam a cultura nacional, os atos oficiais e até mesmo permeavam a educação não-formal. Através do rádio, também era oferecido o ensino de História para a população, pois, de acordo com Dângelo (1998), funcionavam como uma espécie de narrativa que traziam um caráter “ilustrativo” às audições, e na qual eram contados os acontecimentos dos grandes heróis da história. O autor descreve o processo de linguagem utilizado:

A linguagem, nessa perspectiva, encontra-se elaborada nos símbolos a serem absorvidos nas lições, pela determinação e identificação dos sujeitos que "aparecem" no desfile dos acontecimentos históricos e sobretudo nas imagens onipresentes do Estado enquanto condutor da História, fornecendo indícios da criação de uma oficialização da História a ser estudada nos bancos escolares e apreendida nos espaços públicos de sociabilidade ou no cotidiano doméstico atingido pelo rádio. (DÂNGELO, 1998, n.p)

Em complemento às mídias utilizadas até então, as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pela expansão do cinema em território nacional e o advento da televisão. Acerca do cinema, é importante frisar que o “american way of life” passa a ser difundido através dos filmes exibidos massivamente no Brasil. Assim, além do modo de vida europeu, os brasileiros passam a almejar o modo de vida dos norte-americanos, sendo influenciados através dos filmes e produtos que aqui chegavam.

O cinema e o consumo de produtos norte-americanos também foram um gatilho para a “demonização” do comunismo. Desde os seus primórdios, os filmes possuem uma alta carga ideológica, que era passada através do nacionalismo, qualidade necessária a todo grande herói protagonista dos filmes que, conseqüentemente, enfrentava um antagonista, geralmente representado pela União Soviética. As mídias impressas, comerciais e publicitárias também ganharam ainda mais destaque neste período e persistiram durante a Guerra Fria.

Nas primeiras décadas da República, os estabelecimentos comerciais já incorporavam uma instrumentalidade típica de uma sociedade habituada ao exercício do consumo. As lojas disputavam palmo a palmo os espaços visuais e sonoros, usando cartazes, luminosos, vitrines, letreiros em inglês, bandas de música ao vivo [...] (FERREIRA, 2003, p. 31)

Assim, é possível estabelecer o padrão de influência que a propaganda e a mídia tiveram no processo de formação ideológica brasileira ao longo de sua história, auxiliando na posterior compressão da análise das imagens veiculadas durante a Era Vargas acerca do anticomunismo.

CAPÍTULO II - ANTICOMUNISMO, MÍDIA E A EDUCAÇÃO INFORMAL

Após identificar e contextualizar o período histórico que embasa a pesquisa torna-se necessário compreender os conceitos que dão sustentação à mesma, com o objetivo de relacioná-los, para que se possa estabelecer a mediação entre as linguagens da educação informal e as práticas anticomunistas do período. Por conseguinte, discorrer acerca do conceito de ideologia e conectá-la ao campo midiático auxilia no processo de identificação e análise da interlocução entre a população, a influência midiática e como esta relação se opera. Por fim, este capítulo abordará sobre o movimento integralista, uma vez que o mesmo foi um grande veiculador de propaganda anticomunista na década de 1930.

É preciso ainda compreender que os conceitos abordados sofrem alterações e ressignificações por diversos motivos, entre os quais, pode ser citado o período de estudo dos teóricos e também suas fontes de pesquisa. A própria definição de comunismo é rediscutida por Marx em várias ocasiões, de acordo com o avanço de suas pesquisas. O mesmo acontece com os demais conceitos, por isso, é importante ressaltar que estes não possuem uma definição fechada e definitiva, podendo ser discutidos de diferentes formas, de acordo com o prisma histórico, ainda que a função dos conceitos seja justamente estabelecer a precisão na abordagem dos significados.

2.1 ANTICOMUNISMO

O anticomunismo surgiu enquanto um movimento contrário às ideias difundidas por Karl Marx e Frederich Engels no século XIX. No entanto, o conceito de comunismo se perdeu e se ressignificou diversas vezes desde sua criação, na maioria das vezes, sendo manipulado pelos interesses burgueses para deslegitimar um ideário que poderia colocar o sistema capitalista em risco. Portanto, torna-se fundamental recorrer aos clássicos para que se possa identificar em que se constitui o comunismo.

De acordo com Marx e Engels (2005), no Manifesto Comunista, o comunismo seria a etapa final a ser alcançada dentro de uma profunda mudança no sistema político, econômico e social, que teria início a partir da tomada do

poder pela classe proletária. Constitui-se, portanto – de forma breve e resumida – num processo onde a força dos trabalhadores se sobressairia à força burguesa. Para que isso aconteça, ainda de acordo com os autores, deve-se, primeiramente, superar o sistema capitalista, para que se instaure a chamada “ditadura do proletariado”, na qual se instituiria o socialismo, um sistema formado por um Estado forte, governado pelos trabalhadores, onde os mesmos seriam responsáveis pela produção e distribuição dos bens de uma nação de forma igualitária. Só então, após um período indefinido de socialismo, é que se chegaria ao comunismo, um sistema no qual o Estado deixaria de existir e as diferenças de classe seriam totalmente superadas:

Em resumo, os comunistas apoiam em toda parte qualquer movimento revolucionário contra o estado de coisas social e político existente. Em todos estes movimentos, põem em primeiro lugar, como questão fundamental, a questão da propriedade, qualquer que seja a forma, mais ou menos desenvolvida, de que esta se revista. Finalmente, os comunistas trabalham pela união e entendimento dos partidos democráticos de todos os países. (MARX e ENGELS, 2005, p. 69)

Marx e Engels enxergam na propriedade privada burguesa o grande mal do sistema capitalista, uma vez que o modelo de explicação dos sistemas através da dialética marxista se dá pela observação da economia como base que sustenta as demais estruturas sociais, e que a exploração da classe trabalhadora pela classe burguesa se manifesta inequivocamente nas desigualdades sociais. Estes modelos devem, portanto, ser superados.

Embora o conceito esteja sendo abordado de forma mais ampla, cabe ressaltar que as pesquisas de Marx e Engels acerca do comunismo foram sendo aprofundadas, tendo suas estruturas delimitadas no que tange ao uso sociológico, econômico e político do termo. De acordo com Bottomore (2001), os termos socialismo e comunismo foram utilizados durante o século XIX para designar o movimento da classe operária na Europa, embora ambos tenham significados diferentes, podendo ser vistos enquanto meios para o mesmo fim. Quanto a esta assimilação, pode-se compreender que o debate atual sofreu alterações:

O movimento no sentido dessa sociedade pode passar por muitas etapas, no momento inteiramente imprevisíveis, e pode também experimentar interrupções e regressões. O que parece importante, agora, para a maioria dos que participam destes debates, é empreender, por um lado, um estudo empírico e crítico mais profundo das instituições, práticas e normas sociais vigentes, tanto nos países capitalistas como nos socialistas, do ponto de vista de suas potencialidades inerentes para o desenvolvimento no sentido do ideal de Marx; e, por outro lado, uma elaboração mais rigorosa das normas morais de uma sociedade socialista. (BOTTOMORE, 2001, p. 107)

Por isso, como enfatizado, é importante compreender que o conceito de comunismo passa por alterações, dependendo do período e contexto inserido. Num texto escrito para o proletariado da Inglaterra no século XIX, é natural que ocorram mudanças de interpretação para que se possa aplicar à realidade social vivida. No Brasil, a primeira experiência institucionalizada de um movimento comunista se deu a partir da criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que surgiu em 1922 e apenas cinco meses após seu início, já passa a sofrer repressões, chegando a ser cassado em 1927. Por sua vez, este cenário se agrava ainda mais após o Levante Comunista de 1935.

Uma das grandes críticas dos anticomunistas às teorias marxistas se dá na afirmação de que o socialismo/comunismo significa o fim do direito à propriedade. No entanto – e percebe-se aqui um dos muitos equívocos com relação ao Manifesto – Marx e Engels nunca defenderam o fim da propriedade, mas sim o fim da propriedade privada, enquanto uma medida para que se altere o caráter social da propriedade:

O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. [...] Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nesta fórmula única: abolição da propriedade privada. Censuram-nos, a nós comunistas, o querer abolir a propriedade pessoalmente adquirida, fruto do trabalho do indivíduo, propriedade que se declara ser a base de toda a liberdade, de toda independência individual. (MARX e ENGELS, 2005, p. 52)

Em complemento, “O comunismo não priva ninguém do poder de se apropriar de sua parte dos produtos sociais; apenas suprime o poder de subjugar o trabalho de outros por meio dessa apropriação” (MARX e ENGELS, 2005, p

54.). A partir deste panorama acerca do comunismo, torna-se muito claro o motivo pelo qual o mesmo foi e é duramente atacado pelos detentores do poder no sistema capitalista uma vez que o comunismo prega o fim do mesmo. Considerando que o poder político, em sua grande maioria, ou é exercido pelos detentores do capital, ou é financiado por eles, claramente passa a haver o interesse na supressão das ideias marxistas.

Para que isso aconteça, é necessário que se estabeleça igualmente, segundo Motta (2002), um cenário de medo, através da manipulação de informações:

A manipulação oportunista do medo ao comunismo assumiu características diferentes ao longo do tempo e se prestou a objetivos diversos. Vários agentes sociais exploraram o anticomunismo: o próprio Estado, a imprensa, grupos e líderes políticos, órgãos de repressão e mesmo a Igreja. (p. 72)

Assim, é possível perceber que uma rede de influências de diversos agentes sociais se uniu para combater o “perigo vermelho”, e a partir daí estes agentes perceberam que poderiam utilizar-se do anticomunismo não apenas como uma forma de combater ideais contrários aos seus, mas de legitimar a necessidade do controle do Estado para evitar a tomada de poder pelos comunistas. A partir destas definições, pode-se identificar também a origem do anticomunismo, uma vez que, no próprio Manifesto Comunista, Marx já anunciava a existência de forças contrárias aos ideais comunistas. O anticomunismo baseia-se, portanto, na manifestação contrária ao pensamento marxista/comunista, embora o conceito seja diferente da difusão do mesmo.

Isso significa, de acordo com Silva (2001), que é preciso entender o que os textos anticomunistas entendem por comunismo. Dotados por opiniões pretensiosas – que não correspondem diretamente ao que foi concebido no Manifesto, e pelos demais estudiosos da esquerda – o movimento anticomunista passa a se utilizar dos medos sociais para transmitir uma ideia de “perigo”, sendo percebido enquanto algo que ameaça, destrói e mata. Este movimento teve uma abrangência mundial, incluindo o Brasil, onde foi utilizado como motivação para o golpe de 1937.

Em diferentes momentos da história política brasileira o “anticomunismo” foi utilizado para legitimar uma reação conservadora. Ressalta-se que é um fenômeno que permanece para além do Estado Novo e do regime militar brasileiro, quando é relativamente conhecido, ainda que pouco estudado. (SILVA, 2001, p. 26)

Não é à toa que os maiores períodos de instabilidade política estão ligados ao fervor máximo das ideias anticomunistas. Uma mudança radical no modo de vida de toda uma nação servia de pretexto para amedrontar as pessoas. Para além disso, a rejeição do comunismo à religião, vista enquanto uma instituição que promove uma “opressão espiritual”, auxiliou no processo de retaliação ao mesmo, considerando que uma maioria esmagadora da população mundial é religiosa, e especificamente no Ocidente, católica. A junção das instituições e dos movimentos que eram contrários ao comunismo – Estado, Igreja e movimentos extremistas, como o Integralismo – levaram à grande difusão do pensamento anticomunista, principalmente através das mídias.

Através da análise dos conceitos de comunismo e anticomunismo, bem como do contexto histórico – principalmente no que tange à abrangência do comunismo no Brasil – apresentado no primeiro capítulo, cabe-nos o questionamento: se a disseminação dos ideais comunistas no Brasil foi tão frágil e abafada desde seu início, por que a divulgação de seu combate e o medo social foram tão presentes a partir da década de 1920? De acordo com Motta (2010), a existência do projeto comunista era real, e o mesmo tentou articular-se de várias formas em todo o mundo, além do Brasil. A diferença se dá no ponto em que o combate ao “perigo vermelho” tornou-se tão exacerbada, que criou uma grande diferença entre as reais forças de combate revolucionárias e o combate contra os mesmos. Esta diferença torna-se perceptível a partir das representações que foram forjadas no imaginário social e nas representações coletivas.

As representações estão calcadas na realidade, mantendo diálogo constante com o mundo social, a vida concreta, e, simultaneamente, interferem no seu desenrolar, na sua construção. Assim, o anticomunismo surgiu como resposta ao desafio real implicado na existência do projeto comunista; porém, ao mesmo tempo, as representações contra o comunismo divulgadas na sociedade contribuíram para ampliar a percepção da presença do “perigo”, gerando, por vezes, uma relação

desproporcional entre a força efetiva dos revolucionários e o medo neles inspirado. (MOTTA, 2010, p. 20)

Tal discrepância não deve, no entanto, minimizar a força dos efeitos que o anticomunismo gerou na sociedade brasileira, o que se pode analisar é que o movimento anticomunista apresentou muito mais força e abrangência do que o próprio movimento comunista em si, o que resultou num grande número de indivíduos que, apesar de desconhecerem completamente a teoria marxista, a combatiam ferozmente, principalmente a partir das informações e imagens veiculadas.

Esta veiculação se deu, mormente, ainda segundo Motta (2002), a partir das “matrizes” do anticomunismo, como visto já no primeiro capítulo: o nacionalismo, o catolicismo e o liberalismo. Estes três elementos chave foram captados pelo Estado brasileiro e utilizados em momentos cruciais de nossa história como nos golpes de 1937 e de 1964. Por isso, torna-se importante salientar que, apesar da aparente pequena expressividade do movimento comunista no Brasil, este manteve-se articulado e obteve destacada relevância após 1945.

A preocupação em não perder de vista o impacto real do anticomunismo levou a uma estrutura de tese convergindo para os golpes autoritários de 1937 e 1964, eventos em que a mobilização contrarrevolucionária foi fator chave. De fato, as duas “grandes” ditaduras brasileiras do século XX evidenciam a importância do fenômeno anticomunista, já que parcela significativa dos golpistas mobilizou-se, nos respectivos contextos, para lutar contra o perigo vermelho. (MOTTA, 2010, p. 20)

Não obstante esta força do ideário comunista, as esferas que abrangem o anticomunismo podem ampliar-se, segundo Pimentel (2011), também para as Forças Armadas brasileiras. Apesar de não consistir em sua totalidade – leia-se que o catolicismo também teve integrantes contrários ao anticomunismo – o Exército Brasileiro é dotado de grande carga ideológica, assim como a polícia brasileira e a consolidação da repressão política a partir da criação das DOPS na década de 1920, e passou a reprimir abertamente qualquer aproximação ideológica com o comunismo desde o Levante Comunista de 1935. As Forças Armadas utilizaram-se do discurso anticomunista para justificar as duas grandes

intervenções no Brasil, encontrando no comunismo uma justificativa para a tomada do poder, sendo “muitas vezes o principal elemento ideológico que legitima a ação direta das Armas no cenário político” (PIMENTEL, 2011, p. 5).

Assim, ainda segundo Pimentel (2011), é compreensível que, numa instituição hierarquizada, e muitas vezes repressiva como a instituição militar, as ideologias dos grupos que constituem a cúpula do Exército sejam seguidas pelas demais patentes. De acordo com Castro (2002), conforme citado por Pimentel (2011), o Levante de 1935 é tido como fundamental no processo de institucionalização do anticomunismo nas Forças Armadas, levando à expulsão dos militares de esquerda e imputando-lhes uma atmosfera de “traição”, ampliando a perseguição ao “inimigo vermelho” e dando maior visibilidade ao anticomunismo em suas bases. Retomando ao ponto em que as Forças Armadas utilizaram-se do comunismo, enquanto uma justificativa para a tomada do poder em diversas ocasiões na história do Brasil, pode-se destacar:

Não seria exagero nenhum afirmar que se a história política recente do Brasil tem se caracterizado por uma constante e crescente presença das Forças Armadas na cena política, esta presença tem sido justificada, antecipadamente ou posteriormente, através da retórica anticomunista. Do golpe de 1937 ao golpe de 1964; da cassação do PCB em 1947 até a legalização dos partidos clandestinos em 1985; da Revolta de Jacarecanga até o Manifesto Silvío Frota de 1977; das críticas (e estímulo à neutralização) ao projeto de reforma agrária de 1963, às mesmas críticas e neutralização ao projeto de reforma agrária de 1985; da eleição de Getúlio em 1950 à eleição de Leonel Brizola, como governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982 em suma, não há um acontecimento relevante para a política brasileira nos últimos cinquenta anos e que com a presença das Forças Armadas, ou setores expressivos delas, onde a retórica anticomunista não seja utilizada (FERREIRA, p. 50-51, 1986 apud PIMENTEL, 2011, p. 5).

A partir desta afirmação, pode-se perceber que os grupos sociais envolvidos na divulgação do anticomunismo geralmente possuem intencionalidades bem definidas e inerentes a este discurso. Assim, com a disseminação dos ideais anticomunistas no Brasil por parte dos grupos sociais citados, observa-se a partir de 1930 o surgimento de organizações sociais anticomunistas. Como abordado por Motta (2002), embora haja maior incidência destes movimentos no período anterior ao golpe militar 1961-1964, também

ocorreram movimentações semelhantes entre 1934 e 1937. Estas organizações colocavam-se a serviço do governo federal, para auxiliar na manutenção da ordem, calcadas nas tradições nacionais e surgiram de diversos setores sociais, podendo-se citar a Liga Nacional Progressista Suburbana, a Frente Universitária de Combate ao Comunismo, a Defesa Social Brasileira e a Liga de Defesa Nacional²².

As organizações anticomunistas representam as bem sucedidas campanhas midiáticas articuladas pelos grupos sociais das matrizes do anticomunismo, embora poucas tenham se articulado de maneira mais sólida, pode-se destacar que a Liga de Defesa Nacional possuiu uma relevância mais bem definida no contexto social e político, uma vez que se inseria na massa proletária, fazendo campanhas e propagandas neste meio com mensagens contrárias ao “perigo vermelho”. Outras duas organizações merecem destaque, a Defesa Social Brasileira e a Frente Universitária de Combate ao Comunismo:

O combate ao comunismo seria feito no plano da propaganda, mostrando [...] ao povo brasileiro as misérias e a depravação a que conduziria fatalmente [...]’²³ aquela ideologia. Pretendiam também fazer um trabalho de prevenção anticomunista, por meio de atuação no plano educacional. A proposta era incentivar a coletividade, tanto as massas como as elites, especialmente os jovens, a amarem as instituições políticas brasileiras e as tradições da nacionalidade. (MOTTA, 2002, p. 138)

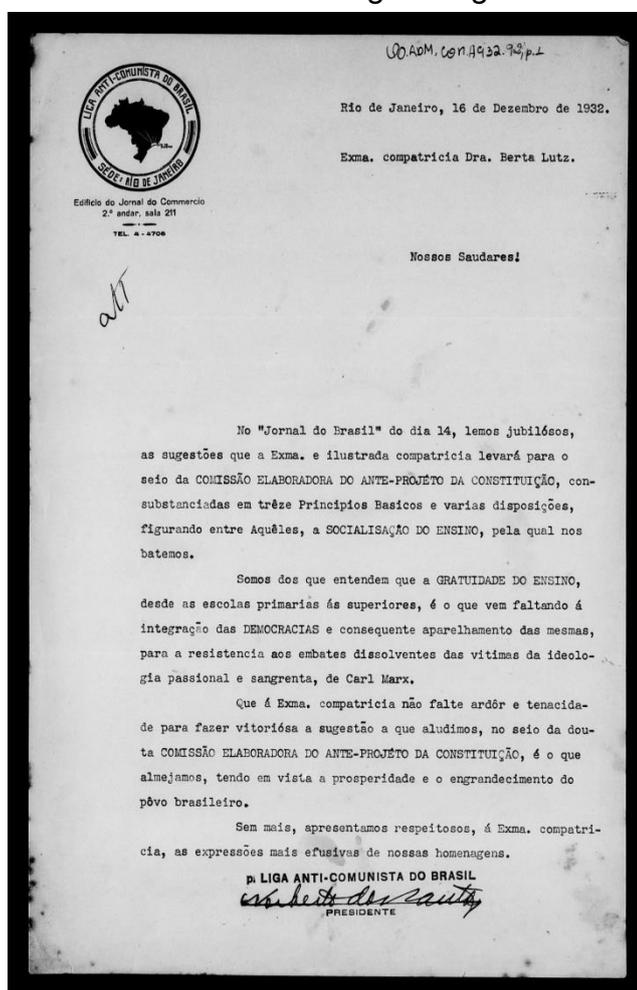
A afirmativa acima traça um panorama importante acerca da movimentação dos grupos anticomunistas no Brasil. Além de investir na propaganda midiática, atingindo assim o público por meio da educação informal, estes grupos e organizações também se utilizaram da educação institucionalizada para difundir seus ideais e o cenário de medo ao comunismo. Durante a Era Vargas, e com mais força durante o Estado Novo, o governo

²² “Em meio à documentação do Ministério da Justiça, por exemplo, existem informações sobre as atividades de uma certa Liga Nacional Progressista Suburbana. [...] Liga contra um grupo de adeptos do credo de Moscou [...] Sabemos da existência de outras duas entidades através do noticiário da imprensa, Defesa Social Brasileira e Frente Universitária de Combate ao Comunismo. A primeira tornou público um Manifesto de fundação onde se apresenta como organização destinada a auxiliar o governo na manutenção da ordem e na preservação da família. [...] Pela mesma época noticiou-se a criação da Frente Universitária de Combate ao Comunismo, que reunia estudantes da capital federal. Neste caso, igualmente, a proposta era realizar trabalho auxiliar ao governo, na defesa da ordem e das instituições” (MOTTA, 2002, p. 174).

²³ Estado de Minas, 2 de novembro de 1937. P. 3. Citação do autor.

brasileiro, através do DIP, distribuía cartilhas ilustrativas com preceitos nacionalistas nas escolas de todo o país, a fim de reforçar o culto à pátria incentivado pelo Estado. Através do culto ao nacionalismo, o governo indiretamente já ligava a população ao medo do comunismo, uma vez que o mesmo era visto enquanto o “credo de Moscou”, ou seja, uma ideologia estrangeira que colocaria a soberania nacional em perigo.

De acordo com documentos encontrados no Arquivo Nacional, a Liga Anticomunista se articulava politicamente a fim de influenciar nas decisões educacionais do país. Colocando-se favoráveis e entusiasmados com a gratuidade do ensino no período Vargas, a Liga encarava este acontecimento enquanto a possibilidade de “resistir à ideologia sangrenta comunista”.



Documento de 1932 expedido pela Liga Anticomunista do Brasil à Bertha Lutz, importante feminista do período. Código de Referência: BR RJANRIO Q0.ADM, COR.A932.92, Arquivo nacional.

Curiosamente, se reproduz neste documento justamente esta reação a qualquer princípio comunista, como no termo “socialização”, aqui neste documento substituído por “gratuidade”. Os temas característicos são utilizados, como na ideia de “ideologia passional e sangrenta” e “dissolvente” em relação ao ideário marxista. Apesar desta carta citada, não foram encontrados outros documentos desta Liga junto ao acervo *on line* do Arquivo Nacional, ou mesmo junto à historiografia. Tal fato, possivelmente, sugere o reduzido alcance da Liga Anticomunista. Não obstante, este documento é esclarecedor ao denotar tanto as bases do anticomunismo como sua preocupação com o tema educativo.

Apesar das diversas organizações e movimentos de repressão ao comunismo, o mesmo era visto por alguns grupos operários e sindicais enquanto uma resistência revolucionária por excelência dos trabalhadores. Por isso, é importante lembrar que, apesar de todos os percalços encontrados pelos movimentos favoráveis ao comunismo, eles resistiam, mesmo quando adentravam na clandestinidade. Nesse sentido, os arquivos encontrados após a abertura da polícia política (DOPS e DEOPS) revelam a existência de grupos de trabalhadores que militavam em prol da divulgação dos ideais da esquerda no Brasil. Carneiro (2002) aborda as obras clandestinas que circulavam no país na década de 1930, e como se davam os meios de burlar a polícia política. As profissões dos militantes eram das mais variadas, mas os jornalistas e editores constituíram um grupo importante no que se refere à divulgação de livros, folhetos e impressos.

Ao constatarmos o grande número de livros escritos em lituano, russo e francês apreendidos pelo DEOPS/SP, percebemos que tanto os propagandistas de esquerda como os de direita conseguiam burlar a censura empregando uma boa dose de inventividade. Os homens do “Serviço Secreto” estavam atentos a essas estratégias que se prestavam como suportes propagandísticos do ideário comunista. Funcionavam como indícios da clandestinidade as indicações de leitura de livros, resenhas publicadas em jornais operários, propaganda de livrarias, palestras, cursos e reuniões festivas anunciadas por associações de cunho cultural. (CARNEIRO, 2002, p. 83)

Eram organizadas reuniões clandestinas, bibliotecas ambulantes e até mesmo recitados trechos dos clássicos marxistas em voz alta, ainda segundo Carneiro (2002), pois considerava-se que uma parcela destes trabalhadores não

possuía o nível cultural necessário para compreender a leitura dos mesmos, por isso eram escolhidos os trechos considerados essenciais para a formação comunista e proferidos durante as reuniões. Estas articulações também eram realizadas por intelectuais da esquerda, na qual os mesmos buscavam realizar uma revolução cultural, alcançando o maior número de leitores possíveis, para então alcançar expressividade no âmbito da cultura política. Formas inusitadas de promover essa difusão dos pensamentos marxistas também estão presentes na obra da autora.

Nos anos 40, um dos expedientes empregados pelos comunistas em São Paulo para camuflar a distribuição de folhetos era bastante curiosa. O encarregado da distribuição disfarçava-se de vendedor de modinhas populares e saía a vendê-las pelos bairros. [...] Se alguém o chamava para comprar sua mercadoria, aproveitava a oportunidade e introduzia dentro do livrinho um folhetim comunista. (CARNEIRO, 2002, p. 86)

Havia, então, um embate entre o Estado e os comunistas ilegais, no qual as mentes da sociedade eram disputadas. Estas organizações aconteciam em diversos setores da sociedade, mas se encontravam principalmente nos sindicatos de trabalhadores, o público principal para a disseminação dos ideários de esquerda. Tavares (2001) aborda com especificidade a movimentação da esquerda que ocorreu em Santos dos anos 1930 até 1950, através dos inventários do DEOPS, na organização dos trabalhadores da zona portuária da cidade. Estes portuários foram responsáveis pelas movimentações de greve e estruturação sindical, ao passo em que a cidade ficou conhecida como “moscouzinha” e “porto vermelho”.

Apesar de possuírem uma expressiva agremiação operária, os militantes santistas não escapavam à censura política instituída principalmente após 1937, onde, através do DOPS e do DIP, o Estado encarregava-se de perseguir os comunistas e também de difundir o anticomunismo em uma escala muito maior e eficiente através dos meios de comunicação de massa. Por isso, os portuários não demonstravam abertamente sua ideologia, e também se organizavam em pequenos atos e divulgações para não chamar a atenção da polícia política.

Uma das características comuns aos comunistas nesse período de repressão era omitir a sua ideologia em espaços públicos.

Nesse sentido, os estivadores comunistas somente reivindicaram a liberdade de discussão de assuntos referentes à classe sem a intervenção governamental direta [...] sem propriamente pregarem a revolução [...]. A panfletagem eram uma das possibilidades dos comunistas difundirem seus ideais, valendo-se da tática de deixar os documentos em lugares acessíveis aos trabalhadores, de tal forma que os operários acabariam por tê-los em mãos. (TAVARES, 2001, p. 55-56)

Portanto, se por um lado temos a exacerbação do poder dos comunistas pelos movimentos anticomunistas, por outro, não há como ignorar o impacto das ideias comunistas, pois, ainda que não fossem massivas, repercutiam e se ampliavam socialmente dadas às suas bases críticas, desestruturantes em relação ao *status quo* e potencialmente inspiradoras para os movimentos políticos de maior ou menor envergadura no campo progressista. Por conseguinte, ainda que a manipulação de sua real força, em diferentes contextos históricos e sociais, tenha sido uma constante, tampouco se pode subestimar a capacidade mobilizadora dos ideais comunistas.

2.2 IDEOLOGIA, IMAGINÁRIO E MÍDIA

Este tópico tem por objetivo, para além de conceituar os termos abordados e relevantes para a pesquisa, também dimensionar como os meios de comunicação conseguiram tamanho alcance já na década de 1930 e como moldaram a opinião pública acerca do movimento comunista através de textos, folhetos e imagens.

De acordo com Araújo (2015), a partir da década de 1970, observou-se uma mudança no estudo da História, onde a vinda de novas metodologias proporcionou a utilização de fontes mais variadas, até então descaracterizadas pela historiografia tradicional. O uso das imagens e dos discursos cabe nestas novas abordagens, apesar de não serem utilizadas exclusivamente por pesquisadores da Escola dos Annales²⁴. O uso dos novos recursos ligados às

²⁴ A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico que se iniciou na França. “Os Annales foi um movimento dividido em três fases: a primeira apresenta a guerra radical contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos; na segunda, o movimento aproxima-se verdadeiramente de uma ‘escola’, com conceitos (estrutura e conjuntura) e novos métodos (história serial das mudanças na longa duração) dominada, prevalentemente, pela presença de Fernand Braudel (46-69); a terceira, traz uma fase marcada pela fragmentação e por exercer

fontes de pesquisa abrangem os métodos aplicados à mesma, por isso, torna-se pertinente também a análise no campo do imaginário, que por sua vez auxiliará na compreensão da produção ideológica e da repercussão midiática nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil.

As estruturas imateriais e ideológicas na sociedade

A sociedade moderna se constitui de diversos elementos, materiais e imateriais, que compõem o cenário social e o influencia diretamente. Dentre os elementos imateriais, podemos citar a religião, a cultura, as tradições, além de outros fatores que interferem no sistema social de uma dada sociedade, e que determinam enfaticamente o modo de vida da mesma.

Dentre os fatores imateriais, a ideologia certamente constitui uma importante ferramenta de produção social, sendo entendida enquanto um conjunto de ideias e pensamentos que são construídos por grupos sociais e que se reflete nas ações e políticas de uma dada realidade. Tendo em vista esta definição, em aproximação com o modo de vida ao qual a sociedade moderna está inserida, é possível perceber a influência que as classes dominantes possuem na difusão ideológica. Ora, para que uma ideologia seja divulgada, é necessário que se dissemine influências nas estruturas midiáticas, que, por sua vez, trabalham em prol da manutenção do sistema vigente, formando por sua vez uma base ideológica que atua de acordo com os interesses deste mesmo sistema. Embora se trate de um elemento imaterial, de acordo com Debord (2017), assim como os demais fatores citados, a ideologia também passa por um processo de materialização, ou seja, sua influência não se limita apenas ao campo das ideias, mas também permeia as estruturas menos abstratas, portanto, concretas.

A ideologia é a base do pensamento de uma sociedade de classes, no curso conflitante da história. Os fatos ideológicos nunca foram simples quimeras, mas a consciência deformada das realidades, e, como tais, fatores reais que exercem uma real ação deformante; tanto mais que a materialização da ideologia provocada pelo êxito concreto da produção econômica

grande influência sobre a historiografia e sobre o público leitor, em abordagens que comumente chamamos de Nova História ou História Cultural.” (OLIVEIRA E CASIMIRO, 2007, p. 268)

autonomizada, na forma do espetáculo, praticamente confunde com a realidade social uma ideologia que conseguiu recortar todo o real de acordo com seu modelo. (DEBORD, 2017, p. 161)

As ideologias produzem, portanto, realidades sociais de acordo com os interesses dos que a difundem, moldando opiniões e gerando um imaginário social que esteja de acordo com uma determinada visão de mundo. No entanto, é preciso enfatizar que, apesar da ideologia se caracterizar enquanto um elemento muito utilizado para a manipulação de massas, a mesma não se restringe apenas a esta utilidade, ou seja, seu uso pode se dar a partir de interesses de difusão, segundo Löwy (2006), mas também em sua visão mais ampla, se caracteriza pelo conjunto de ideias que as pessoas criam acerca das percepções sensoriais do mundo externo. A estrutura ideológica foi utilizada amplamente durante o governo Vargas, com intenções bem delimitadas na divulgação dos ideais varguistas e também dos interesses burgueses, onde, para além da formação de uma sociedade de consumo, pretendia-se moldar uma nação que tivesse adoração à pátria e aversão à qualquer ideologia que ameaçasse o *status* governamental imposto.

Esta produção ideológica contava com um conjunto de pessoas que produziam e divulgavam as informações no país através do DIP. Segundo Lenharo (1986), enquanto as DOPS fiscalizavam e perseguiram qualquer ideologia contrária que tentasse ser difundida, o DIP se encarregava da produção dos conteúdos, em sua maioria nacionalistas, e os repassava aos meios de comunicação.

Um grupo selecionado de teóricos operava diretamente junto ao ditador e cuidava da “verdade doutrinária” do regime. Ao procurar fidelidade às diretrizes oficiais, intentavam facilitar o escoamento ideológico por meio de dispositivos culturais que ampliassem o consumo dos conteúdos doutrinários do regime. Esses intelectuais agiam como autênticos mediadores simbólicos entre o Estado e o social [...] Imagens ricamente elaboradas e pensadas como operadores simbólicos constituíram um dos recursos largamente utilizados pelos intelectuais do Estado Novo. (LENHARO, 1986, p. 54)

Entende-se que a ideologia funciona, portanto, a partir do conjunto de ideias que são difundidas por um grupo, e entende-se também que o Estado Novo se encontrava carregado de posicionamentos ideológicos e de eficientes

meios de divulgação dos mesmos. A partir de uma criação à longo prazo, como aponta Dutra (2012), a ideologia utiliza-se do poder do simbólico, este, por sua vez, permeia um campo histórico chamado de “imaginário”, que é produzido coletivamente através da memória e dos contatos cotidianos. A mídia passa então a fazer parte deste imaginário, pois está inserida no cotidiano social e é responsável pela produção imagética que cerca a realidade social.

O imaginário social se assenta, como nos lembra Castoriadis (1982), no simbólico. O imaginário utiliza o simbólico “não somente para exprimir-se, o que é óbvio, mas para existir” (p. 154). E a sua existência implica a adesão a um sistema de valores e a um sistema de regras que se remetem à estruturação das forças afetivas que atuam sobre o conjunto da vida social. (DUTRA, 2012 p. 41)

O imaginário social é também uma construção humana que remonta ao início de sua formação, onde elementos simbólicos passam a ser assimilados para carregar determinado valor. Ao perceber esta relação entre a ideologia e o imaginário, também nos remonta a percepção da utilização dos mesmos por diversas camadas políticas e econômicas – obviamente, não apenas no Brasil – para a legitimação de seus interesses.

O combate ao comunismo obteve grande êxito no país já a partir de 1920, pois a ideologia comunista, como era divulgada, ia contra a formação nacional brasileira, pois “São elementos de identidade da nação brasileira o ser jovem e o ser tropical. O comunismo é exótico, não faz parte da nossa experiência de mundo, não tem raízes nacionais, é estrangeiro, perturba a saúde política” (DUTRA, 2012 p. 49). E é assim que se conecta o comunismo ao mal e também às doenças. Relaciona-se a sociedade a um organismo vivo, biológico, e a doença é vista enquanto um inimigo a um corpo saudável. Como é possível observar, o repúdio ao comunismo no Brasil está carregado de elementos simbólicos e imateriais que são utilizados enquanto representações.

Chauí (2000) identifica estes elementos simbólicos e acentua que as nações estão carregadas destes simbolismos como modo de perpetuação e legitimação do Estado. A partir do conceito de semióforo, a autora aborda a carga de significados que são atribuídos a elementos – materiais e imateriais – que passam a obter um respaldo social a partir de acontecimentos e signos.

Um semióforo é, pois, um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível, seja no espaço, seja no tempo, pois o invisível pode ser o sagrado (um espaço além de todo espaço) ou o passado ou o futuro distantes (um tempo sem tempo ou eternidade), e expostos à visibilidade, pois é nessa exposição que realizam sua significação e sua existência. (CHAUÍ, 2000, p. 9)

Os semióforos constituem, portanto, uma importante ferramenta de identificação nacional, e juntamente com os imaginários e ideologias, são capazes de consolidar doutrinas e verdades que são introduzidas no meio social. Ainda acerca do conceito de semióforo, vale acrescentar que “um semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica” (CHAUÍ, 2000, p. 8-9). Assim, qualquer elemento pode ser carregado de significado.

Para além de função religiosa, onde uma imagem em forma de escultura ganha uma conotação de adoração aos santos²⁵, os semióforos também são encontrados na produção ideológica da formação de um Estado e de uma nação. Segundo Chauí (2000), na formação de um Estado é necessário que haja uma coesão e lealdade por parte dos habitantes que compõem o território, e a disputa por essa união se complica pela individualidade de pensamentos políticos, religiosos e econômicos. Para que esta união seja possível, então, cria-se a ideia de nação.

Para realizar essa tarefa, o poder político precisa construir um semióforo fundamental, aquele que será o lugar e o guardião dos semióforos públicos. Esse semióforo-matriz é a *nação*. Por meio da *intelligentsia* (ou de seus intelectuais orgânicos), da escola, da biblioteca, do museu, do arquivo de documentos raros, do patrimônio histórico e geográfico e dos monumentos celebratórios, o poder político faz da nação o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto

²⁵ Aqui, a etimologia aproxima o conceito de semióforo e de imaginário, pois na origem o segundo advém do latim *imaginariu*, que remete àquele que faz estátuas e imagens de santos, o santeiro (HOLANDA FERREIRA, Aurélio B. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2 ed. – rev. e aum., 18^a impr. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 918).

integrador da sociedade una e indivisa. (CHAUI, 2000, p. 11, grifo da autora)

A difusão destes elementos imateriais, aos quais são atribuídos significados que são carregados de ideologias, desenvolvem imaginários coletivos que são estabelecidos a partir da repetição e da longa duração à qual a sociedade é exposta aos mesmos. Nesse sentido, também Bourdieu (2010) aponta a força do poder simbólico como forma de legitimar outros poderes. De acordo com o autor, este poder invisível só possui relevância a partir de seu reconhecimento social enquanto tal, ou seja, os elementos simbólicos ou semióforos são elementos sociais que só possuem conotação ideológica e de significação porque os mesmos são atribuídos por meio de outros instrumentos, como a enunciação transmitida, gerando a crença neste significado, sem a necessidade de provas científicas a respeito.

Também é possível identificar que a cultura da classe dominante está diretamente envolvida no processo de legitimação da ordem estabelecida, e o faz a partir dos sistemas simbólicos, que cumprem, antes de mais nada, uma função política, inserindo-se também numa disputa ideológica que é travada entre os principais grupos econômicos, pela dominação do campo imaginário da classe dominada.

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer directamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica. (BOURDIEU, 2010, p. 11)

De acordo com um esquema produzido por Bourdieu (2010) acerca dos instrumentos simbólicos, é possível perceber que estes elementos são muito bem estruturados na sociedade, pois atingem diversas camadas da sociedade. O autor divide estes instrumentos em estruturas estruturantes, estruturas estruturadas e instrumentos de dominação²⁶, nos quais estão dispostos os

²⁶ Ler Bourdieu (2010) para mais informações, p. 16.

instrumentos de conhecimento, os meios de comunicação e o poder do trabalho, este último concentrado no monopólio do conhecimento legítimo que é disputado ideologicamente.

Além disso, ele aponta definições de conceitos importantes para o entendimento do assunto, apontando a “significação” enquanto “objectividade de como concordância dos sujeitos (consenso) (...) sentido objectivo como produto da comunicação que é a condição da comunicação” (BOURDIEU, 2010, p. 16). Ou seja, para que exista comunicação, é necessário que a mesma esteja dotada de significação, pois este é o seu real objetivo. A partir deste panorama, é possível observar que os simbolismos e significados que são atribuídos a elementos materiais e imateriais, são a gênese da comunicação humana, a partir da qual se carregam intenções e ideologias que podem contribuir para a dominação e reprodução no interior de uma dada sociedade.

Fundamentando as afirmações acerca destas estruturas imateriais, Debord (2017) caracteriza os “especialistas do poder do espetáculo” (DEBORD, 2017, p. 151) como produtores de conhecimento, aos quais são atribuídas as funções de justificar os acontecimentos sociais, criando assim uma falsa organização social que se reduz às aparências e que não busca o conhecimento a partir das bases materiais, gerando assim uma falsa consciência social.

Para que esta falsa consciência social seja mantida e as condições sociais sejam aceitas, é preciso que o sistema inserido seja visto enquanto a melhor alternativa para a manutenção da ordem, da paz e do progresso da nação. Esta visão é solidificada a partir da identificação e reconhecimento dos inimigos desta suposta naturalidade social, sendo eles combatidos pelo Estado para que a população possa dormir tranquila. Cria-se então uma função do Estado de manutenção da paz social. O comunismo ao longo do século XX causava um temor e apreensão social de forma parecida com o terrorismo a partir do século XXI. Debord (2017) aponta os elementos do terrorismo na sociedade do espetáculo e é possível identificar semelhanças nas funções atribuídas ao Estado no combate a possíveis perturbadores da paz.

Esta democracia tão perfeita fabrica seu inconcebível inimigo, o terrorismo. De fato, ela *prefere ser julgada a partir de seus inimigos e não a partir de seus resultados*. A história do terrorismo foi escrita pelo Estado; logo, é educativa. As populações

espectadoras não podem saber tudo a respeito do terrorismo, mas podem saber o suficiente para ficarem convencidas de que, em relação a esse terrorismo, tudo mais deve lhes parecer aceitável, ou, no mínimo, mais racional e mais democrático. (DEBORD, 2017, p. 209 grifo do autor)

Portanto, a partir de um perigo iminente, torna-se aceitável qualquer sistema que possa garantir minimamente – e ilusoriamente – as condições mínimas de paz e segurança. Como se pode observar, os elementos imateriais aos quais são atribuídos significados, especificamente de base ideológica política e econômica, se inserem no imaginário social a partir de suas necessidades básicas de segurança e preservação, dando espaço ao surgimento de heróis nacionais que assegurem estas necessidades. Logo, não é fortuita a relação, estabelecida pelas classes dominantes, entre revolucionários comunistas e terrorismo, quando estes foram frequentemente taxados de terroristas, com toda a carga simbólica negativa que o termo abarca.

2.3 QUEM DIFUNDE A IDEOLOGIA?

O presente trabalho aborda as relações entre as concepções de anticomunismo no Brasil a partir de uma esfera de circulação de saberes, informações e conhecimentos relacionados à educação informal, que se concretiza a partir da veiculação midiática que ocorreu entre 1930 e 1945. A partir desta premissa, torna-se relevante identificar como a atmosfera midiática funciona, sua abrangência e limites, para que se possa compreender o alcance e a influência destas publicações e imagens.

De início, é importante frisar que a Imprensa já advém de um longo processo histórico, tanto de propósitos informativos quanto influenciadores, que remontam desde o início da Idade Moderna, portanto, os jornais impressos – e posteriormente o advento do rádio – são velhos conhecidos da sociedade moderna. Com isso, a mídia possui uma grande relevância no impacto cultural e normativo social, inserindo-se no campo educacional da população a partir de uma esfera que não necessita de uma sala de aula: a educação informal.

Os sentidos culturais das sociedades contemporâneas se organizam cada vez mais a partir das mídias, que sendo parte da cultura exercem papel de grandes mediadores entre os sujeitos e

a cultura mais ampla, modificando as interações coletivas. (FANTIN, 2006, p. 25)

Atualmente, sabemos que a mídia está cada vez mais presente no âmbito das escolas, sendo inserida enquanto um recurso que auxilia os professores a disseminar informações e abordar temas dos conteúdos propostos. Fantin (2006) aborda em uma perspectiva histórica, que estes meios já começaram a ser inseridos nas instituições desde o início do século XX, apesar da resistência por parte dos intelectuais, que enxergavam a mídia enquanto deturpadora dos conhecimentos cientificamente adquiridos.

Assim, em sua fase inicial a mídia-educação configurou-se como uma educação contra os meios e seu objeto de estudo privilegiado foi a publicidade, a literatura popular, revistas em quadrinhos e outros textos fáceis para atrair a atenção do público. (FANTIN, 2006, p. 43)

É possível identificar a partir de uma perspectiva histórica que a mídia está presente nos mais diversos campos da sociedade, inclusive na escola. O fator interessante da citação acima se dá no ponto em que a mídia começa a se inserir no campo educacional justamente através dos elementos visuais – publicidade, revistas em quadrinhos – por se tratarem de objetos de fácil interpretação por parte do público.

Para que se possa compreender como este método foi utilizado durante o período estudado, é necessário que se aborde as condições e os elementos que compõem o cenário histórico da imprensa no Brasil. De acordo com Sodré (1977), a história da imprensa no Brasil é marcada por uma dualidade que se assenta na disputa entre os poderes do Estado e a reação popular. Até mesmo durante o período imperial os jornais possuíam diferentes frentes veiculadoras, algumas com embates moderados em relação ao poder governamental, outras – mesmo na clandestinidade – de assídua oposição ao governo. No entanto, durante o século XX, profundas alterações sociais aconteceram após as guerras mundiais. O desenvolvimento da produção em massa deu novas conotações ao capitalismo e ao modo de se produzir informações.

Se, com o pós-guerra, profundas alterações se denunciam na vida brasileira, tais alterações, para a imprensa, acentuam

rapidamente o acabamento da sua fase industrial, relegando ao esquecimento a fase artesanal: um periódico será, daí por diante, empresa nitidamente estruturada em moldes capitalistas. (SODRÉ, 1977, p. 409)

É interessante apontar que este grande aumento de modo de produção que foi alcançado a partir do capitalismo, também aumentou significativamente a produção de simbologias e da difusão ideológica. As guerras mundiais tiveram grande impacto nesta produção ideológica, tendo em vista que as ideologias entravam em choque nos campos de batalha e nos campos diplomáticos, levando os Estados a disputarem os seus aliados na guerra a partir dos interesses ideológicos.

Thompson (1995) aponta que esse crescimento na produção de formas simbólicas veio acompanhado da produção em massa, na qual não existe uma relação direta e orgânica entre o produtor da informação e o receptor. Além disso, consiste numa transmissão cultural, ou seja, o trajeto histórico da imprensa fez com que a mesma fosse responsável por grande parte da produção e da circulação cultural desde o início da Idade Moderna e nos grandes centros comerciais capitalistas.

Com a chegada das sociedades modernas, impulsionadas pelo desenvolvimento do capitalismo no início da era moderna europeia, a natureza e a abrangência da circulação de formas simbólicas assumiu um aspecto novo e qualitativamente diferente. Foram desenvolvidos meios técnicos que, em conjunto com instituições orientadas para a acumulação capitalista, possibilitaram a produção, reprodução e circulação de formas simbólicas numa escala antes inimaginável. (THOMPSON, 1995, p. 9)

É possível relacionar a expansão do mercado capitalista a partir do desenvolvimento em grande escala da circulação de informações e também que as duas estão atreladas às intencionalidades ideológicas que são utilizadas pelo mercado. No entanto, essa relação entre mercado e imprensa sofre alterações em seu processo histórico, e o ponto que varia esta relação é o Estado, que pode, ou promover a livre produção e circulação, ou intervir nas mesmas de acordo com seus interesses.

Na realidade brasileira, a intensificação tecnológica combinada a um regime ditatorial a partir de 1930, encarregou-se de devastar redações inteiras e

controlá-las a partir do poderio militar, como foi o caso do governo Vargas, antes mesmo de tomar as dimensões ditatoriais de 1937. Diversos jornais foram fechados ou tiveram seu comando substituído por militares subordinados ao poder executivo a partir de 1930, assim como pequenos jornais e jornais independentes não conseguiram manter-se, pois estavam proibidos de publicar e acabavam fechando suas portas.

O movimento liquidara, praticamente, a imprensa que apoiava a situação anterior. Mesmo os jornais que não haviam sido destruídos e por isso não puderam voltar a circular de imediato, sofreram graves consequências. [...] Em S. Paulo, a cisão entre as componentes do movimento de 1930 manifestou-se cedo: a redação do *Diário Nacional* que hostilizava o interventor foi invadida, e a edição apreendida. (SODRÉ, 1977, p. 433)

Após 1939, com a criação do DIP e do controle exercido por meio da polícia política, os jornais clandestinos de oposição ao governo tornaram-se cada vez mais raros²⁷. Não apenas com relação a assuntos de cunho comunista, mas qualquer material que pudesse indicar oposição às ações políticas de Vargas era censurada nos jornais, no rádio, nos panfletos, nas músicas, no teatro e em qualquer esfera que pudesse veicular uma possível crítica à ditadura. Para a supressão destas, o governo criava propagandas nacionalistas que incentivavam o sentimento patriótico na sociedade brasileira. Com aspirações ao fascismo italiano, Vargas controlava a imprensa e a tornava um de seus meios de controle mais utilizados.

Com a ditadura surgiu, inevitavelmente, implacável censura à imprensa e, mais do que isso, a proibição de novos jornais, o fechamento de outros: “A censura, por exemplo, em São Paulo, foi das mais severas do país e o controle da imprensa falada e escrita, especialmente no período da ditadura estadonovista, quando se cercearam todos os veículos de divulgação existentes entre nós [...] No negro período de 1937-1945, foi grande o número de jornais, revistas e panfletos fechados por determinação do executivo e grande também o número de jornalistas presos por delitos de imprensa”. (FRANCO, 1961, p. 326 apud SODRÉ, 1977, p. 435)

²⁷ O tema da resistência dos jornais clandestinos comunistas pode ser encontrado no início desse capítulo.

A partir disso, entende-se que a abrangência midiática nos anos de 1930 a 1940 já se constituía de maneira muito sólida, levando em consideração o desenvolvimento industrial e o êxodo rural que ocorrem neste período. No entanto, esta abrangência e alcance foram utilizados enquanto um “aparelho ideológico do Estado” (ALTHUSSER, 1987), ou seja, embora as condições tecnológicas de difusão de informação em todas as áreas fossem favoráveis, o controle do Estado varguista sobre os meios de comunicação, reduziu drasticamente a produção dos jornalistas livres.

Ao retomar Thompson (1995), é possível perceber que a comunicação e suas trocas simbólicas possui uma relevância social subestimada. De acordo com ele “os meios técnicos de comunicação de massa transformaram, e são capazes de transformar, a natureza da interação social nas sociedades modernas” (THOMPSON, 1995, p. 26), ou seja, a comunicação em massa desenvolveu uma nova forma de relação social e de comunicação, mudando as formas de interação até então existentes.

Enfatizo o fato de que, embora a comunicação de massa envolva a troca de formas simbólicas, os tipos de comunicação estabelecidos a partir daí são totalmente diferentes dos envolvidos e implicados na conversação rotineira do dia-a-dia. Pois a comunicação de massa implica, geralmente, o fluxo em mão única de mensagens do produtor para o receptor. Diferentemente da situação dialógica de uma conversação, em que aquele que ouve é também um possível respondente, *a comunicação de massa institui um corte fundamental entre o produtor e o receptor*, de tal modo que os receptores têm relativamente pouca possibilidade de intervir no processo comunicativo e de contribuir para seu curso e conteúdo. (THOMPSON, 1995, p. 26 grifo do autor)

Este corte de comunicação entre o produtor e o receptor alteram significativamente as relações comunicativas na sociedade. Quem trabalha no campo midiático não só sabe desta relação, como a utiliza para a propagação de sua principal ferramenta: a propaganda. Pouco ou nenhum meio midiático sobrevive sem a propaganda, que é o meio financiável mais lucrativo para a imprensa, além de promover divulgação necessária dentro da competição capitalista. De acordo com Luhmann (2005), os meios de comunicação utilizam uma técnica publicitária que garante que o receptor sinta-se incluso e atraído pela mensagem publicitária, seja de ordem consumista ou ideológica.

No entanto, a propaganda ideológica, que pode ou não estar inserida no contexto do mercado capitalista, é responsável pela grande alteração no modo de vida das pessoas, pois traz mensagens específicas aos padrões de comportamento e beleza que são ditados, além é claro – e principalmente – das posições políticas que são acatadas pela sociedade a partir da veiculação de propagandas, como as anticomunistas.

A função dos meios de comunicação consiste, após tudo o que foi mencionado, em orquestrar a auto-observação do sistema social – com isso não se está pensando num objeto específico entre outros, mas numa forma de dividir o mundo em sistema (a saber, a sociedade) e o meio externo. Trata-se de uma observação que produz por si mesma as condições de sua própria possibilidade e, nesse sentido, ocorre de forma autopoietica. (LUHMANN, 2005, p. 158)

A partir da fundamentação de Luhmann (2005), assim como os outros autores apresentados, é possível perceber a forma como os meios de comunicação se inserem na sociedade, e também que estes meios possuem um poder de influência que ultrapassa o campo informativo, e se insere enquanto um produtor de cultura, modo de vida e opiniões, formando grande parte do imaginário coletivo social, onde a partir deste, quem produz a informação, também induz a posicionamentos ideológicos que estejam de acordo com os interesses dos mesmos. Com este cenário, é possível compreender, então, a relação entre a mídia e a formação ideológica, construindo um caminho de entendimento para a relação entre estes conceitos e a educação informal.

Um dos principais órgãos de censura do governo Vargas, como já citado anteriormente, foi o Departamento de Imprensa e Propaganda. Por isso, cabe ressaltar alguns pontos referentes a criação e os desfechos que envolvem este Departamento. Inicialmente, a primeira tentativa de um sistema de propaganda do governo varguista se deu logo após a Revolução de 30, com a criação do DOP – Departamento Oficial de Publicidade. De acordo com Boeckel (2005), o DOP exercia a função de repassar informações oficiais à imprensa e criar alguns programas de rádio. A partir de 1934, com a nova Constituição, o DOP se torna DPDC – Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, ganhando contornos mais elaborados e coercitivos, uma vez que o departamento passa a ser coordenado por Lourival Fontes, jornalista assumidamente adepto ao fascismo,

que passa a exercer, além do viés propagandístico, um controle à imprensa muito mais acentuado.

Em 1938, várias áreas que não pertenciam ao departamento, são inseridas e regidas por uma nova nomenclatura – o DNP (Departamento Nacional de Propaganda) – que passa também a controlar as áreas consideradas do âmbito da “educação nacional”.

Como figura sutil e implícita, Getúlio Vargas paira entre palavras e imagens. Cartazes apresentando pessoas sorridentes e felizes e textos conclamativos que supõem sempre uma voz a comandar o leitor infantil e incitá-lo para a boa ação são distribuídos abundantemente nas escolas, tanto nas manifestações cívicas como no cotidiano em sala de aula. (MOLINA, 1997, p. 106)

Com o DNP, os esforços em mostrar uma boa imagem do Brasil no exterior é reforçada e os mecanismos ideológicos ligados ao fascismo se acentuam.

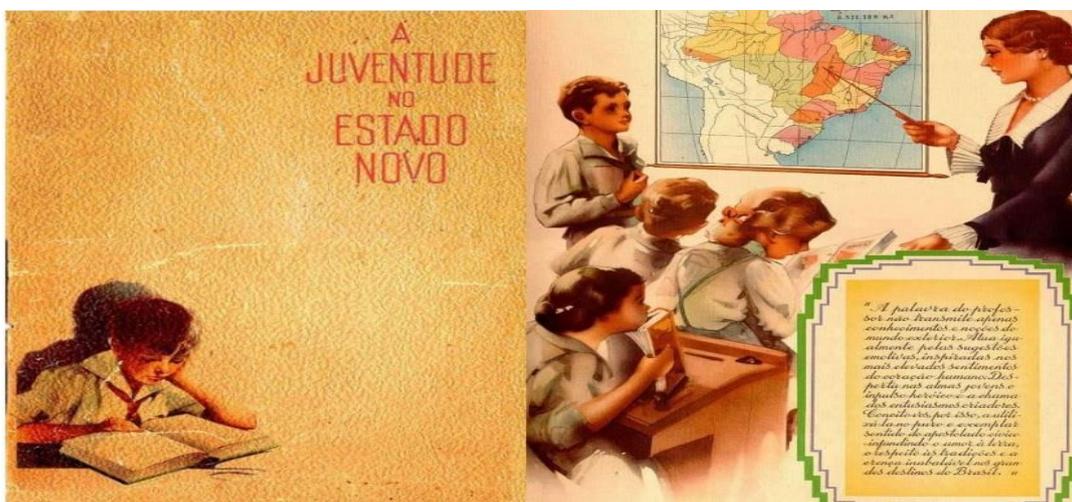
Enfim, em dezembro de 1939, o DIP é instaurado no regime do Estado Novo, mostrando-se muito mais organizado no que tange ao controle midiático e à censura. Ainda segundo Boeckel (2005), o Departamento era dividido em cinco áreas, que visavam obter o controle mais abrangente possível na área de imprensa e cultura. Eram elas: a divisão de divulgação, divisão de rádio, divisão de teatro e cinema, divisão do turismo e a divisão de imprensa. Cabe definir e enfatizar a divisão de imprensa e de divulgação, uma vez que a de imprensa era responsável pelo controle de tudo o que era publicado e veiculado na imprensa nacional, enquanto a de divulgação se encarregava de projetar a imagem de Vargas.

A censura e o controle midiático promovidos pelo DIP seguiam o viés ideológico nacionalista e anticomunista, e este órgão era utilizado para manter toda a estrutura do regime varguista. Para que isso fosse possível, a modo de promover o governo e justificar possíveis problemas no mesmo, era necessária a criação de um “bode expiatório” como destacado por Boeckel (2005).

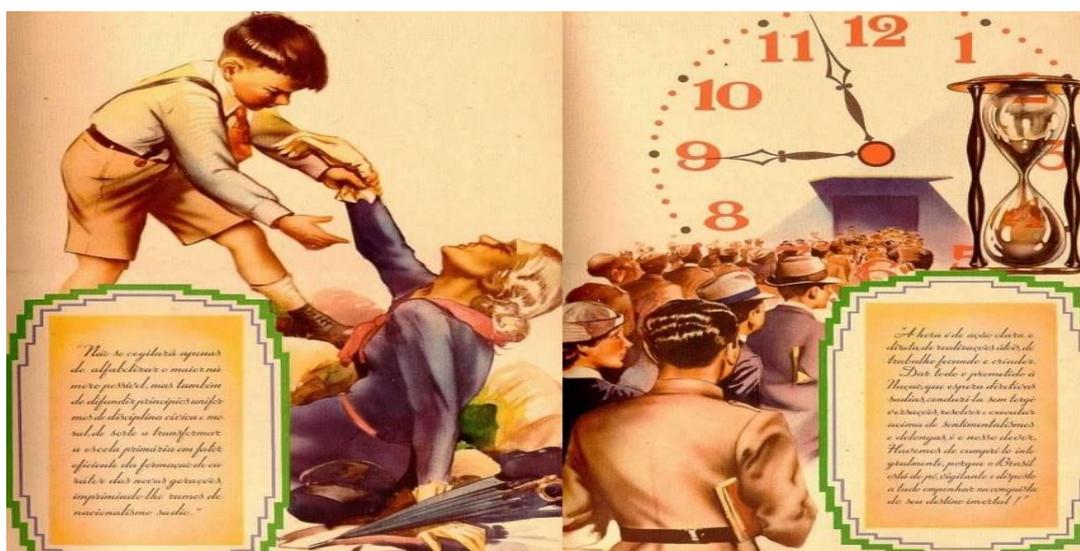
O princípio do bode expiatório baseia-se na procura de alguma instituição ou figura presente na sociedade que passe a ser apontada pelos representantes do governo como a causadora de todos os problemas existentes na nação. A busca desta personificação do mal está associada ao populismo, que tenta resolver problemas sociais com medidas paliativas, sem alterar de modo drástico as estruturas existentes. No processo da

comunicação, o bode expiatório passa a ser alvo de diversas mensagens de propaganda em que o poder oficial promete ao povo extirpar da sociedade esta instituição ou figura. Caso consiga, a maioria dos problemas da população estaria solucionada. (p. 34)

O comunismo assume então o papel de “bode expiatório”, que, com o controle midiático a nível nacional – e em conjunto com o controle policial – exerceram um nível de coerção e convencimento social que resultaram de maneira muito significativa na visão popular acerca da esquerda no Brasil. Esta influência também se dava nas escolas, através das cartilhas escolares, e dos concursos de cartazes nacionalistas que eram promovidos pelo governo.



Cartilha publicada pelo DIP utilizada nas escolas: “A Juventude no Estado Novo”, DIP, 1939 a 1945. Rio de Janeiro (RJ), (CPDOC)



Cartilha utilizada nas escolas: “A Juventude no Estado Novo”, DIP, 1939 a 1945. Rio de Janeiro (RJ), (CPDOC)



Cartaz veiculado durante o Governo Vargas. Rio de Janeiro, DIP. Código br_rjanrio_eh_0_fot_eve_02207_d0010de0011, Arquivo Nacional, 1944.



Concurso de cartazes e frases sobre o alistamento militar. Rio de Janeiro, DIP. Código BR_RJANRIO_EH_0_FOT_EVE_03571_d0010de0016, Arquivo Nacional, 1942 a 1945



Cartazes sobre o governo de Getúlio Dornelles Vargas, presidente da República. Rio de Janeiro, DIP. Código BR_RJANRIO_EH_0_FOT_EVE_02207_d0009de0011, Arquivo Nacional, 1944



Cartazes colados nas fachadas de prédios, Rio de Janeiro, RJ. Código BR_RJANRIO_EH_0_FOT_EVE_02198_d0001de0010, Arquivo Nacional, 30.08.1939.

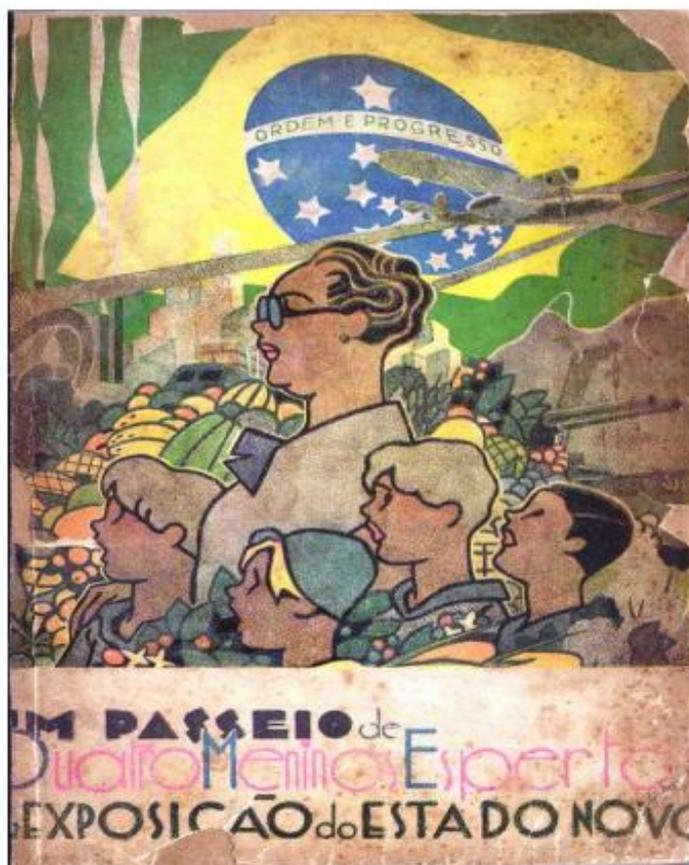
Outro elemento que se valeu de imagens, amplamente utilizado durante o período, decorre das ações de propaganda inerentes aos grandes eventos realizados durante as comemorações do regime estadonovista. Um destes foi a Exposição Nacional do Estado Novo²⁸ que ocorreu pela primeira vez em 1938, no Rio de Janeiro, em comemoração ao primeiro ano de aniversário do Estado Novo. De acordo com Fraga (2017), a exposição contava com a exaltação dos feitos do regime até então, nas mais diversas áreas, comparando o país com o antes e depois de Vargas, divulgando as transformações pelas quais o Brasil vinha passando. O evento era destinado principalmente às massas populares, e por isso, grandes esforços do governo foram realizados para que a população tivesse acesso à esta exposição, como a utilização de linguagem acessível nos stands e a redução no preço das passagens para se deslocar até o evento.

Além de trazer apresentações acessíveis sobre todas as áreas de atuação do governo, outras atrações fizeram com que a Exposição fosse um grande sucesso e até prorrogasse seu encerramento, como a queima diária de fogos de artifício, lutas de boxe e concertos musicais. Uma das repartições desta exposição, era o *stand* anticomunista, idealizado pelo Departamento Nacional de Propaganda e apresentando todos os malefícios advindos do comunismo. O pavilhão anticomunista recebia uma grande atenção, sendo elaborado com a ajuda de todos os Ministérios, inclusive o da Saúde e Educação.

Obviamente, o movimento comunista é descrito em tom depreciativo, de maneira a alertar o público visitante do perigo dos subversivos, considerados os maiores inimigos da pátria brasileira. Para tal, os organizadores da exposição utilizaram muitas ilustrações, como imagens da primeira capa de jornais comunistas e operários que circularam no Brasil, cartazes políticos de candidatos identificados com legendas de esquerda e fotografia e assinatura de Luís Carlos Prestes. Esse farto emprego de imagens tinha a função de dar um rosto ao inimigo, sempre associando-o a movimentos conspiratórios a serviço dos interesses da Rússia, país que personificava e disseminava o mal pelo mundo. (FRAGA, 2017, p. 19)

²⁸ A Exposição Nacional também foi realizada em Recife, em 1939, igualmente se valendo do formato de seu congênere do Rio de Janeiro, inclusive por meio do Pavilhão Anticomunista. Para mais informações, ver: BELLO, Rita de Cássia Guaraná. **Revisitando o Estado Novo, através das Imagens da Grande Exposição Nacional de Pernambuco, 1939-1940**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

As várias atrações que compunham a Exposição Nacional também tinham como público-alvo as crianças e jovens, para isso, eram promovidas corridas e sorteios que atraíam este público. Em meio a este cenário o Departamento Nacional de Propaganda lançou um livro infanto-juvenil intitulado “Um passeio de quatro meninos espertos na Exposição do Estado Novo”, nesta obra, protagonizado por uma professora que leva seus alunos à Exposição, são apresentados os *stands* aos estudantes que fazem uma excursão ao evento. Este livro foi distribuído pelo governo à diversas escolas brasileiras do período, alcançando assim até mesmo as crianças que não poderiam ter acesso presencial à Exposição.



Capa do livro “Um passeio de quatro meninos espertos na Exposição do Estado Novo”, 1938.²⁹

Durante o passeio, narrado no livro, ao chegarem o *stand* anticomunista, uma atenção especial é dada pela professora que protagoniza o livro, onde ela

²⁹ Fonte: FRAGA, André Barbosa. A propagação das ideias anticomunistas para crianças na Exposição Nacional do Estado Novo (1938). *Cordis. Dimensões do Regime Vargas*, São Paulo, n. 18, p. 3-38, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

explica as diferenças do sistema comunista russo e o Estado Novo, de modo a enaltecer o regime varguista. As classificações na Exposição colocavam os comunistas como “os maiores inimigos do Brasil” e como aqueles que vivem em desordem e guerra. Em uma das passagens, a professora diz aos alunos:

Enquanto o comunismo quer que o Brasil seja governado por estrangeiros e submetido aos caprichos tirânicos dos comunistas de Moscou, que mandam nos comunistas de todo o mundo, o Estado Novo quer que o Brasil tenha no governo um brasileiro, como o Presidente Getúlio Vargas, que não dependa do governo de nenhum país e represente verdadeiramente a vontade do seu bom e pacífico povo. A diferença é grande, não acham vocês? (DNP, um passeio de quatro meninos espertos na Exposição do Estado Novo, 1939, p. 48)

Considerando a relevância da imprensa e da propaganda para a pesquisa, cabe destacar brevemente acerca do surgimento das agências de notícias. A veiculação local de jornais e panfletos remete ao início da Idade Moderna, no entanto, a composição organizada de agências estruturadas surgiu com a Revolução Industrial e a necessidade de gerar publicidade atrelada a notícias informativas. De acordo com Aguiar (2015), a instalação de cabos terrestres e submarinos que cruzaram o planeta, fizeram com que a conexão da informação ocorresse com muito mais agilidade a partir do século XIX. Cabe ressaltar que as agências europeias criaram um monopólio de veiculação da informação, “na prática, ao combinar tarifas, normas de operação e, especialmente, territórios de exclusividade, as agências europeias estabeleceram um verdadeiro cartel” (p. 26).

Assim, é possível observar que desde a criação de agências de notícias, a imprensa está diretamente ligada aos interesses do capital e também dos Estados que sustentam este capital. Desta forma, logo se acentuou a relação entre a propaganda publicitária e a política, tendo seu ápice no século XX, com os novos mecanismos de impressão e circulação destas notícias. O nacionalismo e as guerras também tiveram grande papel na formação da imprensa no século passado, pois os líderes estatais passaram a se utilizar destes meios para inferir propagandas favoráveis ao seu governo, além da busca por influenciar jovens a se alistarem no exército, como aconteceu também no Brasil.

Durante a Era Vargas, vários concursos de cartazes foram promovidos pelo governo, muitas vezes em parceria com o Exército, a fim de estimular o nacionalismo e a profusão dos ideais do exército brasileiro.

Alguns dias após a publicação do decreto de instauração da nova lei do serviço militar, o DNP, em associação com o Exército, divulgou o concurso de cartazes patrióticos, com o objetivo de disseminar entre a população o conteúdo da legislação recém-implantada. O regulamento do concurso foi divulgado a partir de 7 de abril, em jornais de grande circulação no país, e definia que os cartazes aprovados seriam largamente distribuídos pelo território nacional, visando mobilizar a opinião pública brasileira em torno dos altos interesses da defesa do país. (FRAGA, 2019, p. 67)

O vencedor do concurso de cartazes nacionalistas de 1939 associa os soldados do Exército como os grandes mantenedores da estrutura que mantém o país em pé. Segundo Fraga (2019) “[...] a escala métrica utilizada no desenho para representar os dois militares que erguem o Brasil favorece a percepção de uma grandiosidade deles. [...] tal estratégia serviu para explicitar a própria grandeza atribuída ao Exército.” (p. 72).



O cartaz vencedor foi publicado na revista *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 1939.

A partir do Estado Novo, o DIP passou a controlar muito mais assiduamente as publicações veiculadas e as propagandas exercidas nos mais diversos meios de imprensa. A criação destes concursos possuía explícitas intencionalidades de inspirações patrióticas, como no cartaz acima, que expressa o protagonismo do Exército e a sua relevância na proteção do território. Cabe lembrar que, em 1939, deu-se início à Segunda Guerra Mundial, e embora o Brasil não fizesse parte efetiva dos esforços de guerra, já começava a considerar a possibilidade de se posicionar, e assim sendo, a necessidade de organizar uma frente de soldados que se alistariam voluntariamente, viria a contribuir para os resultados vindouros. Sabendo disso, Vargas deu ao DIP atribuições necessárias a tal papel.

As amplas atribuições do órgão exigiam não apenas um rol de servidores lotados na instituição, mas também considerável número de colaboradores eventuais. É importante assinalar que dentre as atribuições do Diretor Geral figuravam as de organizar “serviço de edição de folhetos, livros e cartazes”, “autorizar despesas e ordenar pagamentos dentro das dotações orçamentárias” e, ainda, “arbitrar gratificações pela execução de trabalhos extraordinários, ou técnicos e científicos, e ajuda de custo”. (LUCA, 2011, p. 273)

Os funcionários do DIP eram responsáveis tanto pela produção de conteúdos que enalteciam o Governo e o Exército, quanto pela averiguação meticulosa de todos os títulos que eram lançados no país. Os mecanismos de censura do Departamento eram responsáveis por editar as publicações ou proibi-las completamente, dependendo do conteúdo que era exposto.

Este departamento também promovia atividades que levavam professores e alunos a conhecer as exposições. A preocupação do DIP, portanto, ia muito além da área de publicidade e propaganda, pois existia uma grande preocupação com a abrangência de estudos que enalteciam o Estado nas escolas.



Professoras visitam a exposição do Estado Nacional promovida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Código BR_RJANRIO_EH_0_FOT_EVE_06464_d0001de0001, Arquivo Nacional. 28.11.1942



Festa da Criança promovida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) na Quinta da Boa Vista. Código BR_RJANRIO_EH_0_FOT_EVE_02881_d0001de0040, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, setembro de 1944.

2.4 A EDUCAÇÃO FORA DA ESCOLA

Os estudos referentes à educação não-formal são recentes, surgindo enquanto uma extensão da educação formal na década de 1970 no Brasil, mas ganhando força somente a partir da década de 1990. Para iniciar a discussão acerca da divisão entre os conceitos educacionais, é preciso expor que existem diferenças na organização dos termos por parte dos autores, sem alterar profundamente, no entanto, o sentido e a importância de tal divisão. Além disso, a relação da educação informal com a cultura política e a cultura de massas se faz presente e as mesmas serão complementarmente abordadas.

As diferentes modalidades educativas passaram por reformulações relacionadas a distintos contextos, quando estas reflexões foram formuladas e publicadas. Inicialmente, em seus primeiros escritos sobre o tema, o que era recorrente então, Maria da Glória Gohn (2008) dividia a educação entre formal, que ocorre dentro das escolas institucionalizadas; e a educação não-formal, sendo aquela que vai além da escola, “transpondo os muros da escola para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo etc.” (p. 7). A partir desta concepção, compreende-se que o recorte da educação não-formal era muito amplo e designava qualquer processo de aprendizagem que ocorresse fora da escola. Antes da década de 1990, a educação não-formal possuía menor visibilidade e as ações acerca da mesma eram limitadas, ainda que tivessem encontrado ressonância a partir de década de 1970, dados os inúmeros projetos desenvolvidos principalmente no contexto das nações menos industrializadas.

Os conteúdos a serem adquiridos na aprendizagem via educação não-formal, propostos por Coomb e Ahmed, incluíam: atitudes positivas em relação à cooperação na família, trabalho, comunidade, colaboração para o crescimento nacional, progresso etc.; a alfabetização funcional; o conhecimento de habilidades funcionais para o planejamento familiar, sustentação econômica e participação cívica, além de uma visão científica para a compreensão elementar de determinadas áreas específicas. (GOHN, 2008, p. 92)

Sendo assim, é possível perceber que estas atividades que ocorriam fora da escola, trabalhavam mais especificamente com a população não-letrada ou menos letrada, visando fornecer instruções básicas da vida coletiva, preparando

os brasileiros para a inserção no mercado de trabalho urbano. Ainda na mesma obra de Gohn (2008), nota-se a vinculação entre a concepção da educação não-formal e do conceito de cultura, que estão interligados, tendo em vista que esta modalidade educativa é aprendida, para além dos programas do governo para alfabetizar a população não-letrada. A educação, como foi visto, também é aprendida em casa, no trabalho e em todo o meio social, sendo assim, está impregnada de conceitos culturais que foram trazidos por gerações, além da cultura produzida pela comunicação de massas, que cresceu notavelmente ao longo de todo o século XX. Igualmente, é preciso evidenciar a relação de proximidade entre outra modalidade educativa, que é a educação informal, e a política existente em uma determinada sociedade, pois ela está associada mais diretamente à realidade social.

Trata-se de um conceito amplo, muito associado ao conceito de cultura. Daí ela estar ligada fortemente a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos e à participação em atividades grupais, sejam esses adultos ou crianças. (GADOTTI, 2005, p. 3)

Por conseguinte, qual é a influência da cultura, inserida na educação não-formal e informal, na formação de um pensamento político-ideológico como o anticomunismo? A cultura não está inserida no contexto social apenas a partir de uma perspectiva. Ela cria ramificações, como a cultura política, cultura popular e a cultura de massas, entendendo que o enfoque principal se dará na cultura política, pois é a partir da mesma que são geradas as interpretações necessárias a esta relação entre a cultura e o anticomunismo. Na concepção de cultura de Gohn “A educação de um povo consiste no processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente, gerando a cultura política de uma nação” (2008, p. 98). Em outras palavras, todo o processo de ensino-aprendizagem que ocorre, seja dentro ou fora da escola – mas principalmente fora – é resultado da cultura existente de uma nação, onde os valores e modo de vida são repassados através do âmbito educacional. Sendo assim, torna-se relevante entender o conceito de cultura política, pois a mesma é responsável pela projeção de grande parte da sociedade acerca de posicionamentos políticos.

Uma definição adequada para cultura política, evidentemente influenciada pelos autores já mencionados, poderia ser: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro [...] Com base em enfoque de sentido amplo, representações configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras, etc.). (MOTTA, 2009, p. 21-22)

Pautado em clássicos como Marx e Weber, que também discutem acerca de cultura política, Motta sintetiza a definição do elemento que constitui os pilares da educação informal. Assim, muitos intelectuais discutem a essência da educação e do conhecimento, que se inicia através de trocas informais entre as pessoas e que é responsável por um grande fluxo de troca de conhecimento até hoje. Aprofundando e retomando os estudos de Gohn, nota-se uma diferença no uso da nomenclatura dos termos “educação não-formal” e “educação informal”, esta diferença ocorre motivada pelo período no qual os estudos foram publicados.

A primeira edição de *“Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor”* foi publicada em 1999, onde a autora dividia a educação em modalidade formal e não-formal, como descrito neste subcapítulo até agora. No entanto, em seus novos estudos, a autora subdivide a educação em três: educação formal, não-formal e informal. Para discorrer acerca destes termos, serão utilizados estudos publicados em 2006.

A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. (GOHN, 2006, p. 28)

Além desta definição principal, são discutidos os espaços físicos destes processos educativos, a finalidade, o contexto em que estão inseridos e os

resultados que os mesmos alcançam. Como o foco da pesquisa se dá na educação informal, cabe destacar estas informações de forma mais delimitada. Ainda segundo Gohn (2006), o espaço de alcance da educação informal se encontra no cotidiano, na família, na igreja e através da comunicação de massa. Além disso, esse espaço possui uma demarcação por etnia, sexo, religião e nacionalidade, ou seja, é resultado direto da interação cultural e social dos indivíduos, que é explicada a partir da cultura política citada anteriormente. A educação informal também se desenvolve em ambientes espontâneos, ou seja, de acordo com as afinidades de cada grupo social ou através das heranças familiares e sua finalidade se dá da seguinte forma:

A educação informal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, *modos de pensar* e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se freqüenta ou que pertence por herança, desde o nascimento Trata-se do processo de socialização dos indivíduos. (GOHN, 2006, p. 29, grifo nosso)

A partir disso, entende-se como a educação informal influencia no modo de vida social, e juntamente com o seu alcance, que é produzido também pela comunicação em massa, tem-se a definição de como a mídia, através da educação informal, projeta valores e posicionamentos na sociedade.³⁰

Retomando o campo de definição e discussão acerca da educação informal e suas terminologias, percebe-se uma divergência entre os pesquisadores da área. Apesar de constituir um campo de produção de conhecimento mais antigo que a própria educação formal, a informal só tem sido discutida mais seriamente nas duas últimas décadas. Em decorrência disso, e de uma área de demarcação muito subjetiva, podem ser encontradas diferenças de terminologias de acordo com o autor. Bruno (2014) define a educação a partir da trilogia formal, não-formal e informal, embasada em Trilla Bernet, na qual as delimitações dos termos referentes a educação são vistos de forma mais flexível.

³⁰ Também pode ser visto outro trabalho que discute o tema das relações entre imagem e educação informal, mas com outro recorte histórico: VAILLÔES, Silvana de Araújo. **Entre o traço, a palavra e o riso: Henfil e a educação**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014. Outro estudo que aborda as relações entre processos educativos e imagens, no caso, charges, é a dissertação: VILWOCK, Aparecida de França. **Entre charges e escritas: As experiências educativas de Claudius Ceccon**. 2013. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

Logo, entende-se que sempre haverá influências e confluências recíprocas entre a educação formal, não formal e informal.

A tendência para o questionamento da utilização dos conceitos de educação formal, não formal e informal, em contextos cada vez mais amplos da educação e de diversidade de processos educativos, leva a propostas que apresentam conceitos mais híbridos, e que pretendem mostrar a complexidade dos fenômenos educativos contemporâneos. Os processos educativos são compósitos, estendem-se do micro ao macro, emergem da diversidade de práticas, contextos e actores. (BRUNO, 2014, p. 18)

Esta divisão das modalidades educativas nem sempre possui uma linha inteiramente visível, uma vez que a educação possui uma significativa diversidade de práticas. No entanto, não se deve descreditar a relevância da divisão dos mesmos, pois eles criam categorias de estudo e de ensino, que auxiliam no processo de pesquisa e aprofundamento da organização social. Como aponta Bruno (2014): “O percurso desta discussão conceptual mostra que é preciso compreender os processos educativos a partir de uma abordagem aberta e flexível, que permita a recusa de categorizações estanques” (p. 21). Assim, entende-se que, apesar das variações decorrentes da subjetividade e constantes mudanças do campo, a discussão das categorias educacionais é relevante e possibilita a compreensão de um âmbito maior, que vai além da instituição escolar, incluindo saberes e pessoas que podem ou não possuir uma certificação, mas que são detentoras de conhecimento. Outrossim, a relação entre os conceitos pode se apresentar de forma problemática:

A delimitação conceptual entre educação formal, não formal e informal levanta problemas: divide o mundo da educação em duas partes iguais, deixando de fora a educação informal, que é definida como aprendizagem não estruturada e não como um processo educativo; o discurso rotula ambos os sectores, impondo uma unidade artificial, que apaga as diferenças internas e exagera as diferenças externas entre estes sectores; os dois conceitos (formal e não formal) são definidos um contra o outro, ou hierarquicamente, o que cria relações de superioridade/inferioridade. (BRUNO, 2014, p. 18)

Esta tendência a inferiorizar o ensino que não é institucionalizado, decorre da falta de estudos na área e também da visão histórica acerca da educação

informal. No entanto, a educação transpassa os limites da educação formal, pois a cultura que está inserida no meio social influencia diretamente as instituições. Gadotti (2005) aponta que o conceito de educação estabelecido pela Convenção dos Direitos da Infância³¹ abre espaço para questões da educação informal, uma vez que inclui elementos como as experiências de vida, além dos processos de formação não-formais que desenvolvem a autonomia dos sujeitos.

Gadotti (2005) também considera que a relação de inferioridade que se atribui à educação informal, advém das instituições que desenvolviam um currículo etnocêntrico e sem pluralidade cultural. Deve-se lembrar que os currículos atuais promovem uma maior abrangência cultural, reconhecendo assim a informalidade como um ponto importante na discussão da educação. Em síntese, por conseguinte, pode-se adicionar mais uma definição acerca das modalidades educacionais:

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema seqüencial e hierárquico de "progressão". Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. (GADOTTI, 2005, p. 2)

Assim, entende-se a divisão dos conceitos e modalidades da educação, que não segue linhas fixas, mas que possui grande relevância no processo de compreensão e análise dos espaços educativos, e transcende os conceitos tradicionais do século XX acerca dos ambientes de aprendizagem.

Educação informal: história e essência

Apesar das referências já mencionadas nesta pesquisa em relação à história da educação e da conceptualização da educação informal, cabe ainda

³¹ A Convenção dos Direitos da Infância está em vigor desde 1990, sendo adotada pela ONU enquanto um instrumento dos direitos humanos referente aos direitos das crianças em todo o mundo.

ressaltar o movimento histórico no qual a mesma está inserida, além da sua definição em essência, que irá aproximá-la dos aspectos simbólicos. Saviani (2013), ao produzir os conceitos da pedagogia histórico-crítica, recorre à essência da educação e do ato educacional para embasar o início de seus estudos. Ao mostrar a relação entre a educação e o meio no qual estamos inseridos, o autor evidencia o cerne da aprendizagem e do ensino, mostrando a relação entre as modalidades educacionais.

Para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). Tais aspectos, na medida em que são objetos de preocupação explícita e direta, abrem a perspectiva de uma outra categoria de produção que pode ser traduzida pela rubrica “trabalho não material”. (SAVIANI, 2013, p. 12)

A educação, para Saviani, se inicia fundamentada no trabalho, e é a partir das necessidades de organização dentro do sistema do trabalho, que o homem começa a produzir também de forma não-material. Com a sistematização da produção do trabalho, o homem passa a enxergar outras necessidades que se fazem presentes numa vida em sociedade, como a ética. Após a supressão do trabalho material, o homem vê a necessidade de transcender e de permanecer, assim, passa a produzir culturalmente e artisticamente, como modo de dar novos significados à sua existência.

A informalidade foi o primeiro meio de acesso ao conhecimento. Através da experimentação, os conhecimentos sobre a natureza foram passados entre as gerações e o conjunto destes saberes possibilitou o desenvolvimento humano. Entende-se, deste modo, que a essência do processo educativo é informal, e faz parte das bases culturais e do legado social que se construiu através dos séculos.

Cavaco (2011) adiciona ao panorama histórico da educação informal o viés experimental, entendendo que as primeiras manifestações de aprendizagem se deram por vias de percepção e experimentação do espaço. Embora a educação informal seja muito mais antiga que a formal, estando presente desde o início da existência do homem, o reconhecimento da existência

desta modalidade pelos pesquisadores é recente, remontando ao século XIX onde a educação formal passou a ser uma necessidade social e que esta condição passou a inferiorizar a relevância da informalidade.

A existência da escola enquanto instituição é relativamente recente e, antes da criação da escola pública, a educação das crianças cabia à família. Todavia, no Séc. XIX, com a industrialização, registrou-se um desenvolvimento acelerado do sistema escolar, no sentido de dar resposta às necessidades de mão-de-obra qualificada e de garantir a educação das crianças. Pois as famílias passaram a trabalhar nas fábricas e deixaram de ter disponibilidade para assegurar a educação das crianças. (CAVACO, 2001, p. 46)

É preciso lembrar que a educação informal não se diferencia em nível de importância em relação à formal ou à não-formal, pois elas se complementam no processo de aprendizagem dos indivíduos. Como aponta Cavaco (2001), “A educação informal quando se apresenta como única via de acesso ao saber, limita as possibilidades de educação às ofertas existentes no meio” (p. 62), pois a educação formal amplia o campo educativo e analisa a formação social que está envolvida com a educação informal por vias científicas. Justamente por isso torna-se relevante enfatizar que as modalidades de educação são complementares e que todas possuem influências ideológicas.

Rossler (2004) aborda as questões referentes à educação e sua função. De acordo com o autor, a função primordial da educação é a transformação social, que deveria acontecer a partir da identidade de classe. No entanto, os interesses ideológicos ligados à educação em qualquer de suas modalidades, muitas vezes impede a percepção dos sujeitos sociais para romper com a alienação de classe. Além disso, é preciso considerar que a educação carrega as mesmas contradições da sociedade, portanto, o modelo social-político capitalista inviabiliza o processo transformador que tanto é buscado pela educação.

A educação é um campo social no qual as várias ideologias que perpassam a nossa sociedade se materializam de modo especial. Pela própria função da educação em formar indivíduos e, nesse sentido, em transmitir a cultura, os conhecimentos, os valores de uma época, esta assume o papel social de propagar ideologias. Além disso, o desempenho desse papel é guiado por teorias

também ideológicas, ou seja, perpassadas por determinadas idéias e valores ideológicos. (ROSSLER, 2004, p. 85)

Retomando as questões referentes aos simbolismos e à ideologia, pode-se entender que os interesses ideológicos que permeiam as modalidades educativas estão inseridos nas mesmas através de muitos materiais que são distribuídos, principalmente em períodos de regimes ditatoriais, como na era Vargas e no regime civil-militar (1964-1985). Capelato (1998) demonstra como estes símbolos foram inseridos na sociedade na década de 1930, tanto por vias da educação institucional, quanto pela educação informal, através de propagandas impressas, rádio, cinema e quaisquer meios de alcance em grande e média escala. Para isso, eram utilizadas imagens e símbolos que enalteciam o regime instaurado, assim como a nacionalidade, que era o contrapeso fundamental de Vargas no “combate” ao comunismo.

Estes recursos eram utilizados na educação formal, e “os símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão” (CAPELATO, 1998, p. 50). O foco principal nas escolas eram os livros didáticos e as cartilhas distribuídas aos alunos, como naquelas que continham a imagem de Vargas e a exaltação ao nacionalismo.



Trechos da cartilha utilizada nas escolas: “A Juventude no Estado Novo”, DIP, 1939 a 1945.

Rio de Janeiro (RJ), (CPDOC)

O discurso voltado às crianças e aos jovens acontecia principalmente dentro das escolas, enfatizando a grandeza da nação e caracterizando Getúlio Vargas em seu papel mais paternal. A população adulta já se tratava com um enfoque diferente. Numa sociedade constituída por uma taxa de quase 60% das pessoas analfabetas³², o uso das imagens nas propagandas e a criação da Hora do Brasil nas rádios, facilitaram a difusão dos ideais do regime a partir de representações de fácil compreensão, muitas vezes envolvendo elementos cômicos e que fizessem referência à reconstituição da memória cultural da população.

O conhecimento visual cotidiano de inúmeras representações em imagens participa da educação cultural, estética e política e da educação da memória. É um processo de educação cultural da inteligência visual cuja configuração estética é, ao mesmo tempo, uma configuração política e cultural e uma forma complexa do viver social contemporâneo permeado de representações visuais. Estamos dentro de um processo de educação cultural da inteligência. Uma arte que, em forma plástica, dá visibilidade estética a um momento social, político, enquanto constrói e reconstrói a memória desse momento. (ALMEIDA, 1999, p. 10)

A partir deste contexto, e das relações entre a educação, cultura política e mídia, torna-se possível avançar em direção à análise das imagens veiculadas neste período, para que se possa verificar os elementos de manipulação midiática exercidos no período Vargas, bem como a veiculação dos mesmos e o alcance que estas propagandas alcançavam no período.

³² Fonte: FIBGE, 1995.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DE IMAGENS E A VEICULAÇÃO ICONOGRÁFICA NA ERA VARGAS

Neste capítulo serão analisadas as imagens anticomunistas que foram veiculadas entre 1930 e 1945, abordando seus aspectos gráficos de forma mais aprofundada, buscando em autores como Gasca e Gubern (2011) e Bakhtin (2006) as interpretações das ilustrações em sua visão técnica, que formaram o caráter informativo e que influenciaram no imaginário social do período. Delimitar e pesquisar acerca dos meios que veicularam as iconografias anticomunistas, também auxilia no processo de compreensão das motivações que levaram estes veículos a se posicionarem.

Além disso, a veiculação midiática torna-se um elemento importante para, ao menos em parte, mensurar o alcance destas iconografias, para que se possa compreender o público que tinha acesso a estas imagens e se elas eram destinadas a grupos sociais específicos ou se eram desenvolvidas para atingir a grande massa. Para isso, a definição de cultura midiática se faz importante e complementa o cenário da imprensa envolvida na publicação destas iconografias.

3.1 A Ação Integralista Brasileira e a Imprensa Integralista

No contexto da década de 1930 e das mudanças políticas que ocorreram no período, é notória a presença de um movimento que surgiu a partir da ascensão da extrema direita na Europa e que teve por representantes no Brasil os integralistas. De aspirações fascistas, a Ação Integralista Brasileira foi fundada em 1932 por Plínio Salgado, este que foi o líder do partido e do movimento durante todo o período Vargas. Bertonha (2016) aponta que em sua primeira fase, de 1932 a 1938, os integralistas buscavam representatividade junto ao governo varguista, pois os mesmos almejavam controle estatal não por meio do poder político, mas através das ideias e da mudança das mentalidades. Tal visão de desprendimento do poder viria a mudar a partir do Estado Novo, revelando os verdadeiros propósitos por trás do discurso das ideias, quando Plínio Salgado lança sua candidatura à presidência em 1938. No entanto, ao perceberem que a influência do movimento não seria suficiente para derrubar

Vargas, a AIB infiltrou-se no governo dando apoio ao golpe de estado de Vargas e esperando tornar o integralismo uma base doutrinária do novo regime, para se apossar dos aparatos estatais aos poucos e derrotar Vargas após criar uma linha de influência que atravessasse o sistema estatal. O atual presidente, ao perceber tal inserção e intencionalidade do movimento, dissolveu o Partido Integralista em novembro de 1937 e jogou o partido na clandestinidade. Plínio Salgado foi exilado em Portugal e retornou apenas em 1945.

Podemos afirmar que o movimento sempre ambicionou o poder e que a opção pelas opções disponíveis – a eleitoral, a do golpe de Estado e a tentativa de participação num bloco maior e sua hegemonização posterior – variava apenas por conveniência e viabilidade. Além disso, neste período, os integralistas estavam confiantes o suficiente para acreditarem que podiam mesmo atingir o poder, o que os levou a certa ingenuidade e à sua eliminação sem grandes dificuldades por Vargas. (BERTONHA, 2016, p. 76)

É importante ressaltar que, assim como nos demais movimentos fascistas, a AIB possuía um caráter antissemitista, ultranacionalista e conservador, tornando-a grande inimiga do movimento anticomunista. Bertonha (2001) caracteriza o movimento dos camisas-verdes³³ com intensas relações com o governo fascista italiano, tanto em sua ideologia, quanto em sua base de relacionamento com a população. Este mesmo governo também fornecia parte dos fundos obtidos pelo movimento integralista no Brasil. Além disso, as diretrizes eram estabelecidas na Itália e norteavam os movimentos políticos feitos no Brasil pelos integralistas, como quando o Estado Novo se estabeleceu e os fascistas italianos recomendaram à AIB que colaborasse com o novo regime.

Com a intenção de promover a difusão dos ideais integralistas, a AIB criou diversos mecanismos de divulgação de materiais propagandísticos, seja na rádio, nos jornais, nas revistas e até mesmo panfletos que eram distribuídos nas ruas. A imprensa integralista foi responsável por uma significativa parte da propaganda anticomunista na Era Vargas e sofreu alterações no decorrer de suas publicações. Para além da divulgação dos ideais políticos fascistas, a AIB também destinava parte de suas publicações para o embate aos movimentos e

³³ Os integralistas eram conhecidos como camisas verde.

políticas a que eram contrários. Fiorucci (2016) formulou um quadro dos posicionamentos político-ideológicos da revista integralista *Anauê!*, principal revista integralista de 1935 a 1937, contabilizando as publicações da revista em áreas de direcionamento da mesma e pôde-se observar que os posicionamentos contra o comunismo se encontravam no topo de lista de publicações. Além destes, também haviam publicações contrárias à liberal-democracia e ao capitalismo, contra o materialismo³⁴, antissemita e em sua primeira fase³⁵, contrárias ao governo Vargas.

Anauê!, como antípoda da imprensa chamada por eles de burguesa, preferiu, num primeiro momento, divulgar seu próprio movimento, apresentando-o como alternativa às experiências políticas fracassadas. Já em sua segunda fase (1937), optou por entrar na disputa eleitoral privilegiando essa temática em seu conteúdo, já que o chefe da AIB, Plínio Salgado, concorreria às eleições presidenciais marcadas para 1937. Sempre, claro, recheando as páginas com críticas e ironias ao modelo comportamental burguês, ancorado no materialismo e na vida urbana cosmopolita, e ao comunismo, compondo o coro que não apenas se manifestava na imprensa integralista, mas também na empresarial, como, por exemplo, na revista *O Cruzeiro* ou no jornal *O Estado de S. Paulo*. (FIORUCCI, 2016, p. 19)

Inicialmente, as revistas integralistas se focavam em produzir um material que alcançasse principalmente os militantes que já estavam inseridos no movimento, com publicações mais extensas e direcionadas, mas em pouco tempo perceberam a necessidade de articular este material de forma mais atrativa para a população em geral, no intuito de chamar a atenção com composições mais dinâmicas, coloridas e também através de desenhos, charges e fotografias que facilitassem a compreensão das pessoas menos engajadas no movimento.

A imprensa integralista se desenvolveu em padrões diferentes dos até então utilizados no meio midiático tradicional, uma vez que “Foi a primeira vez que um movimento/partido utilizou a imprensa de forma sistemática e radical, pois até então as organizações políticas mantinham jornais muito mais informativos do que doutrinários” (OLIVEIRA, 2009, p. 14). Devido à essa

³⁴ O materialismo, neste caso, era correspondente ao apego aos bens materiais e de consumo.

³⁵ A *Anauê!* teve suas fases que acompanharam o movimento político do período: A primeira numa visão mais doutrinária e a segunda mais eleitoral.

doutrinação enquanto essência de publicidade, observa-se que os integralistas passavam mais tempo e gastavam mais recursos em ataques ao que eram contrários, do que trabalhando essencialmente em seus preceitos políticos, mas ainda assim sem promover debates mais aprofundados em relação aos tópicos combatidos.

Trata-se de reconhecer que em nenhum momento se realizou discussão aprofundada sobre este tópico (comunismo), prevalecendo o tom panfletário. Essa tendência não era privilégio de *Anauê!*, mas até mesmo de livros dentre os menos teóricos. Por exemplo, naquele contexto, o médico integralista Wenceslau Júnior publicou *O integralismo ao alcance de todos*, escrito em linguagem popular e simplista, para chegar ao militante mais humilde e até mesmo às crianças. (FIORUCCI, 2016, p. 20)

A estratégia integralista de simplificar seu conteúdo e torná-lo mais atrativo às camadas sociais menos instruídas impulsionava o discurso doutrinário do movimento, que deixou de ser uma organização da classe média de imigrantes italianos e passa, lentamente, a alcançar um público diferente. As publicações anticomunistas como a de Wenceslau Júnior possuíam um caráter muito distorcido e que mobilizava o lado instintivo da população.

Ali resumiu as pretensões vermelhas como segue: O comunismo é uma porção de homens que também querem tomar conta do Brasil, para judiar com seus pais e desrespeitar a sua mãe e as suas irmãs. Se o comunismo vencer, você não será mais de seu pai. Pertencerá ao governo. Não morará mais em sua casa; não viverá com seus irmãos; não poderá tomar a benção de seu Pai e de sua Mãe. O comunismo acabará com tua família (TRINDADE, Helgio, 1979 apud FIORUCCI, 2016, p. 20)

Estas modificações no modo de produzir conteúdo midiático foram muito marcantes no século XX, pois alteraram a dinâmica de consumo de informações, e este fator não foi uma característica única da imprensa integralista, mas de diversos jornais e revistas que passaram a produzir material ilustrado, principalmente a partir da década de 1930. Fiorucci (2012) atribui, entre outros fatores, à entrada de novos recursos editoriais e de impressão em larga escala – que aumentou a capacidade de impressões no país – enquanto um fator decisivo para o aumento da concorrência entre jornais e revistas, fazendo com

que os mesmos investissem cada vez mais na modernização de seus periódicos, incentivando assim, uma maior produção estética e iconográfica.

Ainda ressaltando os aspectos referentes à imprensa integralista, cabe discorrer acerca da veiculação e do alcance da mesma em território nacional. Oliveira (2009) produziu um vasto material sobre a imprensa integralista e utilizou dados estatísticos que foram apresentados no jornal *Monitor Integralista – RJ* para mapear a produção de jornais integralistas durante a existência da AIB. De acordo com o autor, os jornais funcionavam ligados aos comandos regionais integralistas que eram denominados de núcleos. A partir dos núcleos, eram destinadas as publicações que seriam inseridas nos periódicos.

No período de existência legal da Ação Integralista foram editados cento e trinta e oito jornais oficialmente ligados ao movimento, sendo dois de circulação nacional, trinta de circulação regional e cento e seis de circulação local ou nuclear. Também se percebe que os Estados do Sul e Sudeste, acrescidos da Bahia concentram grande quantidade de publicações, enquanto os demais representam uma pequena parte. (OLIVEIRA, 2009, p. 138)

Outro dado interessante é o percentual de jornais por região, pois 77,5% dos periódicos integralistas eram produzidos e veiculados nas regiões sul, sudeste e na Bahia, enquanto apenas 22,5% nas demais regiões do Brasil. Ainda segundo Oliveira (2009), dos cento e trinta e oito periódicos identificados, foram encontrados arquivos de apenas trinta e três. Também torna-se relevante compreender a movimentação financeira que circundava esta imprensa. Em sua maioria, os jornais integralistas operavam a partir da publicidade que estava inserida em suas páginas, bem como a partir do fundo partidário que era organizado pela AIB, como exemplo das publicações da revista *Anauê!*:

Quanto à publicidade, a revista não careceu de investidores, o que garantiu renda contínua. Apareceram em suas páginas, no ano de 1935, o total de 153 anunciantes, o que estabelece uma média de 30,6 por edição. Levando-se em conta que a revista contava com 64 páginas, chega-se a quase 50% de seu interior sustentando pelo menos uma propaganda. (FIORUCCI, 2012, n.p)

A partir destes dados, é possível identificar uma grande influência da imprensa integralista no território brasileiro, possuindo alcances a nível nacional,

estadual e municipal. Além disso, o diferencial publicitário da AIB se deu na produção modernizada de ilustrações em seu material, fazendo com que sua popularidade aumentasse significativamente, mesmo tratando-se de um conteúdo político.

3.2 CATOLICISMO E ANTICOMUNISMO

O catolicismo se constituiu enquanto uma das instituições que mais combateu o comunismo durante o século XX. Principalmente a partir da década de 1930, as declarações oficiais da Igreja passaram não apenas a rejeitar, mas também a combater os ideais comunistas, atestando que os mesmos eram contrários aos “direitos naturais” das pessoas, como o direito à propriedade privada, à família e à autoridade paterna.

Fabricio (2009), à luz dos estudos de Motta (2002), aponta que o catolicismo enxergava o comunismo enquanto uma ameaça à continuidade da religião, pois o mesmo pregava a laicidade e a aversão aos cultos religiosos. Além disso, com a revolução bolchevique, muitos centros religiosos foram fechados e o ateísmo era estimulado na União Soviética, levando o alto clero a intervir e combater fortemente a ideologia comunista.

Para o clero o comunismo era a antítese do catolicismo, pois era materialista, ateu, fomentava a luta de classes, visava a destruição da família e da moral tradicional, não respeitava a tradição, a hierarquia e a ordem. Em suma, o sucesso do comunismo seria a destruição da Igreja. O anticomunismo católico, nesta primeira metade do século XX, esteve inserido num quadro mais amplo das preocupações eclesiais. A hierarquia eclesial, neste período travou uma verdadeira batalha para frear o processo de modernização, laicização e secularização em curso no Brasil. (FABRICIO, 2009, p. 2)

Esta situação se agravou durante a Guerra Civil espanhola, que se iniciou em 1936, onde o comunismo foi responsabilizado pela profanação de imagens e vandalismo de instituições religiosas. No Brasil, após o Levante Comunista em 1935, a Igreja investiu na publicação de Cartas Pastorais, que eram escritas pelos bispos à comunidade, referindo-se ao comunismo como um grande mal que atentava contra a família e a liberdade. Também é importante destacar, como aponta Pereira (2009), que a religião pode ser entendida enquanto uma

ideologia, uma vez que ocupa espaços de poder e, portanto, profere discursos que buscam a legitimidade de seus ideais. Pode-se dizer, então, que o comunismo passa a ser visto enquanto um concorrente doutrinário que pode enfraquecer a instituição religiosa dominante neste período, assim como a Reforma Protestante foi vista no século XV.

Assim, o catolicismo, enquanto uma instituição ideológica de poder, alia-se à instituição política estabelecida a partir de 1930 com o golpe de Vargas, compondo uma força política-ideológica que possuíam, entre outras afinidades, o propósito de eliminar as incidências de uma ideologia política que ameaçava seus interesses.

A Igreja colocava-se na mesma posição das Forças Armadas nas comemorações do aniversário do levante de 1935, alertando os fiéis a respeito de quanto os comunistas já haviam prejudicado o país. Logo, tanto a Igreja como o Estado buscavam legitimidade utilizando o 'perigo vermelho' como uma ameaça que lhes cabia enfrentar em nome da sociedade como um todo. A relação estabelecida entre Igreja/Estado na repressão ao comunismo ganha força a partir de 1935. Mas é em nome da ordem, da disciplina, da harmonia, da Pátria, do antiliberalismo, do corporativismo e do anticomunismo – valores fundamentais para as duas esferas – que os laços entre Estado e Igreja se atam, sobretudo a partir do novo regime dos anos 30. (PEREIRA, 2009, p. 7)

A Igreja católica também influenciou na criação da personificação do mal comunista, no sentido em que relacionava o comunismo à várias representações de doenças e de elementos ligados ao inferno. Dutra (2012) aponta esta relação, onde o catolicismo ligava a esquerda ao pecado, como um flagelo da humanidade que deveria ser combatido pelo bem da família, relacionando ainda ao crime, ao demoníaco, satânico, peste, dentre outros termos que eram utilizados para criar uma noção desta política, que transpusesse seu real conteúdo. Assim, a sociedade cristã passou a odiar e combater o comunismo sem nem mesmo saber do que a proposta política se tratava, uma vez que o medo de um conceito que fora abordado com tantos adjetivos terríveis, era maior do que a busca pelo seu real significado.

Outros elementos como o diabo, o vermelho, o fogo e o inferno eram recorrentes nas associações com o comunismo. Em casos extremos, associava-se à doenças perigosas que se alastram e deixam rastros de caos e morte por

onde passam. “O marxismo, no entender de um pensador católico, ‘consiste numa síntese de todas as heresias’” onde a heresia pode ser entendida enquanto “uma fuga aos cânones estabelecidos pela autoridade” (DUTRA, 2012, p. 76). Assim, é possível considerar que as visões estabelecidas pela Igreja Católica delimitaram e impulsionaram o imaginário social acerca do comunismo, considerando sua influência no ocidente, onde a maioria da população é católica. O catolicismo enxergava o comunismo enquanto uma ameaça à ordem estabelecida, e até mesmo o ligavam a eventos anteriores, como consequência dos atos profanos da Reforma Protestante.

Para alguns intelectuais católicos o comunismo era o último desdobramento das transformações da modernidade, atualização para o século XX dos “erros” iniciados no período da Renascença [...] A origem do mal estaria na Reforma, que teria dado o primeiro golpe no edifício da civilização cristã. O espírito reformador nutria os filósofos iluministas e os revolucionários, pois lançara a semente do questionamento à ordem e hierarquia. A ação dos revolucionários comunistas significava uma continuação da obra destruidora da Reforma, movida pelo mesmo desejo de aniquilar a “verdadeira” Igreja e a ordem social espelhada em seus ensinamentos. (MOTTA, 2002, p. 18-19)

Através desta análise, e ao debruçar-se nos estudos de Motta, identifica-se que as “matrizes ideológicas” anticomunistas no Brasil, compostas pelo catolicismo, nacionalismo e liberalismo, se articularam através de instituições e meios publicitários para alcançar a população. Além disso, como citado anteriormente, estas matrizes deram origem a movimentos populares como as Ligas Anticomunistas, que mesmo tendo exercido maior influência durante a década de 1960, já se articulavam na década de 1930, principalmente nos períodos entre 1935 e 1937.

No entanto, tal combate ao comunismo por parte da Igreja Católica leva ao questionamento quanto a visão religiosa existente em tal ideologia. Por que o catolicismo incumbiu-se tão ferozmente de combater o comunismo? Em linhas gerais, Marx, em “*Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*” apontava a religião enquanto “o ópio do povo”³⁶, pois a mesma leva as pessoas a aceitarem sua condição na Terra, por pior que ela seja, com esperanças de recompensa eterna

³⁶ É importante reforçar que este pensamento não foi originado em Marx, tendo aparecido em diversas publicações de filósofos como Kant, Feuerbach e Hess.

no céu. Além disso, a religião era vista enquanto mantenedora das estruturas sociais que oprimem a sociedade. Existem diversas vertentes no marxismo e muitas delas pregam o ateísmo, como por exemplo, a filosofia marxista-leninista, no entanto, esta postura antirreligiosa não é universalmente aceita no marxismo, considerada até mesmo como um ponto negativo por parte do movimento marxista.

Portanto, a justificativa no combate do catolicismo à ideologia marxista, se dá no fato de a mesma possuir um caráter antirreligioso em muitas de suas vertentes. De acordo com Silva (2001), a religiosidade era combatida vigorosamente na União Soviética, principalmente pelos bolcheviques e os mesmos também se utilizavam da propaganda para difundir o pensamento antirreligioso na URSS.

As práticas anti-religiosas dos revolucionários soviéticos, que se concretizavam de várias maneiras, foram duramente atacadas. A religião e seus corolários – a família, o casamento e a repressão sexual – são preceitos firmemente arraigados na sociedade ocidental. Esses elementos do imaginário social são “forças reguladoras da vida coletiva”. Sendo uma situação revolucionária e de disputa, a contrapropaganda era imediata. Ela se expressava de várias formas, e abordavam textos e figuras das propagandas anti-religiosas. (SILVA, 2001, p. 139)

É possível analisar, portanto, que assim como o capitalismo se sustenta no catolicismo enquanto base doutrinária e o mesmo é ensinado e divulgado nos mais diversos espaços públicos, o socialismo soviético se utilizou do ateísmo enquanto uma prática doutrinária a ser abordada dentro deste regime. Assim, a propaganda antirreligiosa se desenvolveu em algumas mídias soviéticas, como a revista ateísta *Besboschnik*.



Caricatura da revista ateísta Besboschnik³⁷

A caricatura acima, segundo Silva (2001), apresenta elementos bem definidos e que apresentam certa conotação de humor ou chacota. É possível observar que o homem com o cavalo – representando um trabalhador – e as mulheres sentadas na frente dele – religiosas – seguram um baralho, também chamado de “baralho profanador”. Nele, eram impressas imagens antirreligiosas no intuito de desmoralizar as religiões na URSS. No plano de fundo, podem ser observados “um militar e um religioso em cena de ‘depravação’, onde aparecem bebidas e mulheres” (SILVA, p. 140).



Cartaz anti-religioso representando os ícones da contrarrevolução (Tschernoff, Deninkin, Koltschak e Judenitsch)³⁸

A imagem acima é um exemplo de profanação antirreligiosa que era divulgada na União Soviética, representando Stalin no lugar da Virgem Maria e outros ícones da contrarrevolução representados como Jesus e os anjos. Através destes elementos, é possível identificar o embate existente entre o

³⁷ A imagem foi retirada de Silva (2001). A legenda original foi mantida.

³⁸ Idem 36

catolicismo e o comunismo, e que assim como a propaganda anticomunista existia – e ainda existe – no ocidente, também era utilizada na União Soviética para hostilizar as religiões.

Cabe ressaltar que a propaganda anticlerical não foi praticada apenas pelos grupos comunistas. Os anarquistas também estavam em constante conflito com a Igreja, e este embate ganhou espaço nos jornais no Brasil durante a década de 1930. Sobre isso, pode-se citar o jornal *A Lanterna*, fundado em São Paulo em 1901 e ativo até 1935, sendo inicialmente distribuído de forma gratuita. O principal objetivo das publicações era o de denunciar que a Igreja Católica escravizava seus fiéis, controlava seus lares, propagava a miséria e a ignorância. Sua principal bandeira de reivindicação era um Estado laico.



A Lanterna (Jornal de Combate ao Clericalismo – Diretor Edgard Leuenroth), Ano XII, nº 392, São Paulo, 06 abr. 1935. Código de referência: BR_RJANRIO_C8_0_APL_0026_ap_02_d0001de0001



A Lanterna (Jornal de Combate ao Clericalismo – Diretor Edgard Leuenroth), Ano XII, nº 392, São Paulo, 06 abr. 1935. Código de referência: BR_RJANRIO_C8_0_APL_0026_ap_02_d0001de0001

As críticas dos jornais libertários eram incisivas e encontravam forte oposição dos órgãos repressivos. De acordo com as imagens acima, é possível identificar que a principal crítica do jornal era referente ao controle e à dominação que a Igreja exercia na sociedade, fazendo-a carregar um fardo e impedindo seu progresso. Diferente da maioria das imagens, as publicações anarquistas enviavam uma mensagem totalmente clara a respeito das sensações que a imagem buscava provocar.

3.3 AS REVISTAS

Em decorrência das novas ferramentas de imprensa utilizadas no Brasil a partir do final da década de 1920, as revistas ganharam espaço e se consolidaram como um dos principais meios de acesso à informação no país. A revista ilustrada pioneira, lançada em 1928, foi *O Cruzeiro*, que seria uma das principais revistas de circulação nacional durante todo o século XX. Por apresentar recursos estéticos e midiáticos muito bem elaborados, *O Cruzeiro* logo alcançou uma grande tiragem de impressões, criando também um novo

modo de produzir jornalismo, com conteúdos diferenciados e para diversos tipos de público.

Com a redação, administração e oficinas funcionando na Rua Buenos Aires, 152, *Cruzeiro* é dirigida por Carlos Malheiro Dias. Possui agentes em todas as cidades do Brasil e correspondentes em Lisboa, Paris, Roma, Madrid, Londres, Berlim e Nova York. O número avulso custa 1\$000 e a assinatura anual em todo o território nacional é de 45\$000. No exterior o preço aumenta consideravelmente: 60\$000. Ainda neste primeiro número anunciam a tiragem do novo periódico: 50 mil exemplares. (BARBOSA, 2011, p. 5)

O conteúdo de *O Cruzeiro* era intercalado por centenas de anúncios propagandísticos que apareciam, por vezes, de forma discreta em meio ao conteúdo e por vezes preenchendo as páginas. Segundo Barbosa (2011), este tipo de revista lançou uma nova maneira de leitura, aquela na qual o leitor folheia todo o conteúdo atentando-se às ilustrações, para depois iniciar a leitura propriamente dita a partir da imagem que mais lhe interessa, “materializando o que definem como ideal, divulgam nas páginas internas reportagens, contos e crônicas, nos quais a ilustração tem sempre destaque. O cunho nacionalista domina o discurso” (BARBOSA, 2011, p. 6).

Este estilo de revista remonta aos sucessos norte-americanos do período como a revista *Life* e que passou a ser concebível no Brasil a partir da industrialização que trouxe um novo modo de vida à uma considerável parcela da população. De acordo com Mendes (2011), a ideia era modernizar e trazer às revistas o *American Way of Life*, intercalando notícias e anúncios que trouxessem à população o modo de vida capitalista, incentivando o consumo e, ao mesmo tempo, estabelecendo opiniões políticas acerca dos contextos mundiais.

O Cruzeiro não seria possível no Brasil rural de até então. Entretanto, vivíamos no Brasil pós-guerra uma profunda alteração nos padrões de consumo e capacidade de produção. As transformações econômicas geraram mudanças na sociabilidade brasileira como nunca visto anteriormente. A família passou a ser regida pela capacidade de ascensão social, conforto material, e não mais por tradições, embora isso não fosse novo no Brasil. A ideia de progresso, atrelada à imitação dos padrões dos países desenvolvidos e seu estilo de vida, remonta ao século XIX. (MENDES, 2011, p. 34)

Esta modernização no modo de criar conteúdo, é decorrente das significativas mudanças no modo de vida em escala mundial no contexto pós Primeira Guerra e consolidou o que Sodré (1977) chama de “Imprensa burguesa”. Inicialmente, *O Cruzeiro* utilizava o discurso anticomunista em anedotas e tiras de humor, de modo a ridicularizar e inferiorizar a existência de tal movimento. A partir da Segunda Guerra e também no período pós guerra, as passagens destinadas ao combate ao comunismo se intensificaram significativamente, trazendo reportagens jornalísticas num tom mais sério, sempre utilizando os recursos imagéticos para reforçar os argumentos apresentados.



Primeira edição da revista O Cruzeiro em 1928³⁹

³⁹ Todas as edições da revista podem ser encontradas em acervo digital da Hemeroteca <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&> acesso em 29 de dezembro de 2019.

Além de *O Cruzeiro*, outras revistas e jornais estão inseridas neste contexto, que possui grande ligação com o contexto mundial e que possibilitou a entrada via informativa dos movimentos e ideais que circulavam pelo mundo. É importante ressaltar, assim, que os meios de comunicação, tanto os impressos quanto a rádio, possuíam uma carga ideológica em seus conteúdos, os quais possuíam maior autonomia para produzir no período anterior ao Estado Novo. De acordo com Nelton (2008), “os meios de comunicação, entendidos tanto como arena para a luta ideológica, quanto agente desse confronto, foram utilizados largamente para levar a linguagem a ideologia autoritária para o público” (n.p). Através deste panorama, é possível perceber que as influências de ascensão autoritária foram também divulgadas nos jornais e revistas brasileiros que não possuíam um cunho político enquanto ponto principal de seus conteúdos.

Foi uma década, outrossim, caracterizada pelo amplo debate ideológico entre um decadente liberalismo, ferido gravemente depois da crise de 1929, e o autoritarismo, que aparecia, ao lado do totalitarismo, como formas de solucionar esse conturbado momento. Esse debate, que permeou grande parte da década de 1930 – embora já tenha suas origens nas duas décadas anteriores – é vencido pelo discurso autoritário, tendo a outorga da ditadura estadonovista em novembro de 1937 como materialização de tal vitória. (NELTON, 2008, n.p)

Neste contexto de revistas que buscavam trazer a modernidade ao Brasil, certamente a revista carioca *Careta* merece destaque. Sendo uma das mais antigas revistas ilustradas do Brasil, desde 1908, a *Careta* trabalhava com elementos cômicos e satirizados de diversos setores sociais e econômicos. Além disso, era grande a recorrência de caricaturas e de conteúdos relacionados à literatura e a cultura. Segundo Nogueira (2010), a revista tornou-se um símbolo de modernização no país, tendo circulado em nível nacional durante 53 anos, atravessando boa parte do século XX e claramente toda a era Vargas.



Primeira edição da revista *Careta* em 1908 trouxe como capa o Presidente Afonso Pena⁴⁰

A grande leva de revistas ilustradas que passaram a circular a partir do início do século XX trouxeram grande competitividade na imprensa, levando os periódicos e revistas a aperfeiçoarem o nível de sua parte estética, diagramação e seu conteúdo. As grandes concorrentes da *Careta*, a *Fon! Fon!*, *Kosmos* e *O Malho*, adotavam um estilo parecido, intercalando variedades, humor, narrativas e conteúdos sociais e políticos. Apesar de possuírem conotação política acentuada com inclinações anticomunistas, as concorrentes da *Careta* utilizaram

⁴⁰ Todas as edições da revista *Careta* estão disponíveis virtualmente através do acervo da Biblioteca Nacional http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_anos.htm acesso em 29 de dezembro de 2019.

menor representação gráfica e recorreram mais sobre o assunto a partir do início da Guerra Fria. Ainda relacionado ao conteúdo da *Careta*, cabe ressaltar que a mesma possuía um conjunto de artistas e intelectuais que produziam seu material, tornando-a extremamente atrativa e bem produzida.

Assim como *O Malho*, que também contou com a colaboração artística de J. Carlos a partir de 1921, a *Careta* se destacou não somente pelo seu relevo artístico incontestável, mas também intelectual. Contando com um rol eclético de nomes da intelligentsia literária carioca da época entre seus colaboradores mais constantes, como Lima Barreto, Emílio de Menezes, Martins Fontes, Olegário Marianno, Luiz Edmundo, os redatores Bastos Tigre e Leal de Souza e até mesmo Olavo Bilac, não se pode, simploriamente, classificar a publicação hebdomadária como uma revista ilustrada de variedades e mundana. (NOGUEIRA, 2010, p. 71)

Além de seu conteúdo artístico e com várias faces, a *Careta* também contava com um senso crítico bastante apurado. Em suas edições, é possível perceber provocações e posições que analisavam vários lados políticos, utilizando-se muitas vezes do cômico para trazer uma mensagem, aliviando seu lado crítico.

3.4 A EDUCAÇÃO PELAS IMAGENS

Através de toda a contextualização histórica, da abordagem dos conceitos principais e da investigação acerca da imprensa que veiculava o material anticomunista, torna-se possível promover a análise das imagens contidas em seu conteúdo, numa descrição para além do que está explícito. Para realizar a análise das imagens, serão abordadas duas metodologias presentes na área de estudos iconográficos⁴¹: a iconologia e a semiótica.

A iconologia pode ser compreendida enquanto uma “evolução” dentro dos estudos iconográficos, uma vez que se aprofunda mais no estudo do significado do objeto, transcendendo o estudo do tema. Difundida por Erwin Panofsky, a iconologia se tornou uma importante ferramenta de estudo principalmente na área de História da Arte, onde seus idealizadores buscaram formular uma

⁴¹ Iconografia, segundo Boehm (2010) trata-se de uma abordagem para análises visuais, buscando reconhecer, descrever e buscar os significados implícitos nos objetos.

“ciência da arte”. Cardoso e Vainfas (2012), ao se debruçarem nos estudos de Panofsky, identificaram e descreveram os três níveis de significação propostos pela iconologia e que propiciam seu método de análise:

O primeiro – o pré-iconográfico – é basicamente descritivo e se fundamenta na experiência cotidiana complementada pelo conhecimento de repertórios para definir informação factual, bem como expressiva. Assim, aqui se identificam pelas formas os objetos (seres humanos, animais, coisas) e as relações primárias, que podem construir os eventos, por exemplo, o significado de um chapéu ou de um aperto de mão. O segundo nível é o da análise iconográfica propriamente dita. Aqui, trata-se das significações secundárias, das convenções, fórmulas, motivos artísticos, temas e conceitos. Entre as referências necessárias está o conhecimento de outras imagens da época e o “patrimônio cognitivo” do observador. Duas mulheres trazendo respectivamente um ramo de oliveira e uma balança, e coroando um rei só podem representar paz e justiça. (CARDOSO; VAINFAS, 2012, p. 245)

Através desta descrição, é possível identificar os dois primeiros passos para a significação das imagens a partir do método iconológico, onde o primeiro se baseia nas experiências trazidas por quem irá produzir a análise. A identificação das formas apresentadas explicitamente na imagem acontece alicerçada nos conceitos prévios desenvolvidos pelo pesquisador. Já a segunda etapa, é constituída de um aprofundamento desta descrição, que se dá a partir da significação das referências de uma determinada época, onde o pesquisador deve atentar-se ao significado dos elementos presentes e relacionar com o período em que foi produzido. Já no terceiro passo, o aprofundamento da análise torna-se ainda maior.

O último nível é o mais complexo, o da interpretação iconológica, à procura de uma espécie de “mentalidade de base”. O fundamento está na filosofia das “formas simbólicas” desenvolvida por Ernst Cassirer (1874-1945), isto é, tais formas funcionam como “sintomas”, uma vez que são partes separadas de uma mesma realidade que pode ser recomposta. O visível é sintoma do invisível, e todo objeto, toda imagem significam mais do que a aparência e podem conduzir à circunscrição de um inconsciente coletivo, uma cosmovisão, um espírito da época [...] Nesse nível, além do senso comum e de uma vasta erudição, é exigível competência em várias áreas das humanidades (principalmente o conhecimento das “tendências fundamentais da mente humana”). (CARDOSO; VAINFAS, 2012, p. 245)

O terceiro passo do método iconológico se constitui, portanto, na interpretação dos signos presentes na imagem, considerando todos os passos anteriores e avançando na direção da mentalidade ou do imaginário que foram utilizados por quem produziu a imagem, a fim de gerar uma sensação e consolidar a formação de opiniões no cenário social.



Revista *Caretta* 1778 ed. Julho de 1942 (disponível na hemeroteca digital)

A capa da revista *Caretta* de 1942, no auge da Segunda Guerra Mundial, intitulada de “As ‘coisas’ pretas e pardas” pode elucidar de forma prática o uso da metodologia iconológica e será utilizada para exemplificar o passo a passo das análises posteriores. A imagem em questão é uma charge que se utiliza de

elementos verbais e não-verbais e que aborda diversos simbolismos. No primeiro passo da análise, podem-se identificar dois grandes dragões, vermelho e amarelo, assentados sobre uma grande bola azul, contrastando com o fundo preto. Na parte de baixo dois generais, Hitler e Mussolini, observando os dragões e discutindo. A descrição da charge complementa a discussão dos ditadores:

“– Parece que nós despertamos os <vermelhos> e os <amarelos>. – É verdade. Talvez seja prudente <azular>.” Também é possível identificar na primeira etapa, um chapéu asiático no dragão amarelo, de nome original *Sugegasa*. Este chapéu representa os japoneses.

Para muitas religiões (associado por vezes à serpente), personifica as forças primordiais demoníacas que precisam ser dominadas. [...] No Antigo Testamento, o dragão personifica (associado ao Leviatã) a continuidade do caos que precede o mundo ameaçando a criação e que precisa ser vencido. (LEXIKON, 1990, p. 77)

No segundo passo, identifica-se a intencionalidade nas cores apresentadas na charge, onde o vermelho simboliza a União Soviética comunista, e o amarelo representa – numa caracterização racista – os japoneses, satirizando seu tom de pele. Além disso, a parte verbal da charge também faz referência as cores, para complementar a sátira ao adicionar a cor azul ao conteúdo. Na descrição, o termo “azular” deriva de uma expressão popular. Segundo Garcia (2005) “Tem-se então a utilização da cor como forma de expressão verbal: a expressão popular ‘azular’, uma gíria equivalente a desistir, abandonar a situação” (p. 161).

Já no terceiro passo, complementando as análises prévias, pode-se destacar dois pontos na imagem: a proporção dos generais diante dos dragões, sendo representados de forma menor e gerando a percepção de que os dragões são mais poderosos, e também a feição do dragão vermelho, caracterizado com fúria e dentes cerrados, pronto para atacar. A imagem como um todo, está carregada de simbolismos que permitem a compreensão popular, mas que, para além disso, também permeiam o imaginário em elementos que grande parte dos leitores não percebem, como a noção de perigo representada pelo imenso dragão vermelho e seus traços de ferocidade. Assim, a charge acaba tendo como resultado final, não apenas a satirização do cenário político do período,

mas também o enraizamento da ideologia presente no imaginário social. O dragão salivando representa igualmente a manifestação do ódio, assim como seu tamanho desproporcional em relação ao globo, o que confere a não naturalidade desta “ideologia exótica”, representada pelos russos na contenda.

Para complementar a metodologia iconológica, cabe ressaltar que serão utilizados elementos da semiótica, pois a mesma não se opõe à iconologia. No entanto, cabe ressaltar que a metodologia utilizada será especificamente a iconologia, onde apenas serão considerados elementos da semiótica no que tange aos elementos referentes à terceira etapa da iconologia. Essa abordagem torna-se mais pertinente para se adequar à análise da pesquisa em questão, uma vez que a metodologia da semiótica segue passos diferentes da iconológica, mas traz elementos importantes referentes às significações que podem aprofundar a pesquisa das imagens, assim como é feito na fotografia.

Tomando como partida, a semiótica de Charles S. Peirce e a iconologia de Warburg e Panofsky, as fotografias são representações visuais que estruturam uma linguagem. São formas visuais produzidas pelo homem e, então, sistematizadas, colocadas em uma ordem. Esta linguagem visual é composta, portanto, de signos que podem vir a representar ou se apresentar como signos. Podemos dizer, de modo geral, que toda fotografia é um signo hipoicônico, mas que também pode ser classificada, no âmbito da relação signo-objeto, como índice ou símbolo. (RIZOLLI; FONTES, 2014, p. 197)

Portanto, a semiótica estará presente nas análises devido ao seu aprofundamento na área dos simbolismos e significados, como já explicitado anteriormente com Chauí (2000) acerca do conceito de semióforo e de signo. Além disso, as contribuições de Bakhtin (2006) acerca da filosofia da linguagem aplicada ao marxismo irão também compor o escopo das análises, uma vez que as contribuições deste autor possibilitam a análise de imagens a partir do viés materialista, que vem sendo utilizado na pesquisa. Bakhtin mostra que é possível trabalhar com a linguagem dentro da base marxista, uma vez que:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de

si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. (BAKHTIN, 2006, p. 29)

Assim, Bakhtin revela o interesse que o marxismo deve ter em relação ao estudo das linguagens – leia-se que as imagens também são uma forma de linguagem, como explicitado anteriormente, não-verbal – que se dá na percepção de que a unidade social, composta por um ou vários grupos e que compõe todo o cenário social e as estruturas nela contidas, é regida por um viés ideológico e que este é construído a partir da linguagem, principalmente contida nos signos representados no meio social como a propaganda e a imprensa. É importante estabelecer a compreensão de que existe uma interdependência entre o individual e o coletivo em todos os aspectos que regem as organizações humanas, e que esta interação cria os imaginários sociais que possibilitam as deduções de linguagem a partir da visualização de uma imagem, por exemplo.

Os signos só podem aparecer em um *terreno interindividual*. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de “natural” no sentido usual da palavra: não basta colocar face a face dois homo sapiens quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. *A consciência individual é um fato sócio-ideológico.* (BAKHTIN, 2006, p. 33)

Com base nos estudos de Bakhtin, é possível identificar não apenas a plausibilidade de se pesquisar os fenômenos semióticos-ideológicos, mas também a relevância que este material possui nos estudos das ciências humanas, da História e da própria Educação. Bakhtin ainda aponta que a única forma do método sociológico marxista alcançar todas as estruturas ideológicas, é a partir da filosofia da linguagem, também designada por ele de “filosofia do signo ideológico” (p. 37), e que estes estudos devem partir do próprio marxismo.

Dadas as justificativas necessárias e o embasamento teórico-metodológico a ser utilizado, passam a ser possíveis as análises das imagens anticomunistas da Era Vargas e a elucidação das intencionalidades implícitas nas mesmas.

UM DIA, QUANDO CESSAR A LUTA ABSORVENTE, O TERRA-A-TERRA QUINDIANO DO EMBATE COM A MEDIOCRIDADE CONTEMPORANEA, COM OS VELETUDINARIOS LIBERAES, COM OS DECREPITOS MARXISTAS, COM OS ENXAMES DE PIGMEUS LITTERATOS E OS PANÇUDOS BURGUEZES, TEREMOS DE EXECUTAR O FORMIDAVEL PLANO BRASILEIRO E SUL-AMERICANO, MARCANDO UMA ÉPOCA.

O Integralismo Em Bomfim, Bahia

(ESPECIAL PARA "A OFFENSIVA")

MANDEIAS
Em 7 de abril, a Bandeira de Cristo Redentor, chefe de pelão de João Paulo Pereira, esteve no arrial de Carapicuíba. Ali falaram aos vertiginosos deputados o chefe municipal de João Paulo Pereira, o Secretário de Educação e Cultura Plínio Salgado, o Honorable de Freitas e o Secretário de Organização Política, M. Sérgio Duarte.

Em 9 de maio, a Bandeira Plínio Salgado, sob a chefia de dr. Honório de Freitas, foi ao arrial de Itinga. Realizaram-se naquele dia o primeiro acampamento integralista do Estado, dos comunistas José Rufino de Oliveira Galvão e Aldemir Soares Oliveira. Na dita reunião falaram ao povo de Itinga, os comunistas de Honório de Freitas e M. Sérgio Duarte.

Em 28 de julho, dirigiu-se o arrial, para o Vale do Gongo Preto, o Honorable Gustavo Barros, chefiado pelo Secretário de Educação de Honório de Freitas e constituído de

abastecendo a cordilheira do arrial. Nessa mesma dia, a tarde, realizou-se uma reunião, com a presença de varias pessoas, tendo o juramento de Freitas, Juvêncio Mendes, M. Sérgio Duarte e Wally Silva.

As comunistas Abílio França e Wally Silva, acclamaram pouco integralistas. No dia seguinte, apresentaram-se a Frei Damião, fazendo um "sermão" na igreja de Condição. Foi lido um telegrama de apoio dos irmãos do campo, os comunistas de Honório de Freitas, Juvêncio Mendes e M. Sérgio Duarte. Nesse mesmo dia, realizou-se para o Arrial de Itinga e ali, onde havia, outra feira flutuante contra "comunistas", fazendo a gente profeta daquela zona os comunistas de Honório de Freitas, Juvêncio Mendes e M. Sérgio Duarte. Procedendo-se a 2.ª Juramentação, no arrial de Itinga, no dia 29, dirigiu-se a cidade a Bandeira Gustavo Barros, com o nome de "Bandeira".

Em 8 de agosto, realizou-se uma tradicional festa em homenagem a "Bandeira", foi ali, chefiado pelo Secretário de Organização Política, M. Sérgio Duarte, a Bandeira Everardo

Letra: O compositivo M. Sérgio Duarte, capitaneado por gente que não dá licença, e de Freitas de Freitas, Juvêncio Mendes e M. Sérgio Duarte.

A Bandeira Nilton Barros, chefiado pelo Secretário de Cultura Plínio Salgado, Juvêncio Mendes e M. Sérgio Duarte, realizou-se em Itinga, com a presença de Honório de Freitas, Juvêncio Mendes e M. Sérgio Duarte.

NUCLEOS EM COORDENAÇÃO
Estão sendo coordenados os seguintes núcleos: Vila de Campo Formoso, Coordenador - Antônio Teófilo Sobrinho; Arrial de Itinga, Coordenador - José Rufino de Oliveira Galvão; Arrial de Condição, Coordenador - Oscar Ribeiro de Souza, e o Nucleo de Bonfim e chefiado pelo dr. João de Freitas. O Secretariado está sendo constituído: Secretário de Educação e Cultura Plínio Salgado, Honório de Freitas; Secretário de Cultura Plínio Salgado, Honório de Freitas; Secretário de Organização Política, Aldemir Soares Gomes.

Departamento: Plínio Salgado, Honório de Freitas, Juvêncio Mendes, M. Sérgio Duarte, Wally Silva, Aldemir Soares Gomes, Secretário de Educação e Cultura Plínio Salgado, Honório de Freitas, Juvêncio Mendes, M. Sérgio Duarte, Wally Silva, Aldemir Soares Gomes.

Na cidade e arredores de Bonfim, foram feitos os seguintes grupos: Plínio Salgado, Honório de Freitas, Juvêncio Mendes, M. Sérgio Duarte, Wally Silva, Aldemir Soares Gomes.

A OFFENSIVA

ORIENTAÇÃO DE PLÍNIO SALGADO
(Sigma - Jornais - Reunidos)

ANO II - Rio de Janeiro (Província de Guanabara) - Saldaia, 13 de Outubro de 1935. NÚMERO 75

Jornal A Offensiva, ed. 79, 1935.⁴²

A imagem acima, de cunho bibliográfico, circulou a partir da imprensa integralista no jornal *A Offensiva*, e retrata Stalin guiando um tremó que é puxado por três "burros". A imagem é carregada de elementos que visam identificar Stalin enquanto o grande condutor do comunismo na União Soviética, em uma alusão ao controle que os soviéticos possuíam sob os comunistas brasileiros. Estas imagens eram importadas de jornais estrangeiros e tentavam regionalizar seu significado, passando a direcioná-lo ao comunismo no Brasil.

Além disso, outros elementos presentes na imagem deixam clara a intencionalidade da mesma em colocar os comunistas baianos enquanto servos controlados e manipulados por Stalin, como a presença do chicote em sua mão esquerda. As feições que compõe a imagem revelam a sensação de sofrimento e servidão ilustradas nos rostos dos que puxam o tremó, e a recorrente feição de Stalin representando fúria, raiva e descontrole a partir de seus dentes cerrados e à mostra. Ao fundo, é possível identificar um homem com feições de um rato,

⁴² Fonte: OLIVEIRA, Rodrigo Santos. Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937). Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

porém vestido em trajes mais formais e correndo atrás do trenó, representando os liberais – também combatidos pelos integralistas. As representações anticomunistas integralistas estão sempre recheadas de sátiras carregadas de elementos ofensivos, que buscavam chamar a atenção e criasse um sentimento de repulsa no público em relação ao comunismo soviético. A animalização do inimigo político é outra constância na linguagem chargística, de diferentes espectros ideológicos, sendo que muitas destas representações são seculares, de origem popular, da literatura e da pintura.



Jornal *A Offensiva*, ed, 1, 1934.⁴³

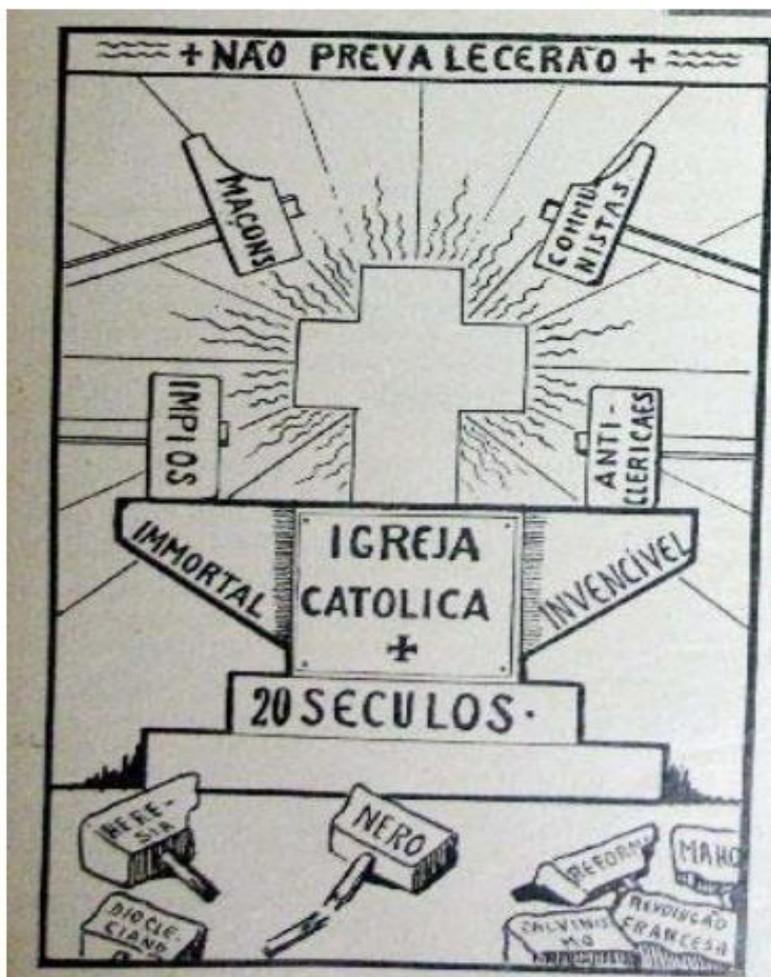
Ainda se utilizando da imprensa integralista na produção de imagens anticomunistas, é possível identificar o recorrente uso da figura de Stalin e a

⁴³ Fonte: OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

preocupação em representá-lo enquanto um líder que exprime muitos elementos ofensivos. Na figura acima, também de cunho bibliográfico, podem-se observar elementos verbais e não verbais, representando um encontro entre Stalin e Marcel Cachin, líder do Partido Comunista Francês naquele período. Na parte descritiva verbal, nota-se um termo pouco utilizado, “nababescamente”, que segundo Aurélio (1999), é aquilo que envolve luxo e ostentação. Na parte inferior da charge, os dizeres “... ao suor do povo!” complementam o impacto visual do banquete ostentado pelos líderes políticos, dando a clara intenção de se referir aos gastos dos mesmos com extravagâncias com o dinheiro público. Ainda na parte inferior da imagem, há a assinatura do chargista Roger Roy e uma nota fazendo referência de créditos da imagem ao jornal francês “*Gringofre*”.

Na parte não-verbal da charge, são encontrados diversos elementos referentes à festividades, mas num tom de desordem, com charutos acesos sobre a mesa, garrafas e taças derrubadas, além da visão dos dois líderes dançando possivelmente embriagados, fazendo também referência à dança tradicional russa “Trepak” com Stalin produzindo um movimento típico da dança. A principal intencionalidade da imagem se dá na difamação dos líderes políticos comunistas, em especial Stalin, que é encontrado diversas vezes nos jornais integralistas sendo representado enquanto a personificação de todo o mal existente. Assim sendo, as garrafas quebradas e o movimento da cena representado imagetivamente produzem uma crítica à ação empreendida por eles, gerando a desordem mencionada. Logo, são ações que provocam instabilidade e desordem social.

Em contraposição a Stalin, segundo os jornais integralistas, haveria um salvador com características muito diferentes do líder russo: Plínio Salgado. Este, sendo então representado enquanto um herói nacional, diferente dos outros líderes políticos e que poderia salvar o Brasil da ameaça comunista e da ameaça liberal.



Jornal *O Santuário*, ed. De 1936, p. 232⁴⁴

A representação imagética acima não se trata de uma charge, uma vez que sua intenção não é o humor, mas sim passar uma mensagem num tom mais intimidador. Retirada do jornal *O Santuário* – mais antigo jornal católico em circulação do Brasil, desde 1927, com edições anuais – a imagem representa o poder da Igreja Católica diante das “forças” que tentariam derrubar a instituição. A cruz, maior símbolo da cristandade e figura central na imagem, aparece assentada sobre uma grande âncora, representando os 20 séculos do catolicismo, fazendo alusão ao grande enraizamento que a instituição possui na sociedade e com os dizeres “imortal” e “invencível”.

Os martelos representam os inimigos que teriam tentado destruir o catolicismo, dentre eles, os imperadores Nero e Diocleciano, a Revolução

⁴⁴ Fonte: PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. O anticomunismo católico em cena. *Revista Nures*, nº 11: UNESP, 2009.

Francesa, o Calvinismo, a Reforma Protestante e a heresia. Os martelos citados anteriormente, estão destruídos no chão, representando a derrota dos mesmos para o catolicismo, como se fossem “os males já superados”. No entanto, os martelos que ainda tentam abalar as estruturas da Igreja, representam os males que ainda assolam a superioridade cristã, como os maçons, os comunistas os anticlericais e os ímpios⁴⁵. Também podem ser observados muitos raios de luz que saem da cruz, denotando-os enquanto a força que emana da cruz e que protege os cristãos dos males ao redor.

A imagem é bastante clara logo à primeira vista, pois a representação do catolicismo enquanto a força superior em relação aos seus inimigos fica bastante evidente, além do enunciado no canto superior da imagem que diz “+não prevalecerão+”. No entanto, para além da imagem descritiva e dos significados que compõe a mesma, cabe ressaltar a percepção acerca dos inimigos da Igreja, pois apesar de se tratar, teoricamente, de uma instituição com pretensões religiosas, o catolicismo faz inimigos em diversas áreas sociais, desde religiosas, à políticas, morais e ideológicas. De acordo com Pereira (2009), a intervenção política da Igreja Católica é notável, e o anticomunismo pode ser visto enquanto um instrumento de inserção dos cristãos no processo político do período.



Revista *O Cruzeiro*, ed. 0045, 1933.⁴⁶

⁴⁵ Na Bíblia, mais precisamente em Salmos 10:7-8, ímpio faz referência a uma pessoa cruel que não segue os caminhos do Senhor e que se rebela aos seus ensinamentos.

⁴⁶ Fonte: Hemeroteca Digital.

A charge acima, publicada na revista *O Cruzeiro* em 1933, faz também alusão ao comunismo enquanto um sistema que rouba a população. Com elementos textuais e não textuais, a sátira apresenta um homem indo ao registro de imóveis e sendo assaltado ao mesmo tempo. Com linhas simples e poucos elementos, a imagem não deixa explícita a sua intenção nos componentes da mesma, visto que as vestimentas, as expressões e o local não fazem uma referência direta às suas intencionalidades, no entanto, a parte textual da charge deixa clara a finalidade, pois possui como título “comunismo”.

A principal batalha entre o capitalismo e o comunismo se dá no âmbito material, uma vez que o capital defende a propriedade privada enquanto um pilar de seu desenvolvimento. Por isso, a representação contida neste jornal faz referência a um dos maiores medos entre os indivíduos que compõe o nosso sistema: o temor de perderem seus bens, caso estejam submetidos ao sistema comunista. Portanto, o ponto central por trás do humor, se dá especificamente no dinheiro e na ideia de como seria a situação retratada – ir a um registro de imóveis – caso isso fosse acontecer dentro de um sistema comunista.



Revista *Anauê!*, ed. 15, 1935.⁴⁷

⁴⁷ Fonte: FIORUCCI, Rodolfo. *O comunismo nas páginas da revista integralista Anauê (1935-37): O inimigo (inter)nacional*. Editora Perseu, 2016.

A imagem publicada pela imprensa integralista, desta vez a revista *Anauê!*, que apesar de seu curto tempo de produção, dedicou-se exaustivamente a trabalhar com os conceitos de herói estabelecidos a Plínio Salgado, e também na desmoralização do comunismo. A figura, intitulada “Os caminhos de Roma e Moscou”, apresenta uma mulher indecisa, montada em um tigre na perna esquerda e em um cavalo na perna direita. Os animais estão seguindo caminhos distintos, e à frente da mulher, uma placa indicando o caminho a Moscou à esquerda e Roma à direita. A posição das placas é proposital, pois Moscou simboliza a esquerda/comunismo, enquanto Roma representa a direita/capitalismo. Este simbolismo é então complementado e reforçado pelo elemento textual da imagem, com os dizeres “À esquerda o caos; à direita a ordem.” Segundo Fiorucci (2016), a *Anauê!* se utilizou veementemente da iconografia política para difundir seus ideais.

Esse tipo de pedagogia visual foi constante nessa fase de *Anauê!* sob o comando de Hasslocher. Diferente de Eurípedes Menezes, que não se valeu de charges ou cartuns, o novo dirigente entendeu que a imagem era eficiente na transmissão de ideias anticomunistas para público ampliado. Predominou, mais uma vez, o foco sobre a política internacional, recurso que permitia à AIB defender sua visão de mundo sem se indispor com forças nacionais diretamente. (FIORUCCI, 2016, p. 23)

Outro elemento interessante presente na imagem para análise são os animais que conduzem aos caminhos opostos e que fazem uma referência direta ao enunciado na parte inferior da imagem. O tigre, que está indo para Moscou, é um animal selvagem, imprevisível e que não obedece ordens. Também pode ser associado à crueldade e ao perigo, por se tratar de um animal carnívoro. Já o cavalo, é um animal domesticado e dócil, que acata as ordens, representa força e segurança. Logo, até mesmo na escolha dos animais da imagem, pode-se encontrar simbolismos que permeiam o imaginário social, isso tudo sem que os indivíduos percebam essa influência. A figura da mulher contempla outro elemento interessante, tendo em vista que ela está utilizando um barrete frígio na cabeça, chapéu utilizado pelos republicanos franceses na tomada da Bastilha em 1789. Este elemento concretiza a tomada de decisão do caminho que será

percorrido pela mulher, sendo a República ocidental considerada sua opção correta.



Revista *Caretta*, ed. 1439, 1936⁴⁸

A revista *Caretta*, como citado anteriormente, foi responsável pela grande difusão do humor satirizado no Brasil, com elementos ricos em seus desenhos e a inovação das cores nas suas publicações. A charge acima, que foi capa da revista em janeiro de 1936, apresenta em primeiro plano um trabalhador observando Getúlio Vargas acompanhado de um oficial militar, montados num tanque de guerra e passando por cima de uma árvore. Os elementos textuais fazem toda a diferença nesta representação, intitulada de “Comunismo a árvore do mal” e precedida pela fala do trabalhador que observa o ato, chamado de Zé: “- É isso mesmo! O mal tem que ser arrancado com a raíz!”. Além disso, para

⁴⁸ Fonte: Hemeroteca Digital.

complementar os elementos textuais, o tanque estampa os dizeres “Estado de Guerra”.

Diversos elementos podem ser analisados nesta imagem, no entanto, o importante é destacar que a junção destes elementos permite ao leitor a imediata compreensão do que está sendo representado, independentemente de seu grau de instrução. De forma resumida, uma primeira análise dá a entender que o estado de guerra, decretado por Vargas a partir de uma emenda constitucional em dezembro de 1935, iria salvar a sociedade do perigo comunista, arrancando-o “pela raiz”. Além disso, este ato do governo seria apoiado pela sociedade, que é representada pelo trabalhador Zé, que assiste ao ato e incentiva as ações estatais. A partir desta perspectiva, fica nítido o apoio da Revista ao governo Vargas e suas medidas de combate ao comunismo.

A representação de Vargas nesta imagem também chama a atenção. Sendo recorrentemente caracterizado enquanto um herói nacional, a figura do presidente é geralmente ilustrada enquanto um líder carismático, como visto na imagem, no entanto, atentando ao fato deste líder estar a bordo de um tanque de guerra, também representa a força e a autoridade do mesmo. Segundo Chevalier (1986), um herói pode ser representado enquanto “El héroe simboliza el impulso evolutivo (el deseo esencial), la situación conflictiva de la psique humana, por el combate contra los monstruos de la perversión” (p. 560). Portanto, Vargas foi construído – assim como Salgado para os integralistas – enquanto um herói que pode combater o perigo comunista e salvar a sociedade.



Jornal *Anauê!*. Rio de Janeiro nº 17, julho de 1937, p. 25.⁴⁹

⁴⁹ Fonte: OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

A satirização com elementos macabros é uma marca bem definida dos jornais integralistas. Na charge acima, um homem vestindo o uniforme da URSS utiliza um caixão e ossos como instrumentos de percussão, seguidos pela legenda “A symphonia bolchevista”. Inicialmente, embora contenha sua intencionalidade bem explícita, a imagem parece conter poucos elementos e é expressa de forma simplista. No entanto, alguns elementos implícitos podem ser analisados, como a feição do homem, que se assemelha à de um primata, dando a impressão de que os bolchevistas não eram seres humanos, mas animais.

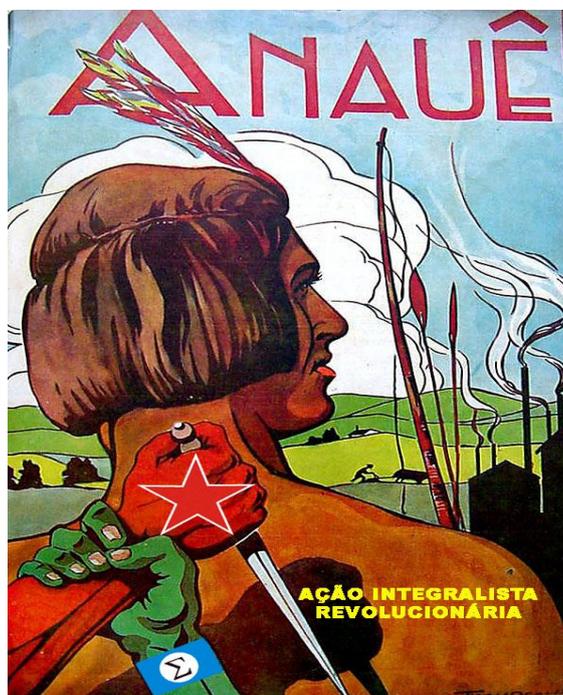
De acordo com Rancière (2012), as imagens, comumente, se apresentam de três formas: a imagem nua, a ostensiva e a metamórfica⁵⁰. As imagens chargísticas como a acima, se caracterizam por uma característica ostensiva, uma vez que suas intencionalidades, apesar de visíveis, alcançam um nível de aprofundamento maior do a que é dada à primeira vista.

Da imagem nua se distingue o que chamarei de imagem ostensiva. Essa imagem também afirma sua potência como a da presença bruta, sem significação. Mas ela a reclama em nome da arte. Ela põe essa presença como o próprio da arte, ante a circulação midiática da imageria, mas também diante das potências do sentido que alteram essa presença: os discursos que a apresentam e a comentam, as instituições que a colocam em cena, os saberes que a historicizam. (RANCIÈRE, 2012, p. 32)

Portanto, o discurso e o caráter histórico da charge alteram seu significado aparentemente insípido, potencializando referências implícitas em seus elementos. Assim, podemos observar que os dados contidos nestas imagens, são colocados de forma intencional para representar um discurso e uma ideologia – ou uma anti-ideologia. Pode-se destacar, para além do caixão e dos ossos que representam a morte e que identificam os comunistas como os precursores da morte, também a sombra macabra ao fundo do bolchevique, acrescentando ainda mais tons obscuros ao personagem. Os jornais integralistas também publicavam contrastes entre “escuridão e luz”: se por um lado o comunismo representaria as trevas, o fascismo combateria essa escuridão e traria a luz enquanto uma força redentora que protege a família, o

⁵⁰ Para mais informações, ver RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2012.

país e a população em geral do mal comunista. Como aponta Oliveira (2009), nas imagens “[...] percebemos a defesa dos valores familiares, o integralismo como força redentora e a defesa do Brasil diante do comunismo.” (p. 183). Este contraste pode ser observado na capa abaixo.



Revista *Anauê!*, 1936, ano II, n.9⁵¹

As capas dos jornais e revistas integralistas eram ilustradas com grande presença patriota e nacionalista. A capa acima chama a atenção pela pessoa que nela está representada: um indígena. Segundo Silva (2005), os integralistas tentaram construir a imagem de uma “raça brasileira”, que seria composta pela miscigenação entre os indígenas, os europeus e os africanos. A definição de uma “raça” era de grande importância para o movimento fascista, uma vez que a identificação nacionalista dos demais países comumente acontecia através da união de um povo com traços físicos semelhantes. No entanto, mesmo na tentativa da construção de uma identidade nacional, os integralistas apresentavam o povo brasileiro em suas publicações com certo pessimismo.

⁵¹ Fonte: SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista *Anauê!*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, nº 50, p. 61-95 - 2005

Numa referência clara à Intentona Comunista, o desenho de Arthur Thompson procura mostrar um índio (simbolizando o Brasil) olhando ao longe, enquanto uma mão vermelha (representando o comunismo) tenta apunhalá-lo traiçoeiramente. Nesse momento surge uma mão verde (representando o integralismo) que, heroicamente, detém a punhalada. Ao fundo observa-se um cenário que mistura aspectos rurais e urbanos. (SILVA, 2005, p. 81)

A mensagem principal que a ilustração repercute, é referente à defesa integralista do povo brasileiro, frente à ameaça dos vermelhos comunistas, de natureza exógena. Além disso, as cores definem o tom da mensagem, assim como o punhal na mão comunista, que representa o perigo iminente de tal ideologia. Também o arco e flecha posicionados na frente do personagem indígena, simboliza o povo brasileiro enquanto guerreiro e obstinado a lutar contra aqueles que ameaçam a nação.



Jornal *A Ordem*, 1935⁵²

A imprensa católica, por sua vez, preocupava-se muito mais com os preceitos ideológicos e morais do comunismo do que com os econômicos. As

⁵² Fonte: LEIRIAS, Daniela Araújo. "Louvado seja o Santíssimo Sacramento": o anticomunismo católico e a formação da identidade e da espacialidade norte-rio-grandense (1934 – 1937). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

divergências entre a esquerda e o catolicismo eram muitas, como algumas já citadas anteriormente. No entanto, após o Congresso da III Internacional Comunista, a preocupação da Igreja aumentou com relação a propagação dos ideais comunistas. Na imagem acima, intitulada de “A pomba da paz”, o jornal católico *A Ordem* faz uma clara referência às tentativas da União Soviética de estabelecer relações econômicas com outros países, a partir da legenda “A pomba da paz, que a Rússia alimenta para confraternizar as nações”.

A pomba, símbolo da paz, está representada enquanto um conjunto de armamentos: tanque de guerra, canhões, espadas, armas e capacetes. O alerta do jornal é para a “armadilha” que a busca da divulgação da paz pela URSS representa. Além disso, fica clara a preocupação do periódico católico com as possíveis relações políticas que poderiam resultar desta propaganda de paz soviética. Leirias (2016) argumenta que os padres do período também escreviam artigos ressaltando o “perigo” do comunismo.

O padre Heroncio foi um dos maiores articuladores do anticomunismo católico norte-rio-grandense neste período. Já em setembro de 1935 nos traz o artigo em que deixará claro, se referenciando aos postulados do comunismo, que este é inimigo da família e da pátria, utilizando o argumento de Bonald, afirma: “Quando o Estado destroe a família, esta se vinga destruindo o Estado”. Deveria prevalecer a importância de manter os valores conservadores que exprimem a valorização da família como “laboratório sagrado” e, como sendo a extensão da sociedade, por isso a importância da unidade familiar com seus valores mantidos. (p. 124)

Outro elemento utilizado com frequência na propaganda anticomunista do Brasil, é a referência ao comunismo internacional. Outros países, seus líderes e seus símbolos eram recorrentes nas iconografias produzidas por aqui. De acordo com Motta (2002), a imprensa brasileira importava uma grande quantidade de material anticomunista, assim como as agências estatais estrangeiras que divulgavam estes materiais e o distribuíam por vários países, predominando a publicação de caricaturas e charges.



Jornal *A Offensiva*. Rio de Janeiro, 1935, p. 1.



Jornal *A Offensiva*. Rio de Janeiro, 1935.⁵³

Em outros exemplos de imagens publicadas pela imprensa integralista, pode-se observar nas publicações acima os elementos internacionais presentes. Na primeira figura, três pessoas são representadas: Joseph Stalin (político soviético), Maxim Litvinov (político e diplomata soviético) e Anthony Eden (ex-primeiro ministro do Reino Unido). Intitulada de “Londres versus Moscow”, o

⁵³ Fonte: OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

sarcasmo se faz presente na imagem, revelando a tentativa soviética de afrontar os britânicos. Na composição gráfica, observa-se Litvinov cantando, Stalin tocando e Eden espantado com o que ouve. Além disso, abaixo segue a legenda da publicação, com os dizeres “Staline e Litvinof treinando o God Save the King para a recepção de Anthony Eden...”. A música mencionada faz referência a um hino britânico, que deseja longa vida ao monarca em exercício.

Os líderes comunistas constituem a outra fonte para efeito de simbolizar o comunismo. De forma recorrente, a iconografia inspirada no anticomunismo lançou mão do recurso de utilizar, como símbolo, a imagem de personalidades conhecidas dos partidos revolucionários. Os líderes soviéticos representavam o comunismo internacional, enquanto a figura de Luiz Carlos Prestes simbolizava os comunistas brasileiros, notadamente a partir de 1940. (MOTTA, 2002, p. 91)

Outra imagem que traz elementos políticos internacionais ligados ao comunismo, aborda a Frente Única Comunista Francesa, que foi a união do Partido Socialista e do Partido Comunista Francês, no combate à insurgências fascistas que começavam a aparecer na França na década de 1930. O desenho, representando os integrantes da Frente Única, faz legenda a parte de maior ataque ao comunismo, com os dizeres “- Um pouco de disciplina, com os diabos! Os ladrões e assassinos na primeira fila!”. Através desta legenda, percebe-se a visão que queria ser transmitida a respeito dos comunistas: um grupo constituído também por assassinos e ladrões.

Outro componente importante na composição da imagem chama a atenção: o símbolo da foice e do martelo na haste da bandeira segurada por um membro da Frente Única. Ainda de acordo com Motta (2002), este elemento foi amplamente utilizado para representar de forma negativa o comunismo.

O símbolo da foice e do martelo, cunhado pelos comunistas para representar a união entre trabalhadores do campo e da cidade, articulação social considerada como base original da revolução bolchevique. Se a simbologia em questão foi útil para o proselitismo dos ideais revolucionários, também prestou um grande serviço à causa da propaganda anticomunista, que encontrou ali uma figura eficiente para representar seus adversários. (p. 91)

Desta forma, é expressiva a utilização dos símbolos originalmente comunistas, para a construção negativa de sua imagem, uma vez que a foice e o martelo deixam de ser representados enquanto ferramentas que caracterizam os trabalhadores urbanos e rurais, e passam a simbolizar a violência, sendo reconhecidos enquanto armas que os comunistas usam em seus “ataques”.



Jornal *A Offensiva*, ed. 63, 1935.⁵⁴

Publicada no jornal *A Offensiva*, a figura acima faz alusão ao contexto político internacional. Sob o título “O ocidente não morrerá” e complementado “A Inglaterra e a Alemanha se dão as mãos, como gente do mesmo sangue, calcando aos pés a hidra comunista”, podem ser observadas diversas intencionalidades claras na imagem, como a divisão geográfica/cultural/social que é feita entre o ocidente e o oriente. De acordo com Oliveira (2009), “O ocidente seriam os valores morais e religiosos das sociedades cristãs do mundo ocidental e o oriente a desestruturação destes valores pelo materialismo

⁵⁴ Fonte: OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

desagregador do comunismo (e em menor grau do liberalismo)” (p. 331). Assim, sendo o oriente representante do mal comunista, cabe ao ocidente juntar forças para derrotar o inimigo.

Sob os pés dos militares ocidentais, pode-se observar a representação de uma figura mitológica, a hidra, que é a ilustração do comunismo que está sendo derrotado pelas união das forças ocidentais. Sobre a interpretação da figura da hidra, Chevalier (1986) aponta:

Hidra. Serpiente monstruosa de siete o nueve cabezas que vuelven a salir a medida que se le cortan; comparada a menudo a los deltas de los grandes ríos, con sus múltiples brazos, sus crecidas y estiajes. Figura los vicios múltiples (tanto en forma de aspiración imaginativa exaltada como de ambición banalmente activa) ... La hidra, que vive en los pantanos, se caracteriza más especialmente como símbolo de los vicios triviales. Mientras viva el monstruo y la vanidad no esté dominada, las cabezas, símbolo de los vicios, vuelven a salir, incluso a pesar de que en una victoria pasajera se llegue a cortar alguna. La sangre de la hidra es veneno: Heracles baña en él sus flechas; si se mezcla con el agua de los ríos, los peces dejan de ser comestibles. Esto confirma la interpretación: todo lo que toca los vicios o procede de ellos se corrompe y corrompe. (CHEVALIER, 1986 p. 564)

A partir da definição de Chevalier, a representação metafórica da hidra remete aos elementos a ela adjacentes, tendo como principal característica a simbologia dos vícios triviais. Esta característica pode ser observada em diversas imagens anticomunistas, como a representação de Stalin e Cachin, onde os vícios triviais aparecem caracterizados pelo álcool e charuto. Os vícios estão intimamente ligados aos atos profanos, aqueles que afastam o povo de Deus e os aproxima do inferno.

A utilização de metáforas é recorrente na propaganda anticomunista, pois este recurso permite a associação entre um elemento pouco tangível, a sociedade da época em geral – os desdobramentos políticos – e elementos de fácil absorção, que possam remeter a algo conhecido ou provocar sentimentos referentes à ilustração. De acordo com Gasca e Gubern (2011), “La metáfora implica una sustitución basada en una comparación, en la que el concepto omitido se sustituye por algo con lo que guarda algún parecido o analogía” (p. 211). Assim, o simbolismo representado nas imagens dá espaço à relação destes elementos com o imaginário social, promovendo uma ampliação e

acessibilidade de diversas camadas sociais às ideologias propagadas na iconografia anticomunista. Por fim, apesar de diminuta, na cabeça da hidra percebe-se ainda grafado num chapéu o símbolo judaico, chamado popularmente de Estrela ou Escudo de Davi. Tal alusão aos judeus certamente foi impingida aos judeus calcada na ideia da avareza e da usura, imagens estas reforçadas durante a Idade Média e que ganharam novo escopo com o nazismo. Assim, a exemplo dos comunistas, os judeus não respeitariam as fronteiras nacionais, mas aqui neste caso, em sua suposta sanha pelo lucro, alardeada por seus detratores.



Jornal *A Offensiva*, 1935.⁵⁵

A charge acima caracteriza um compilado de diversos elementos que representam a propaganda anticomunista. Intitulada de “A panela do diabo”, a imagem faz referência clara aos maiores adversários dos integralistas nos anos 1930: a ANL. Na charge, pode-se observar a figura do diabo, segurando uma panela, composta pelos posicionamentos políticos repudiados pelos

⁵⁵ Fonte: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil. (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

integralistas: o comunismo, o anarquismo e a liberal democracia. A ideia central da imagem se dá no intuito de colocar estes posicionamentos enquanto a mistura do mal que ameaça a paz social.

A imagem remete a um dos argumentos mais caros ao pensamento reacionário e contra-revolucionário, a ideia de que o liberalismo e comunismo guardariam relações de parentesco e trariam como resultado e destruição da ordem. A referência ao anarquismo provavelmente tinha por objetivo fixar a ideia de caos e desordem associada à revolução, a imagem tradicional da “anarquia”, mas também poderia significar uma menção ao apoio de alguns militantes anarquistas à ANL. (MOTTA, 2002, p. 92)

A ANL ilustraria, então, a junção de todas estas ideologias “nocivas” e por isso deveria ser combatida veementemente. Em seus aspectos implícitos, a imagem apresenta muitos pontos que podem ser analisados, como o uso da panela, ou caldeirão, que como aponta Motta (2002), faz referência à bruxaria, poções e misturas malignas que estão sendo criadas pelo diabo. Esta associação do comunismo com o mal é recorrente nas iconografias anticomunistas em geral, e esta ligação se fez muito efetiva na criação de uma opinião popular acerca da ideologia comunista.

Elementos como o diabo, o fogo, o caldeirão, o sangue, a morte e as doenças são frequentemente utilizados neste tipo de propaganda. Em referência ao uso do fogo, Chevalier (1986) aponta que “El aspecto destructor del fuego comporta también evidentemente un aspecto negativo y el dominio de este fuego es también una función diabólica” (p. 512). Estes aspectos negativos são relacionados à destruição da paz e da harmonia social e também estão ligados a elementos religiosos que já eram conhecidos pela população – de maioria católica – como a ilustração do próprio Satã enquanto representante do comunismo.⁵⁶

⁵⁶ Para outros estudos que abordam as imagens anticomunistas, sugere-se a leitura de: NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e incendiários: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da guerra civil espanhola*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2005; FRANCHETTI, Claudinéa Justino. *Páginas de Intolerância Política: a guerra psicológica contra o monstro vermelho na revista Lei e Polícia (1948- 1950)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008; PINTO, Izabella Cavalcanti. *Análise das capas da Revista Careta e a representação de Getúlio Vargas nos extremos iniciais e finais do Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

El diablo simboliza todas las fuerzas que turban, obscurecen y debilitan la conciencia y determinan su regreso hacia lo indeterminado y lo ambivalente: centro de noche, por oposición a Dios, centro de luz. El uno arde en un mundo subterráneo, el otro brilla en el cielo. (CHEVALIER, 1986, p. 414)

Além dos elementos imagéticos que foram amplamente divulgados na imprensa dos anos 1930 e 1940, os jornais e revistas investiam muito na formação da atmosfera comunista através de relatos e colunas de opinião. Neste período, também pode-se observar a preocupação da imprensa conservadora com relação aos conteúdos escolares e se eles poderiam ter alguma influência da doutrina comunista, como na matéria do *Nosso Jornal* em 1938:

Caldas de S. Pedro

Anno II

SÃO PEDRO — Domingo, 2 de Janeiro de 1938

N. 50

EXPEDIENTE

Toda correspondência deve ser dirigida ao nosso diretor, sr. Miguel Carreira;
Todos originais dos trabalhos de colaboradores, trazendo pseudônimo devem ser assinados à parte, para ciência exclusiva da redação;
Não nos responsabilizamos pelos conceitos emitidos em artigos assinados;
Respeitar-se-á a ortografia dos originais.

A criança, a maior vítima do comunismo

O perigo da infiltração vermelha nas obras educacionais da infância

Comunicado do SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO da Chefia de Polícia do Distrito Federal

Uma das mais acertadas medidas do presidente da República no sentido de expurgar o Brasil dos perigos da infiltração vermelha, foi o exame cuidadoso e a seleção dos livros didáticos destinados à mocidade das escolas secundárias e primárias.

Persistentes, e por isso mesmo mais perigosos que quaisquer outros, os comunistas compreendem que o relaxamento do caráter infantil e a deturpação do conceito de justiça e da moral facilitam sobremaneira a accliação de seus princípios subversivos.

Assim, nas escolas e em todas as bibliotecas infantis surgem livros de aparência atraente, com ilustrações vistosas e matéria empolgante, mas evadida de princípios falsos de origem, ou propositalmente falseados, para que no espírito da criança a dúvida ou se assentem bases contrárias às tendências de nossa raça e aos ditames tradicionais de nossa cultura e educação.

Outro método também posto em prática pelos agitadores vermelhos, é o de apresentar os líderes comunistas como protetores da infância, como estudiosos do problema da educação e da higiene infantil.

É oportuno, entretanto, lembrar o que afirmamos sobre a Rússia Soviética, um dos fundadores do regime, o agitador Leon Trotsky: «A revolução devorou toda a energia humana, quer coletiva, quer pessoal». E mais adiante diz: no «Thermidor Soviético»: «Para onde irá o país, si as crianças de hoje serão amanhã piores homens que os de agora?».

Joseph Stalin, o tirano dos soviets, em recente discurso no Congresso das Mães, chamou a atenção para o aumento da criminalidade infantil e declarou que o Estado aplicará medidas energéticas, e mesmo a pena capital, para impedir que recrudesça o surto criminoso que se vem verificando entre os menores de 12 a 12 anos em todo o território sob o jugo vermelho.

Não conseguiram os comunistas,

em duas décadas de aplicação do regime criar uma mentalidade sã entre as crianças e ameaçam retrogradar aos tempos da barbárie aplicando a pena de morte diante da falência do sistema educacional que criaram.

No estrangeiro, entretanto, seus métodos tendem a formar um estado de caos mental para a infância, faticitando a infiltração de sua doutrina malsã, e esquecendo-se, numa inconsciência premeditada, que amanhã, esses meninos de hoje, serão homens incapazes de servir aos próprios princípios que os comunistas apregoam.

Nenhuma medida mais acertada do que a do Governo do Presidente Vargas, fazendo a seleção dos trabalhos escritos e destinados à criação brasileira. Somente com um esforço continuado em todo o País, poderá ser evitada a propagação de princípios que visam somente criar ambiente para o futuro de desordem que facilitará os surtos vermelhos.

A Constituição outorgada à Nação pelo Governo que o povo apoia, cuida, carinhosamente, da educação e da saúde dos seus futuros cidadãos. Vivemos no Brasil uma época de abundância como nenhum Governo nos deu anteriormente. Metodisa-se o trabalho, facilita-se a instrução, pensa-se seriamente no futuro da raça. Trata-se de criar um Brasil forte e unido, digno do lugar que a História lhe reservou entre os povos.

Permitir a propaganda encoberta dos comunistas entre as crianças, é preparar para nossa terra, uma época igual a que nos descreve Max Eastman em seu livro, «O fim do socialismo na Rússia»: *O paraíso soviético não impede que morram de fome milhares de crianças pelas ruas e que milhões delas se tornem ladrões para não morrer de fome. E as que erram porque não têm o amparo do Estado, vão para as prisões, que ainda são na Rússia as melhores escolas do crime.*

Aos seus presados assignantes, leitores e amigos,
"CALDAS DE SÃO PEDRO"
deseja um feliz anno novo, com os votos de prosperidade

O COMUNISMO NO BRASIL

A campanha movida contra o comunismo no Brasil, pelos que estão incumbidos de zelar pelo nosso patrimônio social, economico e moral tem sido a mais intensa e incansável. Os snrs. Getulio Vargas, chefe da nação, e Felinto Muller, chefe de polícia do Distrito Federal, são os dois grandes baluartes e realizadores desse movimento defensivo do Regime Democrático Brasileiro contra a ameaça bolchevista, que anarquiza os sentimentos e desintegra a sociedade de seu ritmo harmonico e salutar.

Para o Brasil, é vital a significação desse movimento. Nos instantes aflitivos para a Humanidade, quando por motivos diversos os edificios sociais vacilam ante as perspectivas cruéis de conturbação do meio, é que o comunismo possui a sua grande «chance» de vitória, e surge como o abutre insatiado em procura da presa ferida. Nesses momentos, se os homens de senso e dignidade, encarregados pelos seus compatriotas da defesa do país que governam, hesitarem um segundo para assumir attitude energica e desassombrada, veremos, então, uma sociedade fracassada ruir fragorosamente sobre as proprias tradições de religião, cultura e economia.

Vivemos uma dessas horas difíceis, que de tempos a tempos costumam estigmatizar uma geração. Felizmente, os nossos governantes não hesitaram. Do contrario, transmitiríamos aos nossos filhos, não um Brasil glorioso pelo seu passado, mas um Brasil deshonrado pelos homens do presente e a ruína de nossa civilização.



GETULIO VARGAS
CHEFE DA NAÇÃO

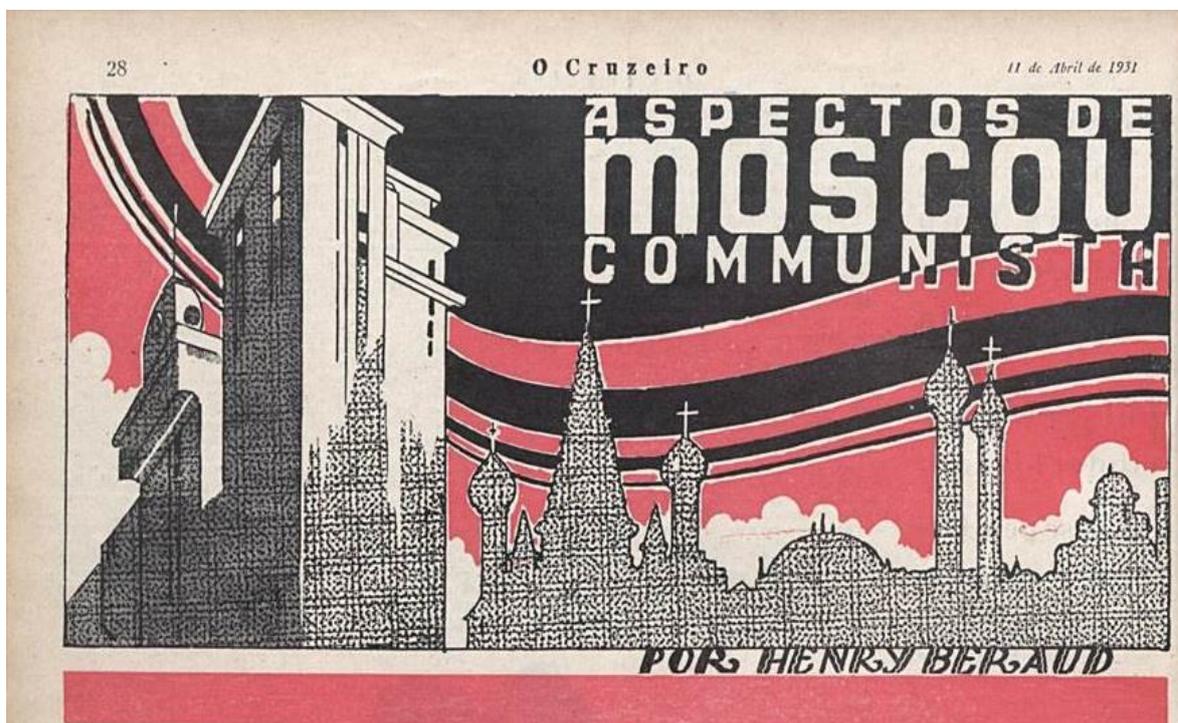


Capitão FELINTO MULLER
Chefe de Polícia do Distrito Federal

Nosso Jornal – SP, ed. 00050, 1938.⁵⁷

O periódico paulista apresenta um título impactante: “A creança, a maior vítima do comunismo”, e este título precede uma longa matéria que apresenta uma grande preocupação com a influência do comunismo na educação brasileira. Um fator interessante se dá na apresentação da matéria enquanto um comunicado do Serviço de Divulgação da chefia de polícia do Distrito Federal. Embora a intencionalidade da pesquisa não se baseie nos elementos textuais, matérias como esta vem apenas a enriquecer o estudo. Além disso, convém citar o início da matéria, que ressalta a preocupação governamental em relação a influências comunistas na educação formal:

Uma das mais acertadas medidas do presidente da Republica no sentido de expurgar o Brasil dos perigos da infiltração vermelha, foi o exame cuidadoso e a seleção dos livros didáticos destinados á mocidade das escolas secundarias e primarias. Persistentes, e por isso mesmo mais perigosos que quaisquer outros, os comunistas compreendem que o relaxamento do carater infantil e a deturpação do conceito de justiça e da moral facilitam sobremodo a aceitação de seus princípios subversivos. (*Nosso Jornal*, 1938, ed. 50)



⁵⁷ Fonte: Hemeroteca Digital

HENRI Bérard, o notável jornalista francês, autor do livro *Ce que j'ai vu à Moscou*, foi operário na sua mocidade. Filho de operários, confessa ele no prefácio, dedicado ao povo, do livro em que reuniu as impressões colhidas na sua viagem à Rússia em 1925, que só tem parentes e amigos no proletariado. Não é, pois, um escritor imbuído de preconceitos e prejuízos burgueses. A sua acção junto aos revolucionários irlandeses, os "mais ousados e os mais pobres revolucionários do mundo", ajudando-os na conquista da liberdade, constitui como que o certificado dos seus ardentes sentimentos liberais. Foi, pois, com a mentalidade de um proletário da imprensa, que ele observou a obra da revolução comunista. O seu passado, as suas ligações políticas, tudo o inclinava a vêr os acontecimentos da Rússia soviética mais favoravelmente do que a maioria dos observadores imparciais, incluindo Wells, Mme. Weiss e Monzie.

Henri Bérard, munido dos necessários passaportes e de cartas que o introduziam junto de alguns dos super-homens da República dos Sovietes, foi a Moscou e a Lenigrado. Viu, observou, refletiu, e depois formalmente contra a dramática experiência do comunismo. Como já sucedera ao escritor inglês Charles Sarsfield, crivaram-no de injúrias e de ameaças. Fiel à verdade, o jornalista francês encolheu os ombros, sobranceiro aos insultos. Não fôra à Rússia, a soldo dos comunistas, para fazer contra a consciencia o elogio do regimen dos Sovietes, mas sim para a examinar de perto e dizer com altiva independência a sua opinião. Nenhum favoritismo prevalece sobre a verdade dos fatos. O dever do jornalista era descrever o que viu, tal como o tinha visto, sem paixão, sem falsidade, sem deformação. Foi o que ele fez, com tanto maior direito quanto o governo bolchevista não se limita a governar a Rússia, mas pretende espalhar os seus benefícios por todo o universo. Bérard pretendeu apenas, obedecendo à sua consciencia de homem livre, poder dizer aos operários franceses qual era, na verdade, a situação dos homens de trabalho, dos proletários, na República dos Sovietes. O momento em que Bérard viu a Rússia coincidiu com os primeiros frutos da implantação da nova orientação económica da N. E. P., concebida por Lenine no ultimo periodo da sua vida. O genial e sombrio revolucionário já então tinha morrido e fôra substituído pelo mesmo Staline, que ainda hoje dirige os destinos tormentosos da Rússia. São do livro de Henri Bérard os escritos que a seguir publicamos, e que fixam os mais pitorescos aspectos da vida russa nas cidades soviéticas.

Revista O Cruzeiro, ed. 23, 1931.⁵⁸



GENEIRA—Outubro de 1935.

A Rússia Soviética é ou não uma grande potência militar?

Essa questão tem sido gravemente discutida por toda a Europa, desde que foi assinado o Pacto Franco-Russo. O valor desse pacto parece depender totalmente da resposta à aquella pergunta.

Não é, porém, fácil responder. Geralmente falando, nada mais difícil ha do que calcular com exactidão o poder militar de qualquer paiz. Todos os exercitos são um mysterio; nenhum deseja revelar o segredo de sua força. Demais, os signaes por que se julga descobrir o segredo são muitas vezes enganosos. Os homens mais versados na profissão das armas não raras e enganam.

E o problema, sempre difícil, ainda mais se agrava tratando-se de um paiz como a Rússia, que foi abalado por uma gigantesca revolução. São em demasia os interesses e paixões centralizados na revolução Russa, como aliás acontece em todas as revoluções, dando origem a lendas favoráveis e contrarias a ella. Tudo se desvirtua de um modo ou outro.

Na opinião de uns, o Exército Vermelho fará o mundo tremer amanhã; outros

por **Guglielmo Ferraro**

Notavel Historiador Europeu

afirmam que elle não passa de uma colossal ballela. O governo Russo augmenta a confusão, pondo em circulação por todo o mundo photographias destinadas a fazer a propaganda do Exército Vermelho, justamente como se annunciavam preparados pharmaceuticos ou gramophones. Assim é que vemos acroplanos, tanks, esquadões e acampamentos...

O melhor seria recorreremos ao bom senso, que se torna particularmente precioso nas questões dessa especie, em que as pessoas facilmente tremem.



EM CIMA — A INFANTERIA EM DESFILE NA PRAÇA VERMELHA. — A DEREITA, UM SOLDADO CARREGANDO MODERNÍSSIMO FUZIL AUTOMÁTICO

O Cruzeiro

— 34 —

9 de Novembro de 1935

Si me dizem que a Rússia Soviética organizou ou organizará um dia a educação do povo melhor do que o faziam sob o regime Tzarista; que ella augmentou ou augmentará a produção de energia electrica, que modernizou ou modernizará a agricultura; que desenvolve ou desenvolverá as grandes industrias muito mais do que o fizeram no tempo dos Tzares, eu replico:

"Não sei si tudo isso é verdade, mas nada disso é impossivel. Uma revolução como a da Rússia deve forçosamente se esforçar por obter resultados dessa especie.

"E poderá consegui-los mais ou menos. Mas deve fazer todo seu esforço para realizar alguma coisa naquelle sentido, pois de outro modo ella não teria mais qualquer motivo ou justificação".

Mas si me dizem que os Sovietes organizaram ou organizarão um exercito mais forte do que o dos tempos do Tzarismo, eu replico: "É impossivel".

A revolução Russa em sua origem e essencia, nada mais foi do que uma rebelião do exercito. Exhausto por uma guerra pavorosa, dizimados por morticínios exaggerados, descoroado por derrotas irreparáveis, o exercito Russo se dissolveu na primavera de 1917.

A dissolução do exercito provocou o colapso de toda a organização politica e social do Imperio: a justiça, a policia, as

Revista O Cruzeiro, ed. 0001, 1935.⁵⁹

⁵⁸ Fonte: Hemeroteca Digital

⁵⁹ Fonte: Hemeroteca Digital

A revista *O Cruzeiro* utilizou-se da propaganda anticomunista através de matérias que caracterizavam os aspectos da Rússia comunista. As imagens não eram o foco principal, no entanto, os elementos nelas utilizados remetem aos demais analisados na pesquisa, como na matéria jornalística de Henri Béraud⁶⁰ intitulada de “Aspectos de Moscou comunista”, onde o jornalista francês visita Moscou e faz um parecer de sua vivência na capital russa. Na imagem que antecede a matéria, alguns componentes como o céu vermelho e preto, e a cidade obscurecida ao fundo, criam um clima propício para iniciar uma matéria que já permeia o imaginário do público que terá acesso a ela.

Outra matéria publicada na *O Cruzeiro*, do historiador Guglielmo Ferraro⁶¹, intitulada de “O verdadeiro exército russo”, aborda os aspectos do Exército Vermelho, fazendo uma série de indagações ao público acerca do perigo da expansão do exército russo. As fotografias apresentadas na matéria demonstram o exército soviético enquanto um poderio militar amplamente fortificado, o que poderia causar a sensação de medo e repreensão.

A partir das fontes analisadas, é possível identificar os elementos que compuseram a estrutura da propaganda anticomunista. Apesar de pertencentes a diferentes movimentos e organizações, o anticomunismo seguiu algumas características comuns, que possibilitaram a formação do imaginário social acerca desta ideologia. Em seus pontos estruturantes, como Motta (2002) analisa, as matrizes nacionalistas, o catolicismo e o liberalismo, compuseram a base midiática que alavancou o uso de imagens para figurar o comunismo enquanto um mal a ser combatido.

⁶⁰ Henry Béraud (1885-1958), escritor e jornalista francês, por seu pensamento antisemita, em 1945 chegou a ser condenado à morte, findada a Segunda Guerra, mas teve sua pena comutada por prisão. Como era recorrente, vários estrangeiros assinavam matérias para os jornais brasileiros, ou simplesmente tinham seus artigos ou obras literárias traduzidas e publicadas fora de seus países de origem. Mais informações sobre Béraud, disponível em: <https://www.cairn.info/revue-archives-juives1-2010-1-page-39.htm#>.

⁶¹ Seu nome correto seria Guglielmo Ferrero, historiador italiano que escreveu para jornais brasileiros e que se vinculava ao pensamento socialista italiano. Em algumas de suas matérias, menciona suas viagens ao Brasil, quando conheceu pessoalmente características da sociedade brasileira. Como bem atesta seu artigo, de primeira página, intitulado “Sobre a Academia Brasileira”, na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 mai. 1808. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1908_00134.pdf.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este estudo sobre a propaganda anticomunista, as questões que foram abordadas, em sua maioria, puderam ser examinadas e relacionadas, outras abriram espaço para outras questões, que podem ampliar o panorama de pesquisas relacionadas a este tema. O ponto positivo de se pesquisar acerca de um tema que já possui tantas publicações, são as relações que podem ser feitas e a possibilidade de se aprofundar o conteúdo. A importância deste assunto se justificou ainda pela constatação do reacendimento do pensamento conservador e autoritário, que ameaçam o sistema democrático na atualidade. Logo, entende-se que se faz necessário o aprofundamento dos estudos históricos que analisem os períodos de ascensão autoritária e seu comportamento decorrente, bem como seus reflexos na contemporaneidade.

A análise das imagens sob o viés da educação informal se mostrou pertinente durante o estudo, compondo um novo olhar para a relação entre o ensino e a propaganda. Assim, ao utilizar a metodologia do estudo iconográfico a partir da iconologia e da semiótica, foi possível identificar elementos que vão além da análise descritiva e histórica, pois puderam ser constatadas intencionalidades nos componentes das imagens que transpassam o imaginário social e que, logo, objetivam moldar o pensamento social e difundir este posicionamento por meio da educação informal.

Na presente dissertação, as principais reflexões tiveram o intuito de identificar a relação que a propaganda anticomunista alcançou no âmbito educativo informal entre 1930 e 1945, e como essa influência ajudou a desenvolver um sentimento massivo de repulsa ao movimento de esquerda no Brasil. Para alcançar estes objetivos, foram analisados periódicos de diferentes vertentes e movimentos no país, dando enfoque ao integralismo, o catolicismo e às mídias liberais, como as revistas ilustradas “*Careta*” e “*O Cruzeiro*”. A partir da análise iconológica feita das imagens publicadas nestes periódicos, foi possível identificar elementos que padronizaram o discernimento social acerca do comunismo, apoiados em símbolos e signos que eram intencionalmente relacionados à esquerda, de modo a criar uma atmosfera negativa, ligando um movimento político a qualquer forma de destruição social.

Este método de anti-propaganda não foi uma exclusividade brasileira, na verdade foi trazido para o país, como foi visto durante a pesquisa, a exemplo de outros países com experiências fascistas e nazistas, onde a imagem e a propaganda política serviram para influenciar as grandes massas. Assim, pode-se identificar que as imagens no século XX, apesar da importância fundamental do rádio, também foram utilizadas de forma relevante no processo de formação de uma população que experimentou um processo de escolarização tardio, em meio a uma elevadíssima taxa de analfabetismo. Por conseguinte, na mídia impressa, as imagens ainda eram o carro-chefe da propagação de informações e ideologias, e foram utilizadas tanto por profissionais publicitários nas revistas liberais, quanto por jornalistas e chargistas pertencentes a movimentos extremistas como o integralismo.

Com base nos dados levantados durante a pesquisa, foi possível estabelecer um padrão de influência que a propaganda e a mídia tiveram no processo de formação ideológica brasileira, percorrendo desde seu contexto histórico, até os conceitos que auxiliaram na compreensão da relação entre a educação, cultura política e mídia, permitindo a verificação dos elementos de manipulação midiática exercidos na Era Vargas.

Ainda a partir dessas premissas, a investigação no âmbito educativo estabeleceu pontes entre as diferentes áreas da educação, procurando vincular a influência do ensino formal e informal na sociedade a partir da realidade do período, onde as informações obtidas eram, em sua maioria, conseguidas fora da escola e onde uma expressiva parcela da população não tinha acesso à educação formal. Dessa forma, foi possível concluir também que a educação informal possibilitou várias formas de aprendizado e que esteve presente no cenário social de maneira acentuada.

Por fim, cabe o exercício de relação entre os diferentes períodos históricos no Brasil, onde a ascensão de pensamentos autoritários continua relacionada à produção de material anti-propagandista e a discursos que se assemelham. A retomada destes assuntos no período atual demonstra a importância e urgência dos estudos educacionais e políticos relacionados à história, uma vez que os historiadores e as historiadoras buscam estudar o homem no tempo para entender as relações presentes que lhes angustiam, como também aquelas que ainda produzem efeitos sociais trágicos.

O que se observa é que as imagens anticomunistas encontram ressonância nas diferentes modalidades educativas, de forma mais ou menos difusa. No que concerne à educação informal, ainda que tomada como meio educativo não deliberado, observa-se que a produção e reprodução de imagens através das imagens anticomunistas tinham um foco, um objetivo que, na perspectiva da educação informal, geravam um aprendizado, um discurso que se voltava a processos de socialização, aculturação e de convencimento social. Expressão do sucesso desta empreitada é como estas imagens anticomunistas serviram de escopo e de base social para o que se fez com o Golpe de 1964 e as novas propagandas anticomunistas, novamente difusas, que ganharam novos e antigos contornos na atualidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Pedro. O Império das Agências: territórios, cartel e circulação da informação internacional (1859-1934). **Revista Eptic** Vol. 17, nº 2, maio-agosto 2015.

ALMEIDA, Milton José de. A Educação Visual da Memória: Imagens Agentes do Cinema e da Televisão. **Pro-Posições**, v. 10, n. 2, p. 9-25, mar. 2016.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

ARAÚJO, Eduardo Barreto de. **As representações visuais de Getúlio Vargas nas páginas da revista do Globo (1929- 1937)**: De gaúcho a chefe da nação. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

ARAÚJO, Nelton. Imprensa e poder nos anos 1930: uma análise historiográfica. **Anais...** 6º Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. Niterói, 2008.

ARQUIVO NACIONAL, **Carta da Liga Anticomunista do Brasil apoiando a proposta de Bertha Lutz de socialização do ensino que será apresentada na comissão elaboradora do anteprojeto da constituição**, 1932. Código de referência BR RJANRIO Q0.ADM, COR.A932.92

AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. Dicionário Aurélio eletrônico século XXI. Nova Fronteira, 1999.

AZEVEDO, Fernando de. Manifesto dos pioneiros. 1932. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, ago. 2006

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e figura da linguagem**. 12ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BARBOSA, Marialva. O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira. **C-Legenda** - Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual, [S.l.], feb. 2011. ISSN 1519-0617. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36801>>. Acesso em: 27 dec. 2019

BARBOSA, Paulo Eduardo. Teoria da recepção – Stuart Hall. **Grupo Museu Patrimônio**: Série de Seminários Regulares, USP. 2016.

BELLO, Rita de Cássia Guaraná. **Revisitando o Estado Novo, através das Imagens da Grande Exposição Nacional de Pernambuco, 1939-1940**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pernambuco, 2006

BERNET, Trilla. **La educación fuera de la escuela**. Ámbitos no formales y educación social. Barcelona: Ariel, 2003.

BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-018820010001000005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Dez. 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-018820010001000005>.

_____. **O Integralismo e sua história: memória, fontes, historiografia**. 1ª ed. Salvador: Editora Pontocom, 2016.

BEVILAQUA, Aluisio Pampolha. John Dewey e a Escola Nova no Brasil. **Revista Ciência & Luta de Classes** do Centro de Educação Popular e Pesquisas Econômicas e Sociais – CEPPEs, v. 1, n. 1, 2014.

BIESDORF, Rosane Kloh. O papel da educação formal e informal: educação na escola e na sociedade. **Itinerarius Reflections**. v. 7. DOI 10.5216/rir.v1i10.1148, 2011.

BOECKEL, Cristina. **História e propaganda política: a construção da imagem de Getúlio Vargas (1930-1945)**. Monografia (graduação em comunicação social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRITO, Sílvia Helena Andrade de. A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945). In: LOMBARDI, José Claudinei. (Org.). **Navegando na história da educação brasileira**. 1ed.Campinas: EDFE-UNICAMP, 2006

BRUNO, Ana. Educação formal, não-formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Mediações – Revista Online da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal**, 2014.

Disponível em: http://mediacoes.esse.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/68/pdf_28_p.14

BULHÕES, Tatiana Da Silva. Construindo a imagem pública do integralismo: O uso de imagens em Anauê! e A Offensiva. In: **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. 2ª ed. Org: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

BUSETTO, Áureo. Em busca da caixa mágica: o Estado Novo e a televisão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, 2007.

CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas da conciliação ao maquiavelismo. In: **As instituições brasileiras da Era Vargas**. / Organizadora Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas**: o DEOPS e as minorias silenciadas. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto integrado arquivo do estado/USP; Fapesp, 2002.

CARVALHO, José Murilo De. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: **As instituições brasileiras da Era Vargas**. / Organizadora Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

CAVACO, Carmen de Jesus Dores. **Processo de formação de adultos não-escolarizados** – a educação informal e a formação experiencial. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação, Universidade de Lisboa, 2001.

CHAGAS, Valnir. **Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus antes, agora e depois?** São Paulo: Edição Saraiva, 1978.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHESNAIS, François. As raízes da crise econômica mundial. Rio de Janeiro: **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, 2013.

CHEVALIER, Jean. **Diccionario de los símbolos**. Barcelona: Editora Herder, 1986.

DÂNGELO, Newton. Ouvindo o Brasil: o ensino de História pelo rádio - décadas de 1930/40. **Revista Brasileira de História**. vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998.

DEBORD, Guy, **A sociedade do espetáculo**. 2ª ed – Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

Departamento Nacional de Propaganda. **Um passeio de quatro meninos espertos na Exposição do Estado Novo**. Rio de Janeiro: DNP, 1939.

DUTRA, Eliane. **O ardil totalitário: Imaginário político no Brasil dos anos de 1930**. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

FABRICIO, Edison Lucas. Os arautos da ordem: catolicismo e imaginário anticomunista. **Anais... IV Congresso Internacional de História**. Maringá, 2009. DOI: 10.4025/4cih.pphuem.476

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento Tenentista: um debate historiográfico. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 108, p. 127-133, 3 maio 2010.

FANTIN, Monica. **Mídia-educação: conceitos, experiências, diálogos**. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FAVORETO, Aparecida. **Marxismo e educação no Brasil (1922-1935): O discurso do PCB e de seus intelectuais**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2008.

FERREIRA, Suzana Cristina de Souza. **Cinema carioca nos anos 30 e 40: os filmes nas telas da cidade**. São Paulo: Annablume: Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2003.

FIORUCCI, Rodolfo. O comunismo nas páginas da revista integralista Anauê (1935-37): O inimigo (inter)nacional. **Revista Perseu**, São Paulo, 2016.

FIUZA, Alexandre Felipe; BRAGGIO, Ana Karine. Acervo da DOPS/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013.

FRAGA, André Barbosa. A propagação das ideias anticomunistas para crianças na Exposição Nacional do Estado Novo (1938). **Cordis**. São Paulo, n. 18, p. 3-38, jan./jun. 2017. ISSN 2176-4174.

_____. O apoio das massas à defesa nacional: o concurso de frases e de cartazes patrióticos do DNP. **Anais 2019 – XIV Semana de História Política**, 2019. In: Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira. XI Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade, 2019. ISSN: 2175-831X

FRANCHETTI, Claudinéa Justino. **Páginas de Intolerância Política: a guerra psicológica contra o monstro vermelho na revista Lei e Polícia (1948- 1950)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008

FUSINATO, Claudia Vanielle; KRAEMER, Celso. A invenção histórica da escola e escolarização no Brasil. Curitiba: **XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não formal. In: **Droit à l'education: solutions à tous les problèmes ou problème sans solution? (1-11)**. Suíça: IDE, 2005.

GARCIA, Sheila do Nascimento. **Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937 – 1945)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Assis, 2005.

GASCA, Luis; GUBERN, Román. **El discurso del cómic**. Madrid: Editora Catedra, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação das políticas públicas de educação**, 14 (50), 27-38, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IPÓLITO, Verônica Karina. O perigo mora ao lado: utilização de imagens anticomunistas da revista Lei e Polícia pelo DOPS paranaense (1945 – 1953). **IV Encontro Nacional de Estudos da Imagem**. Londrina, 2013.

KONRAD, Diorge Alceno. Lutas Políticas e Projetos Sociais Distintos dos Trabalhadores Brasileiros na Década de 1930: os Casos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB). *Aedos*. Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 342-364, Dez. 2015.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2 ed. São Paulo: Papirus, 1986.

LEXIKON, Herder. **Dicionário de símbolos**. São Paulo: Cultrix, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. **Os métodos de ensino**. São Paulo: Cortez, 1994.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n. 61, p. 271-296, 2011.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MACIEL, Francisca Isabel; FRADE, Isabel Cristina. O “Estado Novo” nas cartilhas de alfabetização. **Anais do II CBHE - Congresso Brasileiro de História da Educação**: Natal, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

MENDES, Lilian Marta Grisolio. **American dream e o pesadelo vermelho: americanização e anticomunismo nas páginas de O Cruzeiro 1947 – 1950**. Tese (Doutorado em História) – PUC São Paulo, 2011.

MOLINA, Ana Heloísa. Fenômeno Getúlio Vargas: estado, discursos e propagandas. **História & Ensino**, Londrina, v.3, p.95-112, abril 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 30, n.1, 2010.

_____. **Culturas políticas na História**: Novos estudos. Belo Horizonte: UFMG – biblioteca universitária, 2009.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil. (1917 – 1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. **Selvagens e incendiários**: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da guerra civil espanhola. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2005;

NOGUEIRA, Clara Asperti. Revista Careta (1908 – 1922): Símbolo da modernização da imprensa no século XX. **Miscelânea**, Assis, vol.8, jul./dez. 2010

OLIVEIRA, Edileusa Santos. CASIMIRO, Ana Palmira. Os Annales por Peter Burke – uma visão larga e profunda. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.25, p. 268-270, 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/25/res04_25.pdf

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. In: Simpósio Nacional de História, 22. 2003, João Pessoa. **Anais [...]**. São Paulo: Associação Nacional de História, 2003

PANOFISKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

PASCHOALETO, Murilo Antonio. Imprensa Integralista: uma discussão acerca de sua importância para a expansão da Ação Integralista Brasileira. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 124, p. 97-105, 20 jun. 2011.

- PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. O anticomunismo católico em cena. **Revista Nures**, nº 11. PUC São Paulo, 2009.
- PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. O anticomunismo e a esquerda militar no Brasil: uma análise historiográfica. **Revista História em Reflexão**: Vol. 5 n.10 – UFGD – Dourados, 2011.
- PINTO, Izabella Cavalcanti. **Análise das capas da Revista Careta e a representação de Getúlio Vargas nos extremos iniciais e finais do Estado Novo**. Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.
- RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2012.
- RIZOLLI, Marcos. FONTES, Mariana Hossein. A fantasia no trabalho fotográfico de Charles Dodgson: um olhar entre a iconologia e a semiótica. **VII World Congress on Communication and Arts**. Portugal, 2014. DOI 10.14684/WCCA.7.2014.196-200
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 8ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- ROSSLER, João Henrique. A educação como aliada da luta revolucionária pela superação da sociedade alienada. In: DUARTE, Newton (org). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas, SP: Autores associados, 2004.
- SANTA ROSA, Virgílio. **O sentido do Tenentismo**. 3º ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SANTANA, Guilherme Xavier. Pedagogia libertária: um breve histórico dialogando teoria e prática. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 13, n. 27, maio/ago. 2018
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A educação popular no Brasil: a cultura de massa**. São Paulo: Revista USP, 2004.
- SHAIKH, Anwar. **A crise econômica mundial: causas e implicações**. Ensaio FEE, Porto Alegre, 1985.

SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha**: imaginários anticomunistas brasileiros (1931 – 1934). Porto Alegre: EDIPURS, 2001.

SILVA, Joseane de Fátima Machado. Dermeval Saviani e sua “história das ideias pedagógicas no Brasil”: em busca da compreensão de um autor e de uma obra. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 14, n. 57, 2014.

SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista Anauê!. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, nº 50, p. 61-95 - 2005

SIMÕES, Renata Duarte. Imprensa oficial integralista: usos e ciclos de vida do jornal A Offensiva. In. GONÇALVES, Leandro P.; SIMÕES, Renata D. **Entre Tipos e Recortes: história da imprensa integralista**. Guaíba, RS: Sob Medida, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1977.

TAVARES, Rodrigo Rodrigues. **O porto vermelho**: A maré revolucionária (1930 – 1951). Módulo IV – Comunistas. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TRINDADE, Helgio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1979.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930**: a dominação oculta. São Paulo: Brasiliense, 1988.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. Ed. Do centenário. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

VAILLÕES, Silvana de Araújo. **Entre o traço, a palavra e o riso: Henfil e a educação**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

VARGAS, Getúlio, 1883-1954. **Getúlio Vargas** [recurso eletrônico] / ensaio biográfico e organização Maria Celina D’Araujo. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Série perfis parlamentares ; n. 72)

VICENTE, Tania Aparecida de Souza. Metodologia da análise de imagens. **Revista Contracampo** - UFF, 2000.

DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i04.422>.

VILWOCK, Aparecida de França. **Entre charges e escritas: As experiências educativas de Claudius Ceccon**. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, 1994.

XAVIER, Maria Elisabete Sampaio. A sociedade agroexportadora e a constituição do ensino da elite (1549-1920). In: XAVIER, Maria Elisabete, RIBEIRO, Maria Luiza e NORONHA, Olinda Maria. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.